

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**O dilema de mazombo na cobertura do processo de integração continental:
projeções sobre as identidades do Brasil e da América Latina nos enquadramentos
jornalísticos da *Folha de S. Paulo* e d'*O Estado de S. Paulo***

Carlos Alberto Pavam

Juiz de Fora
2013

Carlos Alberto Pavam

O dilema de mazombo na cobertura do processo de integração continental:
projeções sobre as identidades do Brasil e da América Latina nos enquadramentos
jornalísticos da *Folha de S. Paulo* e d'*O Estado de S. Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal.

Juiz de Fora
2013

Pavam, Carlos Alberto.

O dilema de mazombo na cobertura do processo de integração continental : projeções sobre as identidades do Brasil e da América Latina nos enquadramentos jornalísticos da Folha de S. Paulo e d'O Estado de S. Paulo / Carlos Alberto Pavam. --2013. 203 p.

Orientador: Paulo Roberto Figueira Leal

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2013.

1. Identidade Nacional. 2. Pós-colonialismo. 3. Brasil. 4. América Latina. 5. Comunicação. I. Figueira Leal, Paulo Roberto, orient. II. Título.

Carlos Alberto Pavam

O dilema de mazombo na cobertura do processo de integração continental:
projeções sobre as identidades do Brasil e da América Latina nos enquadramentos
jornalísticos da *Folha de S. Paulo* e d'*O Estado de S. Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal.

Dissertação aprovada em __28_/__Fev_/2013.

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF) – Orientador

Prof. Dra. Christina Ferraz Musse (UFJF) – Convidada

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ)

Conceito obtido

Juiz de Fora
2013

RESUMO

A proposta da dissertação é analisar as estruturas discursivas dos Jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo a fim de verificar a validade da hipótese segundo a qual a grande mídia brasileira interiorizou a imagem identitária estereotipada dos latino-americanos, no geral, e do brasileiro, em particular, engendrada pelos colonizadores europeus. Foi pesquisada a cobertura de três cúpulas do processo de integração da América Latina recorrendo aos fundamentos teóricos e metodológicos da análise de conteúdo. O trabalho parte de referenciais teóricos nos quais a identidade é entendida como um fenômeno narrativo que traduz a disputa por acesso privilegiado a bens simbólicos e materiais existentes em uma sociedade. E para a corrente pós-colonialista, o poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, está no centro da luta pela hegemonia cultural. Os jornais, por reconstruírem a realidade, são palco privilegiado desse embate. A conclusão é que a elite que tem sua opinião publicada nos jornais brasileiros busca incorporar a identidade do antigo colonizador, assumindo a visão estereotipada deste, numa tentativa de apresentar-se como superior ao restante do povo latino-americano.

Palavras-chave:

Comunicação; Identidades nacionais; Pós-colonialismo; Brasil; América Latina.

ABSTRACT

The purpose of the dissertation is to analyze the discursive structures of the Newspapers Folha de São Paulo and O Estado de São Paulo in order to check the validity of the hypothesis that the mainstream Brazilian media internalized the stereotypical identity image of Latin Americans in general, and Brazilians, in particular, engendered by European in the colonialism era. The work takes the publications in the papers of three summits of the process of Latin American integration using the theoretical and methodological content analysis. The theoretical part of the work assumes identity as a phenomenon that reflects the struggle for privileged access to material and symbolic goods existing in a society. And the post-colonial studies assert that the power to narrate, or to prevent others from forming and emerging narratives, are at the center of the struggle for cultural hegemony. Newspapers, for reconstructing reality, are privileged stage of this clash. The conclusion is that the elite that has its opinion published in Brazilian newspapers seeks to incorporate the identity of the former colonizer, assuming the stereotypical view of him, an attempt to present themselves as superior to the rest of the Latin American people.

Keywords:

Communication; National identities; Post-colonialism; Brazil; Latin America.

Dedico este trabalho

aos meus filhos Vítor e Júlia,

minha motivação maior.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Paulo Roberto Figueira Leal, sem o qual este trabalho não teria sido realizado. O convívio com o mestre tornou-me uma pessoa melhor.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa concedida nos últimos meses do mestrado, permitindo uma dedicação exclusiva à dissertação.

Ao professor Dr. Francisco José Paoliello Pimenta pelo incentivo vital que me fez retornar à vida acadêmica.

Às professoras Dras. Iluska Coutinho e Cristina Musse pelas contribuições oferecidas no exame de qualificação – assim como em todo o curso.

Ao professor Dr. Luiz Ademir de Oliveira (UFSJ), por ter aceitado compor a banca de defesa desta dissertação.

À Cris, pelo apoio em todos os momentos.

*Aquele que põe de lado, por vontade ou esquecimento,
uma parte da verdade, se extravia por causa da verdade que lhe faltou,
que cresce na negligência e derruba o que se levanta sem ela.*
José Martí (1891).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identidade brasileira.....	111
Quadro 2 – Identidade hispano-americana.....	112
Quadro 3 – Integração.....	113
Quadro 4 – FSP em Cuzco	128
Quadro 5 – OESP em Cuzco	141
Quadro 6 – FSP em Brasília	154
Quadro 7 – OESP em Brasília	170
Quadro 8 – FSP em Caracas.....	178
Quadro 9 – OESP em Caracas.....	187

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FORJANDO IDENTIDADES	17
2.1 A Forja	17
2.2 O Martelo	24
2.3 A Bigorna	34
3 O PARAÍSO PERDIDO	43
3.1 Mentalidade Colonizadora	43
3.2 Mentalidade Colonizada	60
4 PARAÍSO AVISTADO	67
4.1 Nuestra América	68
4.2 Pindorama	72
4.3 A Busca pela Integração	94
5 ARANDO O MAR: A BUSCA DAS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS NOS JORNAIS BRASILEIROS	107
5.1 Identidade Brasileira	111
5.2 Identidade Hispano-americana	112
5.3 Integração	112
5.4 Cuzco, a Capital dos Incas	113
5.4.1 Cuzco na Folha de S. Paulo	114
5.4.2 Cuzco em O Estado de S. Paulo	129

5.5 Brasília dos Apagões	142
<i>5.5.1 Brasília na Folha de S. Paulo</i>	<i>143</i>
<i>5.5.2 Brasília no Estado de S. Paulo</i>	<i>156</i>
5.6 Caracas: OEA menos EUA	172
<i>5.6.1 Caracas na Folha de S. Paulo</i>	<i>172</i>
<i>5.6.2 Caracas no Estado de S. Paulo.....</i>	<i>179</i>
CONCLUSÃO.....	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194

1 INTRODUÇÃO

A América foi descoberta por Cristovão Colombo, e ele chamou de índios os povos que nela habitavam. O descobrimento do Brasil foi feito por Pedro Álvares Cabral, que acreditou que o clima da região era ameno como o de Portugal. Na verdade, Colombo estava perdido quando aportou no atual Caribe; e morreu sem saber que havia chegado a terras antes desconhecidas pelos europeus, e não na Índia, como imaginava. Só depois de muitos anos é que os portugueses constataram que as estações diferiam entre os hemisférios norte e sul, e que as “amenas” temperaturas do “verão” tropical eram as habituais do outono-inverno (HOLANDA, 2000). E a narrativa de que a América e o Brasil foram “descobertos” nos leva a acreditar que nada existia aqui antes da chegada dos europeus, que somos criação deles.

Mais do que acidente de percurso, esses equívocos têm se repetido na história do subcontinente. Depois de exterminarem povos indígenas e trazerem outros, escravizados, para extraírem as riquezas da terra, os colonizadores europeus não gostaram do produto resultante da mistura de etnias na estufa tropical. A Europa que se considerava centro do mundo e dos povos referia-se aos colonizados como seres inferiores, verdadeiros bárbaros. Uma série de estereótipos foi criada a partir dessa mentalidade. E essa visão foi passada aos colonizados através das eurocêntricas ciências ensinadas pelos europeus nas escolas; e das artes e dos meios de comunicação.

No campo político, na América espanhola, a elite “criolla” dividiu-se entre aqueles que acreditavam em um subcontinente independente, com seus povos unidos numa grande república federativa e democrática, e os que consideravam que, devido ao “atraso” da maioria do povo negro, indígena e mestiço da região, a democracia era inviável, que deviam

ser formadas pequenas monarquias chefiadas por príncipes europeus, única forma de evitar que o caos tomasse as ex-colônias (PRADO).

No Brasil, a elite elevou ao trono um europeu e julgava que o povo era incapaz de exercer outras funções na sociedade que não as laboriosas (CINQUE, 2007).

Estamos falando do passado ou do presente? Mudaram as posições ou apenas os nomes dados aos personagens? Ainda procuramos um príncipe que nos livre do caos possível de ser provocado pelo nosso atrasado povo? A visão estereotipada com que os europeus viam os latino-americanos foi rechaçada pelo povo da região ou este a incorporou? As ciências ensinadas no subcontinente ainda carregam o colonialismo epistemológico? Na era da globalização, o que assumiu o papel de transmissor da cultura hegemônica?

Nosso pressuposto é que essa transmissão está sendo feita pelo “príncipe eletrônico”, as instituições capitalistas de comunicação – imprensa, rádio, cinema e tevê – (IANNI, 2000 *apud* RAMOS, 2005), e que a informação está sendo apresentada como ideologia (SANTOS, 2011). Considerando que a identidade é uma narrativa, como entendido pelos estudos culturais, a grande mídia seria portanto local privilegiado para forjá-la. Propusemo-nos então a analisar qual identidade seria narrada nos jornais brasileiros quando tratam de nossos vizinhos hispano-americanos. Percebemos que um palco privilegiado seria as cúpulas regionais promovedoras da integração latino-americana. Pesquisamos três delas.

Desde a primeira, em 2004, vivíamos na região um momento de transformação. O Consenso de Washington – Estado mínimo, privatização e abertura de mercado -, receitado pelas agências internacionais dominadas pelos Estados Unidos, estava em franco retrocesso depois de imperar absoluto por mais de uma década e provocar profundas crises em países da região. Sua proposta de integração regional era a Alca, uma zona de livre comércio envolvendo todos os países do continente americano, capitaneada pelos EUA. Como resultado das crises, políticos que defendiam a agenda neoliberal acabaram perdendo eleições e

começaram a ser substituídos por opositores que preferiam o Consenso de Pequim¹: aumento da produtividade com investimentos em alta tecnologia, inovação e educação; desenvolvimento equilibrado, com maior igualdade na distribuição dos ganhos; e busca de modelo próprio, baseado na força de seu sistema econômico e na defesa rígida da soberania nacional.

A proposta era uma contestação à hegemonia estadunidense, e tínhamos assim naquele momento um rico debate de ideias, de concepções de nacionalidade, de desenvolvimento, de visão política. Um novo paradigma era vislumbrado, identidades estavam sendo reformuladas. O jornalismo brasileiro estaria à altura desse debate? Os meios de comunicação ofereceriam a seus leitores subsídios que enriqueceriam a discussão ou adotariam o silêncio denunciado por Paulo Freire como aquele que sonega conhecimento? Pessoas e ideias seriam desqualificadas, colocadas no ostracismo depois de os meios assumirem o papel de juízes? A imprensa empresarial continuaria a distorcer os fatos na tentativa de manter o status quo?

Optamos então por pesquisar jornais impressos por entender que neles a discussão política é mais substancial e que, portanto, eles são “os grandes formadores de opinião no País” (FONSECA). A abrangência maior da televisão acaba impossibilitando-a de assumir esse papel, já que, para falar para um público muito heterogêneo, ela é obrigada a adotar uma abordagem mais superficial, com sua tradicional linguagem fugaz. Na internet, por outro lado, a edição das notícias é refém da ânsia de se acompanhar os acontecimentos em tempo real, fazendo com que, no fim, seja difícil para o leitor entender o que é realmente importante. Os jornais mais influentes do país estão sediados nos principais estados em termos culturais e político-econômicos - Rio e São Paulo -, têm como público “os exíguos estratos médio e superior da hierarquia social brasileira” e a “capacidade de interferir decisivamente na

¹ Termo cunhado por Joshua Cooper Ramo, sócio na firma de consultoria Kissinger Associates, do ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger. Ver “A China, agora, dita as regras”. Valor, São Paulo, 23 set. 2005, Eu & Fim de Semana, n. 262, p. 12.

definição da agenda nacional” (idem). O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo estão sediados “no” principal estado do País.

No primeiro capítulo do nosso trabalho, nos debruçamos sobre a questão da formação da identidade, recorrendo ao interacionismo simbólico, que considera que o Eu não pode prescindir do Outro, e os estudos culturais, que entende a identidade como uma disputa pelo poder entre classes no interior de uma sociedade e entre países no contexto internacional. Os “pós-colonialistas” Said (1995) e Fanon (2008) ensinaram, o primeiro, que o problema para os países periféricos é que o poder de narrar é monopolizado pelas nações centrais e, o segundo, que, para o colonizado, a alteridade não é o outro colonizado, mas o europeu. Só que o “branco europeu não é apenas o Outro, mas o senhor, real ou imaginário”. Entramos assim na questão da hegemonia cultural como entendida por Gramsci, ou seja, a dominação consentida. A potência hegemônica impõe sua “concepção de mundo, uma ideologia que corresponde à sua própria função histórica, e não à função histórica nem ao interesse dos dominados” (GRAMSCI, 2006). A imprensa liberal brasileira, no geral, sempre reproduziu o discurso das potências hegemônicas em sua ânsia de modernizar o país, de levá-lo ao “primeiro mundo”. Na era da globalização, ela teria sido cooptada pelo “soft power”?²

No segundo capítulo recorreremos ao pós-colonialismo para entender como foi estruturada a concepção de mundo hegemônica atual, e como ela é interiorizada pelo colonizado. Autores como Fanon, Said, Martí, Ribeiro e Freire mostram que essa concepção foi forjada na Europa a partir da revolução mercantil e consolidada na época do colonialismo. O imperialismo deu-lhe caráter racista. Para os europeus da época, a conquista de povos e a pilhagem de suas riquezas faziam parte de uma missão altruísta para “civilizar” povos inferiores. Mas a Europa acabou sendo suplantada econômica e militarmente pelo

² O grande formulador deste pensamento é Joseph S. Nye Jr., para quem o fundamental para os EUA seria exercerem o poder de cooptação. “Este poder – a habilidade de moldar o que os outros desejam – baseia-se nos atrativos da cultura e valores de um país, ou na sua capacidade de manipular a agenda de escolhas políticas de forma tal que faz com que os outros evitem expressar certas preferências porque elas parecem ser irreais”. Disponível em <http://hbswk.hbs.edu/archive/4290.html>

“supermonstro” estadunidense, que assumiu o comando das funções civilizatórias. Se antes os europeus convertiam os “inferiores” ao Deus cristão, ao cristianismo, prometendo o paraíso, os estadunidenses os convertem ao deus mercado, ao neoliberalismo, prometendo a “modernidade”. Aqueles nos países periféricos que tentam resistir à “civilização” são rotulados de “heterodoxos”, de “atrasados”.

No terceiro capítulo, buscamos sondar a mente dos latino-americanos, em geral, e dos brasileiros, em particular. Saber como a colonização afetou a formação das identidades no subcontinente, como os descendentes de europeus, que se tornaram as classes dominantes, a elite, passaram a se relacionar com as potências hegemônicas, com seus vizinhos e com seus povos. No Brasil colonial, eles eram chamados, por negros e índios, de mazombos. Holanda (1971) os considerava uns “desterrados em sua terra”. Seus paradigmas sempre foram os europeus. Além deste autor, outros como Darcy Ribeiro, Freire, Bosi, Schwarz, Milton Santos, Lima Barreto oferecem inestimáveis contribuições para o entendimento da identidade brasileira. A partir da leitura desses autores assumimos como pressuposto que a classe dirigente do País acabou formando uma mentalidade colonizada, e é ela a expressa nos meios de comunicação quando estes tratam, especificamente, da integração latino-americana.

No quarto capítulo, passamos à pesquisa. O corpus abrange a cobertura dos jornais FSP e OESP de três reuniões de cúpula que promoveram o processo de integração da América Latina. Na primeira, em Cuzco, Peru, em dezembro de 2004, a reportagem de OESP abrangeu três edições, enquanto a da FSP, quatro. Analisamos escolhas editoriais, matérias, boxes, sides, entrevistas, fotografias, artigos de opinião e editoriais. O mesmo foi feito com as coberturas da reunião de Brasília, de maio de 2008, que estiveram presentes em três edições tanto da FSP quanto de OESP. A cúpula de Caracas, em dezembro de 2011, apareceu em duas edições de OESP e, na FSP, em três Nacionais e em duas São Paulo. Ao todo, foram analisadas cerca de 60 matérias e boxes, cinco artigos de opinião, dois editoriais e uma carta

do leitor, além de fotos e fotolegendas. Acionamos a Análise de Discurso para interpretar os dados, especificamente a vertente categorial proposta por Bardin, e, no critério de categorização, recorreremos à semântica. Pelo nosso arcabouço teórico, entendemos que deveríamos criar três categorias de análise, envolvendo a Identidade brasileira, a Identidade hispano-americana e a Integração. A teoria que nos embasou sugeria que a grande imprensa brasileira expressaria uma visão estereotipada dos hispano-americanos, a produzida pelos colonizadores, e se identificaria mais com as ideias originadas na Europa e nos EUA do que com posições desenvolvidas por mentes locais. O compartilhamento de visões eurocentristas levaria à conclusão que a elite brasileira poderia ajudar a potência hegemônica a “civilizar” os demais sul-americanos. Uma aliança, portanto, com os EUA e a adoção de suas ideias neoliberais atenderia os interesses nacionais. Um presidente brasileiro que não assumisse tal posição seria pernicioso ao Brasil e ao subcontinente. Hispano-americanos próximos aos EUA também seriam bem-vindos à frota. Aqueles que combatem o predomínio estadunidense estariam revelando a natureza atrasada e irascível dos latino-americanos, seriam perigosos. Como a receita dos EUA para os países periféricos envolve Estado mínimo, qualquer proposta de integração que considere a formação de estruturas seria imediatamente descartada. Frente a essas reflexões, criamos as subcategorias: na Identidade brasileira, Opção Redentora e Atração Fatal; na Identidade hispano-americana, Âncora e Instável; e na Integração, Toque de Tio Sam e Inutilidade.

2 FORJANDO IDENTIDADES

Segundo conhecida anedota, São Pedro perguntou a Deus se este não estaria sendo injusto com os demais países ao criar o Brasil sem terremotos, sem furacões, com clima privilegiado, onde em se plantando tudo dá, etc. Deus então respondeu: “Você vai ver só o povinho que vou colocar lá”. No geral, é com esse tipo de piada que o brasileiro refere-se à sua identidade nacional, um “complexo de vira latas” que nada mais é do que a interiorização da visão estereotipado do antigo colonizador, do europeu. Com temperos locais, a anedota é usada pelas elites dos outros países latino-americanos para tratarem dos povos da região. A visão de que o subcontinente é formado por povos inferiores é uma face da mesma moeda que, na outra, considera que a Europa é o apogeu da civilização e dos povos, o objetivo a ser alcançado por nós. Para tentarmos entender a formação dessas identidades, do colonizador e do colonizado, recorreremos ao interacionismo simbólico e aos estudos culturais, que entende a identidade como um discurso construído, uma disputa pelo poder entre classes no interior de uma sociedade e entre países no contexto internacional. É a busca pela hegemonia cultural, como entendida por Gramsci. E essa narrativa, nos dias de hoje, é passada principalmente pelos meios de comunicação de massa, que espetacularizam as identidades, as alteridades, as diversidades e despojam as disputas de suas tensões. A imprensa brasileira, por seu lado, tende a reproduzir o discurso das potências hegemônicas.

2.1 A Forja

Ao discutir a questão da identidade, o interacionismo simbólico, corrente originada na Escola de Chicago, parte da premissa de que a realidade humana é uma construção social e simbólica fruto de um processo dialético entre a estrutura institucional e a

consciência individual. Três operações de natureza simbólica a mantêm em constante movimento: a interiorização, a exteriorização e a objetivação (BERGER & LUCKMANN, 1996). Interiorização é a introjeção pelo indivíduo das regras e valores de uma dada comunidade. Exteriorização são as intervenções do sujeito no mundo. A objetivação se dá quando a coletividade acolhe essa exteriorização como prática objetiva. O sujeito, portanto, é um ser ao mesmo tempo social e individual.

Segundo Mead (1953), cada sujeito é constituído por um “mim” – conjunto organizado de atitudes sociais do grupo ao qual pertence – e um “eu” – ente ativo que reage à situação social de forma particular. O “mim” antecederia o “eu”. Para se integrar a uma coletividade, ele tem de incorporar o processo social como um todo em sua experiência individual, adotar as atitudes comuns aos membros da coletividade e perceber as ações dos outros indivíduos em relação a ele e deles entre si. Assimilando o “outro generalizado” (MEAD, 1953), ele se localiza na estrutura e assume determinado papel social. Mas, a potencialidade criativa do “eu” abre precedentes para exteriorizações inéditas que, se acolhidas pela coletividade, passam por um processo de objetivação. Nesse contexto, os sistemas simbólicos de representação oferecem o aparato necessário para a institucionalização da objetivação da realidade, abstraindo as experiências de suas ocorrências individuais e incorporando-as a um conjunto de tradições. Os sistemas surgem como o meio pelo qual os agentes socializadores transmitem o conhecimento comum para os novos seres sociais e são eles que constituem o acervo individual de saberes socialmente partilhados. Os sistemas simbólicos são regidos por uma lógica que possibilita a formação de consenso em torno do sentido do mundo social, ou “o que Durkheim chama de conformismo lógico: ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’” (BORDIEU, 2006, p. 9). Assim, é possível deduzir que os mecanismos pelos quais o indivíduo forja sua identidade são de caráter psíquico, social e

simbólico. A identidade traduz-se em uma disputa por acesso privilegiado a bens simbólicos e materiais existentes em uma sociedade, dividindo esta em ao menos dois grupos: o Eu, ou a identidade, e o Outro, ou a diferença. A identidade não pode, pois, prescindir de um Outro, de uma diferença. Ao se afirmar, ela procura estabelecer fronteiras, definindo incluídos e excluídos. Dicotomia essa instaurada não com a intenção de separar classes simétricas, mas sim de contrapô-las, atribuindo-lhes peso positivo ou negativo. As manifestações simbólicas dos diferentes grupos são, na verdade, tentativas de imposição de uma definição do mundo social afeita aos seus interesses. “O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (SILVA, 2000, p. 81). Assim, quem detém o poder de construção das representações acaba por assumir o controle do processo de definição das identidades (SILVA, 2000). Segundo Chartier (1990, p. 17), "as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas". Elas são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes, (CARVALHO, 2005, p. 149).

A identidade passa a ser a norma comportamental, enquanto a diferença é um ser desviante, um padrão de conduta inaceitável. A identidade não mais poderia ser vista como pré-determinada de forma biológica, nem social, ela é antes um fenômeno discursivo. As identidades coletivas se forjam quando certos grupos são capazes de articular narrativas sobre o que supostamente são e sobre o que supostamente os diferencia de outros grupos – desenvolver estratégias de comunicação é parte do processo de criação e consolidação dessas identidades. Deste modo, aquilo que o indivíduo chama de realidade é, em grande medida, construído pelos filtros e escolhas discursivas feitas pelas instituições responsáveis por sua formação. Na atualidade, esse papel é, em grande medida, desempenhado pelos meios de

comunicação: “[...] os referenciais de construção e fixação da identidade, que anteriormente tinham uma relação estreita e intensa com as artes e com o próprio folclore, passaram a ser definidos fundamentalmente no discurso midiático [...]” (FALABELLA, 2003, p. 109).

Autores ligados aos Estudos Culturais, como Hall (2006), consideram que identidade são percepções que grupos constroem sobre si mesmos, uma autopercepção. Falar de identidade implica falar de narrativas, de discursos, de instrumentos simbólicos que, tradicionalmente, eram transmitidos pela literatura e, nos dias de hoje, cada vez mais pelos meios de comunicação de massa.

Assim como grupos buscam se impor sobre outros no seio de uma sociedade, o mesmo ocorre no concerto das nações. Portanto, é preciso considerar também a questão da identidade nacional. O termo provoca polêmica entre os estudiosos da área. Para uns, identidade nacional seria um elemento imutável, integrador; para outros, algo subjetivo, construído e transformado, podendo um mesmo indivíduo se sentir fazendo parte de diversas identidades e a qualquer momento se desvincular de uma delas. A concepção objetiva da identidade tem dificuldade em explicar por que vários modelos estiveram presentes em um mesmo país, o que aponta para transformação de ideias e não imutabilidade. Também, por não existir nada que nos torne iguais, tal homogeneização tem que ser construída. Hall destaca que identidades são situações, “um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (HALL, 2006, p. 15). A identidade nacional seria, também, uma representação, um discurso construído (ANDERSON, 2008).

Para Bresciani (2007, p. 31), a identidade nacional seria lugares comuns, "um fundo compartilhado de ideias, noções teorias, crenças e preconceitos, permitindo a troca de palavras, argumentos e opiniões sobre uma comunidade política efetiva".

Anderson (2008, p. 33) dissertando sobre o caráter real ou irreal das comunidades imaginadas afirma: "As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas

pelo estilo em que são imaginadas". Portanto, em certos lugares a identidade nacional poderá ter como base a língua, o passado, em outros a "raça", os hábitos ou o temperamento do povo, ou seja, cada país, grupo ou classe imaginou uma proposta de identidade que se transformou no tempo e no espaço.

Renan (1882) concorda que, na formação da identidade de uma nação, território, língua, religião, costumes e tradição são requisitos secundários. O elemento dominante, a liga que uniria todos os demais, seria a convicção de um querer viver coletivo.

Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas, que na verdade são apenas uma, constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a possessão em comum de um rico legado de lembranças; outra é o consentimento atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos. (RENAN, 1882, p.18).

O fato de a identidade nacional ser uma representação não quer dizer que ela seja irreal. Segundo Pesavento (2003), representações são:

[...] matizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva [...]. Tal pressuposto implica eliminar do campo de análise a tradicional clivagem entre o real e o não-real, uma vez que a representação tem a capacidade de substituir a realidade que representa, construindo um mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Outra característica da representação é seu nível de abrangência. Ao contrário do folclore, que se apresenta vivo em determinada comunidade, com costumes e hábitos restritos, a identidade nacional, sendo uma representação, tende a ser universalista, expandindo-se por toda população. Se a proposta de identidade não for assimilada pela população, ela não exercerá influência sobre os seus sentimentos e atos – invalida-se, portanto, uma das funções da representação que é a legitimação de uma ordem pelo consentimento e não pela violência; consentimento que, na concepção de Gramsci (2006), seria o curvar do dominado à

hegemonia cultural do dominador. Na comunidade internacional contemporânea, hegemônicas seriam as antigas potências coloniais ou imperialistas, os chamados países centrais, enquanto os dominados são os antigos países colonizados, ou periféricos.

O palestino Said, depois de destacar que “as próprias nações são uma narrativa”, explica que o colonizador acabou definindo a identidade do colonizado. “O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura (que é uma fonte de identidade) e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos” (SAID, 1995, p.13).

Hay (2010) considera que “o principal componente da cultura europeia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus” (*apud* Said, 2010, p. 34). Geary (2005) denuncia que o “chauvinismo cultural” europeu provoca neste “a crença profundamente arraigada de que, enquanto a ‘história’ de um povo africano (por exemplo) não passa de um constructo cultural, o passado europeu é, de algum modo, ‘real’” (GEARY, 2005, p. 185). Os europeus, na época das grandes navegações, se deram o direito de determinar não apenas quem era ou quem não era “civilizado”. Eles julgavam quem era e quem não era humano – sendo que, num primeiro momento, os negros não foram considerados como tal e, portanto, podiam ser escravizados. Antes de finalmente admitirem, com muitas reticências, que “*in vivo* e *in vitro* o preto tinha-se revelado análogo ao branco”, os europeus entenderam que o negro era “o elo entre o macaco e o homem; o homem branco (europeu), é claro”.(FANON, 2008, p. 43). Ou seja, o europeu criou o homem à sua imagem; e fez os povos colonizados nascerem com o pecado original (de não serem europeus).

Césaire (2008) explica que, quando se referia aos colonizados, falava de “milhões de homens em quem deliberadamente inculcaram o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a prostração, o desespero, o servilismo” (*apud* FANON, 2008, p. 25).

No Brasil temos o que Nelson Rodrigues (1993) chamou de “complexo de vira-lata”³. Fanon (2008, p. 28) considera que “só há complexo de inferioridade após um duplo processo: inicialmente econômico; em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade”. Fanon ressalta que racismo e colonialismo são modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele. Isso significa, por exemplo, que colonizados são identificados como um todo pelos colonizadores como colonizados. E “o mais dramático é a introjeção (por estes) dos estigmas lançados pelo discurso colonialista, a exemplo de que todo colonizado é ladrão, preguiçoso, sujo, medíocre, desprezível” (MEMMI, 1989, p. 72).

A busca do colonizado seria por sua humanidade. Mas ele está numa encruzilhada.

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a outro um homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida. (FANON, 2008, p. 180).

O problema, explica Fanon (2008, p. 124), é que o “branco europeu não é apenas o Outro, mas o senhor, real ou imaginário”. Para o colonizado, a alteridade não é outro colonizado, é o europeu. O primeiro tem “duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco”. Na sua ânsia por se “civilizar”, os colonizados acabam se tornando alienados, negando sua cultura, pois, para ele, “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais ele escapará da sua selva”. Ou, no entender de Freire (1983, p. 35), “o ser alienado não procura um mundo autêntico. Isto provoca uma nostalgia: deseja outro país e lamenta ter nascido no seu. Tem vergonha da sua realidade.”

³ “Por complexo de vira-latas entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. (...) É um problema de fé em si mesmo” (RODRIGUES, 1993, p. 51).

2.2 O Martelo

O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa conduzir, guiar, ser líder, ou ainda o verbo *eghemoneuo*, do qual deriva estar à frente, comandar, ser o senhor. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si (GRUPPI, 1978).

O termo foi com o tempo adotado na política para se referir à supremacia de um Estado-nação sobre outro. O domínio se dava principalmente com o recurso à intimidação e à coação, pela força militar. Mas os Estados hegemônicos desfrutavam também de poderio econômico e cultural, o que ajudava no seu processo de dominação de outros povos. O conceito de hegemonia foi posteriormente reelaborado pelos marxistas passando a explicar a dominação pelo consentimento e pela aceitação do dominado. Lênin utiliza o termo pela primeira vez num escrito em janeiro de 1905, no início da revolução “burguesa” russa, para defender a participação do proletariado numa revolução que não seria dele.

Mas o grande formulador do conceito moderno de hegemonia foi o italiano Gramsci (2006). Segundo o autor, hegemônica era uma classe ou nação que conseguia impor às dominadas uma concepção de mundo, uma ideologia que corresponde à sua própria função histórica, e não à função histórica nem ao interesse das dominadas.

Uma determinada classe consegue apresentar e fazer aceitar as condições da sua existência e do seu desenvolvimento de classe como princípio universal, como concepção de mundo, como religião, isto é, descreve em ato o desenvolvimento de um meio prático de governo e de domínio. (GRAMSCI, 2006, p. 302).

A hegemonia se imporia pela cultura e se tornaria senso comum entre os dominados. Assim, a hegemonia “oculta” o domínio de uma classe social, ou de uma nação, sobre outra, produzindo uma dominação consentida. Quanto mais difundida é essa ideologia, mais sólida é a hegemonia e menor a necessidade do uso de violência explícita – ideologia que, na acepção marxista do termo, é “uma ilusão bem fundada nas aparências” (SCHWARZ, 2009, p.132).

Hoje, como explica Said (1995), o controle político direto dos países imperialistas foi substituído pela “dominação econômica, política e por vezes militar, acompanhada pela hegemonia cultural – a força das ideias dominantes e, como diz Gramsci, dirigentes – oriunda do Ocidente e exercendo poder no mundo periférico” (SAID, 1995, p. 311). O que é apresentado como posição da “comunidade internacional” nada mais é do que a verbalização dos interesses dos países ocidentais culturalmente hegemônicos.

A disputa pela hegemonia se daria no âmbito da sociedade civil. Em Gramsci como em Marx, e ao contrário de Hegel, é a sociedade civil, e não mais o Estado, que representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. Mas Marx vê a sociedade civil como sinônimo de produção econômica, enquanto Gramsci, como uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas e de uma dimensão natural própria. Lênin também trabalha com o conceito de sociedade civil, mas “em Lênin prepondera o significado de direção política, enquanto em Gramsci predomina o de direção cultural (...) para Gramsci, a conquista da hegemonia precede a conquista do poder, enquanto em Lênin a acompanha e mesmo a sucede” (RAMOS, 2005, p. 60).

Segundo Gramsci, o Estado – os mecanismos de poder – não se limita mais aos institutos de dominação direta, aos mecanismos de coerção, os seja, à “sociedade política”. Através da sociedade civil ocorreriam “relações sociais de direção político-ideológica, de

hegemonia, que – por assim dizer – ‘completam’ a dominação estatal, a coerção, assegurando também o consenso dos dominados” (BOBBIO, 1982 *apud* RAMOS, 2005).

Segundo Bobbio (1982), emprega-se o termo política, normalmente, para designar a esfera das ações que têm relação direta ou indireta com a conquista e o exercício do poder último (supremo ou soberano) sobre uma comunidade de indivíduos em um território. Relação de poder que pode ser entendida como “capacidade de um sujeito influir, condicionar e determinar o comportamento de outro indivíduo” (BOBBIO, *apud* RAMOS, 2005).

Com o triunfo do liberalismo no século XIX houve uma laicização do Estado, que já não mais impõe uma religião ou visão de mundo. Os velhos ‘aparelhos ideológicos de Estado’ (como Igrejas, Universidades) tornam-se autônomos, passam a fazer parte da sociedade civil, e criam-se novos institutos como sindicatos, partidos de massa, jornais de opinião, etc., que, apesar de terem como objeto a defesa de interesses particulares, tornam-se também portadores materiais de cultura, de ideologias. Assim, entre o Estado que diz representar o interesse público e os indivíduos atomizados no mundo da produção surge uma esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si. Essa esfera intermediária é exatamente a sociedade civil, o campo dos aparelhos privados de hegemonia, o espaço da luta pelo consenso, pela direção político-ideológica (RAMOS, 2005).

Gramsci acreditava que era possível a produção de consensos emancipatórios pela via de uma cultura e de práticas políticas revolucionárias, ao alcance de um proletariado socialmente majoritário e politicamente educado, graças ao partido de massas – o Príncipe moderno. O que Gramsci não antecipou foi a rápida e progressiva transformação da imprensa; os jornais de opinião logo perderiam espaço para os jornais de massa, comerciais, e, em pouco tempo, século XX adentro, para uma rádio e uma televisão igualmente massificados e ainda mais dominados pelo financiamento comercial atrelado ao consumo capitalista e por

conteúdos de lazer escapista tão mais atraentes quanto fossem seus conteúdos ideologicamente alienantes.

O jornalismo, tal como o conhecemos hoje, surgiu no século XVIII na França e se consolidou ao longo do século seguinte. Nasceu no contexto da revolução burguesa, inspirado nos ideais iluministas e, logo, se comprometeu com a busca do realismo e da verdade em âmbito social (NEVES, 2011). Naquele momento de autoritarismo aristocrático, o jornalismo assumiu feição política de manifestação clandestina, prestando-se à defesa dos ideais burgueses e adotando tom progressista e até revolucionário.

Aos poucos a burguesia passou a dominar a esfera econômica e política e, para legitimar sua mercadoria como confiável perante os consumidores, as empresas jornalísticas inauguram um modelo de notícia pautado numa suposta imparcialidade e num pretense equilíbrio. A primeira atribuiria ao produto jornalístico a ideia de isenção e de esforço no sentido de não tomar partido; o segundo insinuaria a intenção de promover o pluralismo e a integração de interesses. O papel da imprensa na tradição liberal é de dar visibilidade aos fatos políticos para que se possa vigiar e controlar aqueles que nos governam, como defende Manin (1995).

Depois que a burguesia se consolidou na política e na economia o jornalismo empresarial passou a ser visto como “desempenhando um papel que favorece o fortalecimento de ideologias hegemônicas e a manutenção do status quo” (NEVES, 2010). Análises teóricas destituem o jornalismo do pretendido estatuto de mediação, no qual se configura como mero reprodutor da realidade, para a ele imputar o de construção, em que aparece como agente no processo de criação do real. As empresas reagem tratando a notícia como mercadoria, no que incide diretamente sobre o conteúdo da informação posta no mercado, do mesmo modo que condiciona o tratamento a ela dispensado.

A lógica comercial induz a uma subordinação do interesse público ao interesse do público. Isto quer dizer que passa a importar menos o significado (político, social, cultural, etc.) do acontecimento, interessando mais a sua capacidade de despertar a curiosidade e prender a atenção do público. (NEVES, 2010, p. 4).

A fórmula resultante de tal combinação é a do jornalismo-espetáculo que, afinal, se insere no padrão cultural consagrado pela mídia, cuja matriz é o entretenimento. A origem deste modelo está no jornalismo norte-americano, em especial no audiovisual. Uma análise do jornalismo moderno deve ser feita por teorias de viés construcionista, que “não acredita que o jornalismo possa refletir ou distorcer a realidade. (...) Mas as notícias ajudam a construir a própria realidade: o real é o midiático e o midiático é o real” (GOMES 2004). E esse jornalismo privilegia uma visão bipolar – o mundo é estruturado em pólos opostos: o bem e o mal, o pró e o contra, etc. (TRAQUINA, 2005). Os jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los e reforçá-los (MARCONDES FILHO, 2002). Assim, o jornalismo distorce a realidade com o objetivo de manter o status quo.

Maquiavel, na sua época, dizia que era necessário um Príncipe para impor políticas à sociedade. Gramsci, na dele, substituiu o príncipe pelo partido político. Na nossa era, para Ianni (2000), o papel foi assumido pelo “príncipe eletrônico”, as instituições capitalistas de comunicação – imprensa, rádio e tevê. Nelas,

[...] as identidades, alteridades e diversidades não precisam desdobrar-se em desigualdades, tensões e contradições, transformações. Aí, tudo se espetaculariza e estetiza, de modo a recriar, dissolver, acentuar e transfigurar tudo o que pode ser inquietante, problemático, aflitivo. O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. (IANNI, 2000, *apud* RAMOS, 2005, p. 64).

A ideologia dominante é transmitida agora globalmente por grandes conglomerados de comunicação baseados nos países centrais, com tentáculos espalhados por todo o mundo e presentes em praticamente todas as manifestações culturais.

[...] o que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de 'corações' e 'mentes' em escala global. (IANNI, 2000, *apud* Ramos, 2005, p. 63).

Tentativas por parte dos países periféricos de regulamentar a atuação dos conglomerados de comunicação sofrem ataques poderosos. Já em 1974, o Movimento dos Países Não Alinhados proclamara a necessidade de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) que contribuísse para a democratização das comunicações, uma vez que o sistema em vigor seria um instrumento de dominação. O movimento ganhou o apoio da UNESCO, que defendeu a necessidade de “fomentar a circulação da informação em duplo sentido e não apenas a partir dos países desenvolvidos, caso se queira evitar uma divisão do mundo entre os produtores e os consumidores passivos da informação,” e decidiu estimular estudos relativos a políticas de comunicação (MÜLLER, 1997, p. 6).

A reação dos EUA, que diziam defender o livre fluxo de informação, foi dura.

Para frenar cualquier acción gubernamental que favoreciera la democratización comunicacional, la SIP (Sociedad Interamericana de Prensa), se unió a otra patronal regional, la Asociación Interamericana de Radiodifusión (AIR). Ambas atacaron además en otro frente, al descalificar la acción de la Unesco. (A campanha) no cesó hasta que Estados Unidos e Inglaterra anunciaron su retiro del organismo (da ONU). [...] Los encargados de esta campaña fueron principalmente The New York Times, las agencias de noticias AP, UPI y AFP, y sobre todo la SIP y la AIR. (RON, 2004).

Mas o tiro de misericórdia na NOMIC ocorreu em Talloires, na França, em 1981, quando representantes das quatro grandes agências noticiosas ocidentais e de

aproximadamente 50 entidades de empresários da comunicação elaboraram uma resposta a “Um Mundo, Muitas Vozes”, da UNESCO, denominada “Vozes da Liberdade”.

Talfores não deve ser considerada apenas uma reação verbal. Mais do que isso, foi a base da contra-ofensiva político-ideológica conservadora internacional, sob a liderança do governo Reagan, não apenas contra a NOMIC e a UNESCO mas contra o Movimento Não Alinhado, o terceiro-mundismo, e governos esquerdistas. (MÜLLER, 1997, p. 9).

Com o forçado recuo das Nações Unidas, passa a vigorar a política do *free flow of information*, ou seja, o livre fluxo de ideias e produtos informacionais com um grau mínimo de barreiras entre países, igualando direitos econômicos com direitos civis. Segundo MORAES (1998), impõe-se a visão de que

[...] a atividade dos meios de comunicação está reduzida a uma relação privada entre os emissores – os meios de comunicação – e os receptores – os cidadãos –, como frequentemente as empresas argumentam para evitar todo tipo de regulamentação de sua atividade (MORAES, 1998, p. 59).

Assim, o processo de concentração dos meios de comunicação em escala global se intensifica. Em 1983, 50 megacompanhias dominavam a paisagem. Sete anos mais tarde restavam 23, e hoje a indústria midiática é controlada por “por sete conglomerados – Bertelsmann, Vivendi, AOL-Time Warner, Disney, News Corporations, Viacom e Sony”, segundo McCHESNEY (2001), pesquisador e professor da Universidade de Illinois e autor de *Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times* (ALVES DE SÁ, 2013).

Esses conglomerados

São proprietários de estúdios, produtoras, distribuidoras e exibidoras de filmes, gravadoras de discos, editoras, parques de diversões, TVs abertas e pagas, emissoras de rádio, revistas, jornais, serviços on line, portais e provedores de internet, vídeos, videogames, jogos, softwares, CD-ROMs, DVDs, equipes esportivas, megastores, agências de publicidade e marketing, telefonia celular, telecomunicações, transmissão de dados, agências de notícias e casas de espetáculos (MORAES, 2004, *apud* GÔES, 2010).

O resultado é a imposição de um discurso único, liberal, pró-EUA, na grande mídia da maioria dos países do mundo. Santos (2011) diz que

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. [...] as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares [...] aprofundando os processos de criação de desigualdades. [...] O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. [...] tal informação se apresenta como ideologia. [...] Não é de se estranhar, pois, que a realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa. (SANTOS, 2011, p. 38).

Ou seja, os meios de consumo são usados como ferramenta de hegemonização (mediante associação deles com determinados valores realçados pela publicidade). (BAUMAN, 1999). Freire (1980) destaca que, para as nações dependentes, “a modernização traz consigo ‘a invasão cultural’ que deforma o ser da sociedade invadida, a qual chega a ser uma espécie de caricatura de si mesma” (FREIRE, 1980, p. 63). A mídia global expõe modelos de pensamento e conduta próprios da sociedade europeia e, principalmente, estadunidense, incentivando outras sociedades a adotarem-nos. É o que se chama nos estudos de relações internacionais de “soft power”⁴. A chamada “aldeia global” seria, na verdade, uma das fábulas da globalização, pois “é frequentemente mais fácil comunicar com quem está longe do que com o vizinho. [...] A informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos” (SANTOS, 2011, p. 41).

Para Sodré (2001), a atual ideologia do pensamento único atribui à chamada “globalização” poderes universais de uniformização. Mas o fenômeno seria na verdade regional (“os investimentos se concentram em determinadas regiões do mundo”), sendo

⁴ O grande formulador deste pensamento é Joseph S. Nye Jr., para quem o fundamental para os EUA seria exercerem o poder de cooptação. “Co-optive power—the ability to shape what others want—can rest on the attractiveness of one's culture and values or the ability to manipulate the agenda of political choices in a manner that makes others fail to express some preferences because they seem to be too unrealistic.”). Disponível em <<http://hbswk.hbs.edu/archive/4290.html>>

global apenas o deslocamento de capitais e informações a velocidade impressionante graças às teletecnologias. Globalização é, portanto, “a teledistribuição mundial de pessoas e coisas,” a “financeirização” do mundo pelo imperialismo estadunidense, possível graças à maciça concentração de capital em ciências como engenharia microeletrônica, computação, biotecnologia e física. Tudo envolto na palavra “informação”, termo que passa a designar “uma variedade de formas (filmes, notícias, sons, imagens, dígitos, etc.), definidas em última análise como ‘fontes de dados’ e economicamente caracterizáveis como produtos”. Antes de ser uma revolução, o processo serve para conservar as velhas estruturas de poder. O processo tende a favorecer uma “catalaxia”, ou seja, um ordenamento mercadológico do mundo, e coincide “politicamente com a ideologia do neoliberalismo, uma plataforma econômico-político-social-cultural empenhada em governo mínimo, fundamentalismo de mercado, individualismo econômico, autoritarismo moral e outros” (SODRÉ, 2001, p. 14).

A imprensa a serviço da globalização assumiria a condição de “comunicação generalizada”, depois de ter passado pelo estágio de “imprensa de opinião; imprensa comercial e mídia de massa”. Sua intenção principal é transformar o homem, o cidadão, em consumidor. O dispositivo midiático estaria comprometido “com uma forma específica de hegemonia, onde a articulação entre democracia e mercadoria é parte vital de estratégias corporativas” (SODRÉ, 2001, p. 16).

O processo de globalização, com a necessária adoção do neoliberalismo, é vendido como o único caminho possível para a “modernização” dos países. Os meios de comunicação apresentam então uma visão particular da crise sistêmica do capitalismo e forçam a aceitação dos amargos remédios sugeridos por instituições como FMI e Banco Mundial.

Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal ‘crise’ fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza nosso tempo. (SANTOS, 2011, p. 36.).

As classes dominantes de países periféricos que controlam os meios de comunicação locais não têm como sobreviver sem forjar uma aliança com os conglomerados globais, que veiculam dois terços das informações e dos conteúdos culturais disponíveis no planeta.

Também pouco se discute na grande mídia e nos meios acadêmicos em geral qual seria a função do jornalismo num antigo país colonial. Tudo que se faz é copiar formatos do ‘primeiro mundo’, particularmente dos EUA. Fanon (2010) considera que os jornais deveriam servir para a troca de experiências entre países com problemas semelhantes, e que se esquecesse das futilidades das cortes.

As notícias que interessam aos povos do Terceiro Mundo não são as que relatam o casamento do rei Baudouin ou os escândalos da burguesia italiana. O que queremos saber são as experiências feitas pelos argentinos ou pelos birmaneses no quadro da luta contra o analfabetismo ou as tendências ditatoriais dos dirigentes. (FANON, 2010, p. 233).

Como grande mídia entende-se “a produção e representação comprometidos com as forças do mercado e estetização da vida, sem qualquer intenção de transformação social.” (PAIVA, 2004).

É gritante na cobertura de assuntos internacionais na grande imprensa brasileira o silêncio local⁵ em relação aos interesses imperialistas e a luta dos países em desenvolvimento para manter algum nível de independência. Os jornais tendem a acionar o interdiscurso, como entendido por Hall, de, numa mídia noticiosa, inserir os acontecimentos em um quadro de

⁵ “Veta determinadas fontes, expurgando-as do noticiário ou dos espaços de opinião, ou quando a linha editorial determina os graus de evidência ou ostracismo a que serão submetidos movimentos, instituições, pessoas e ideias” (MACHADO; JACKS, 2001).

significação familiar ao público por meio de “mapas de significado”, conjuntos de referências culturais que transformam fenômenos desordenados e caóticos em conhecidas identificações sociais e culturais (MENDES, 2009).

Em “Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire”, Lima (2011) aborda os conceitos de censura e liberdade de expressão na obra do educador brasileiro, destacando o silêncio da grande mídia sobre determinados temas como a forma mais usual de sonegar o conhecimento, ao evitar trazer o assunto para o debate público. Freire (1980) fala do silêncio como forma de se impor uma dominação, não importando se se trata de classe ou de nação hegemônicas. Segundo o autor, “a sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas um simples eco da voz da metrópole. De todas as maneiras, a metrópole fala e a sociedade dependente escuta” (FREIRE, 1980, p. 65).

Said destaca que no mundo de hoje

[...] os discursos universalizantes da Europa e dos Estados Unidos modernos, sem nenhuma exceção significativa, pressupõem o silêncio, voluntário ou não, do mundo não europeu. Há incorporação; há inclusão; há domínio direto; há coerção. Mas muito raramente admite-se que o povo colonizado e suas ideias devem ser ouvidos. (SAID, 1995, p. 86).

2.3 A Bigorna

Nos primórdios da imprensa livre brasileira, após a chegada da família real ao País, jornais como Correio Braziliense (editado na Inglaterra de 1808 a 1822) não eram voltados para o povo. Seu proprietário, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, que vivia na Inglaterra, “atribuía à imprensa um meio de excelência para educar a elite brasileira. Se essa absorvesse os saberes do mundo civilizado, os homens, bem instruídos,

saberiam adotar as medidas pertinentes às mudanças da época” (CINQUE, 2007). Quanto ao povo brasileiro, o editor não conseguia vê-lo “assentado no poder, uma vez que o considerava incapaz de exercer outras funções na sociedade que não as laboriosas” (Idem). Portanto, para se tornar um país “moderno”, a única opção para o Brasil era copiar o exemplo europeu.

A Inglaterra pode, sem dúvida, oferecer vantagens ao Brasil, que nenhuma nação da terra poderia apresentar-lhes. [...] as ciências, as artes, a indústria, só podem passar ao Brasil da Inglaterra. (CORREIO BRAZILIENSE, 2001, v. 2, p. 132). [...] Todo o mundo conhece que a Inglaterra é a potência mais adequada para ter uma íntima amizade e aliança com o Brasil. Este país nascente, e falto de experiência, só da Inglaterra pode, nas atuais circunstâncias, aprender e organizar as suas instituições políticas, a dirigir as suas operações comerciais; a dispor a tirar vantagem dos seus recursos de finanças. (CINQUE, 2007).

Mas a aristocracia rural que Hipólito tanto criticava era na verdade o único setor que podia promover a independência do Brasil; e a burguesia necessária para tornar o País uma “Nova Inglaterra” só começaria a surgir aqui no final do século. Na prática, o que ele defendia não interessava aos brasileiros. “Hipólito nem sempre se manteve concomitante com as reais condições da sociedade brasileira da época, (e seu) discurso em prol da modernização do Brasil concatenava-se aos interesses da burguesia internacional” (idem).

O papel da imprensa definido por Hipólito acabou se estendendo para a quase totalidade dos grandes jornais por toda a história do Brasil.

Na época da abolição da escravidão, a cidade de Juiz de Fora, com seus então pujantes cafezais, possuía a maior população escrava de Minas Gerais. O principal jornal da região, o *Pharol*, era voltado para os fazendeiros, os barões do café. Nas edições dos meses que antecedem a promulgação da Lei Áurea, transparece nos artigos que, para os fazendeiros, o principal problema do País não era o destino do escravo a ser liberto, mas o “proletário” brasileiro, o sertanejo, o mestiço livre. A matéria principal de primeira página de 18 de abril de 1888 é emblemática. Publicada com o título de Correspondência, enviada de Rio Novo, o autor, Olympio de Araujo, argumenta que, apesar da “má índole da maior parte dos escravos e sua nenhuma educação,” a criação de uma lei especial “como complemento da abolição, (os

libertos) terão de sujeitarem-se ao regimen do trabalho, ou soffrerão as penalidades ou correctivos que essa lei combinada com a actual, impuzer aos delictos por elles praticados e até mesmo ao máo veso desidioso (indolência nata)”. Mais perigosa, continuava, “é a já existente e bem numerosa classe de proletários agrícolas (que) vem se constituindo proprietária de minguadas parcellas de terras (e) já não receia a ordem de despejo.” Essa gente, o núcleo do povo brasileiro,

[...] acostumada de há muito a prover os meios de subsistência a custa de furtos praticados por escravos; ignorante e refractaria aos negócios lícitos; indolente por habito e vicio; quando não tiver á mão o seu instrumento ou cúmplice de expoliações, o escravo, mover-se-ha então não pelos labores nobre, mas pelo furto e depredação (ARAUJO, 1888).

O autor diz não saber o que deve ser feito para “se livrar dessa gente”. Eles “não vendem as suas terrinhas por preço algum”, o que impossibilitaria sua expulsão. Outra ideia aventada, perene no Brasil, era a da criação de uma polícia rural, mas isso foi descartado. “Seria um modo de augmentar a vagabundagem, pois que taes policiaes não seriam mais que vagabundos disfarçados, percorrendo as fazendas sob suas guardas, almoçando aqui, jantando alli e dormindo além, sem prehencher talvez os fins para que foram engajados.” Ele concluiu o artigo dizendo que “... todos os srs fazendeiros conhecem quanto lhes é já prejudicial a classe de proletários a que nos referimos.”

Interessante notar que é de forma muito parecida que a grande imprensa brasileira ainda trata os mais pobres hoje no Brasil. As pesquisadoras Lahni & Musse afirmam que, nos noticiários de massa no Brasil, as classes populares são apresentadas “como personagens exóticas ou atrasadas” (2007, p.126).

O bandido da história continua sendo o povo brasileiro. Logo após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva sobre Geraldo Alckmin nas eleições presidenciais de 2006, o

principal articulista político da revista *Veja*, Reinaldo Azevedo, escreveu lamentando o resultado do pleito:

Eu não tenho o menor interesse na opinião do povo. Quase sempre ele está errado. A democracia sempre foi salva pelas elites e posta em risco justamente pelo povo, essa entidade. Vai acontecer de novo. Lula, reeleito, tende a levar o país para o buraco. E uma elite política terá de ser convocada para impedir o desastre. [...] Fico aqui queimando as pestanas, tentando achar um jeito de eliminar o povo da democracia. Ainda não consegui. Quando encontrar, darei sumiço no dito-cujo em silêncio. Ninguém nem vai perceber... Povo pra quê? (AZEVEDO, 2006).

Roberto Civita, presidente do Grupo Abril, editor da *Veja*, reconhece que o leitor da revista “é principalmente da classe média alta” (VALOR, 2012). O mesmo é assumido pelo antigo presidente do Grupo Folha, Octávio Frias de Oliveira.

A audiência da imprensa é uma audiência qualitativamente muito importante, mas quantitativamente pequena. (...) (A) gente não está fazendo uma interlocução com o conjunto da sociedade, mas [...] com um setor mais ou menos bem definido ideologicamente: a classe média urbana com um bom nível de escolaridade. O público do jornal é este, a base social dos jornais é esta, e a interlocução que a gente tem é com este tipo de pessoa. (FONSECA, 2005, p. 34).

O público alvo é o mesmo para toda a grande imprensa, explica Francisco Fonseca. Os filhos dessa favorecida classe média intelectualizada são também os escribas dos proprietários dos meios de comunicação. Essa realidade foi exposta pela ombudsman da Folha de S. Paulo, Suzana Singer, ao criticar a cobertura do jornal das eleições municipais de São Paulo de 2012.

Quanto mais se afasta do centro da cidade, mais evidente fica a fragilidade da reportagem. A Folha não entende e não conhece a periferia de São Paulo, que responde por 40% dos votos. Talvez seja um reflexo da própria Redação, formada majoritariamente por brancos (e brancas), de alta escolaridade, que vivem no cinturão privilegiado de São Paulo - composição que se repete nas grandes redações. (SINGER, 2012).

Da Silva explica que essa camada branca impõe a visão hegemônica de Brasil.

Ocorre que parte considerável da elite e da minguada “classe média alta” da cidade (classe A), constituída predominantemente por pessoas com identidade branca, se concentra num espaço bem definido, o eixo Ipanema–Leblon–São Conrado–Barra da Tijuca, sendo este fato de suma importância porque é nesse eixo restrito que reside a maioria dos que ocupam as “agências discursivas”, falando em nome de toda a população com uma desenvoltura e uma desinibição impressionantes. (DA SILVA, 2005).

A visão dessa classe, expressa nas páginas dos jornais, é racista, segundo Muniz Sodré.

Os jornais, para usar expressão de Gramsci (Antonio, cientista político italiano), são intelectuais coletivos das classes dirigentes. Refletem este desejo de que as coisas fiquem como estão, cada macaco no seu galho. Quais foram os lugares de resistência às ações afirmativas? A imprensa. Aqui no Rio, O Globo. E com dirigentes, Ali Kamel. (SODRÉ, 2012).

Persiste na mente de donos de empresas de comunicação que o Brasil é um país atrasado, com um povo inferior. Roberto Civita nasceu em Milão, morou em Nova York até os 12 anos, passou a adolescência no Brasil, onde estudou em escola estadunidense, e voltou para fazer graduação e pós nos EUA. Depois de passar pela Europa e Japão, seu pai queria que ele voltasse ao Brasil para assumir os negócios da família. O pai, Victor Civita, nascido em Nova York e que construiu seu império de comunicação, o Grupo Abril, depois de ganhar o direito de publicar no País revistas em quadrinhos da estadunidense Walt Disney, argumentou que o filho teria sucesso no Brasil, porque, relata Roberto Civita, “(a)qui tem pouca gente inteligente, bem preparada.” Mas o filho titubeava.

Voltar ao Brasil em 1958 era voltar no tempo... mesmo... mesmo”, lembra-se. “Comparando o Brasil com o Hemisfério Norte, com Estados Unidos, Japão, Europa, era como pegar uma espaçonave e viajar no tempo. Aqui era muito mais atrasado. Estou na vanguarda e vou voltar 30 anos!”, pensava. (VALOR, 2012).

Roberto Civita diz que seu grupo acredita “na livre-iniciativa e somos contra a estatização, socialização, por achar que não funciona”. Posições contrárias à linha editorial não são levadas em conta, “senão, você faz um jornal, uma revista, uma TV anódinos, sem cor, sem posição”. Considera que a coisa mais valiosa na Abril é ter pessoas com uma visão alinhada. "As pessoas que não concordam, veem o mundo de outro jeito, acabam não ficando, são meio rejeitadas pelo organismo." (VALOR, 2012).

No Brasil, a imprensa nunca deixou de defender duas importantes causas: democracia representativa e o liberalismo econômico. No caso de ter de sacrificar um dos dois, a escolha tem sido a democracia, como foi provado no golpe de Estado de 1964 (respaldado pelos Estados Unidos). Os grandes jornais apoiaram o golpe militar e, coerentemente, tal como os economistas liberais, tornaram-se críticos dos governos militares à medida que estes promoviam a intervenção do Estado na economia. Na década de 50, foram favoráveis ao ingresso do capital estrangeiro no Brasil e contrários à criação da Petrobras e ao monopólio estatal do petróleo. Eles também sempre se opuseram ao controle da remessa de lucro para o exterior das empresas estrangeiras e à reforma agrária. “A afinidade ideológica existente entre os proprietários dos grandes veículos e os partidos de direita nos permite dizer que, até a década de 1960, havia no Brasil uma imprensa partidária” (ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 2001, *apud* JORGE, 2003).

Celina Rabello Duarte afirma que na década de 1960 tais empresas “começaram a inserir-se no mundo dos grandes negócios e a despolitizar-se rapidamente, rompendo, dessa forma, com a tradição da imprensa brasileira que, até então, era essencialmente engajada” (JORGE, 2003). Juarez Bahia diz que, durante essa fase, foram feitos investimentos superiores a US\$ 100 milhões, que, segundo ele, definiram a natureza empresarial da imprensa brasileira (Bahia, 1990, *apud* JORGE, 2003).

A partir da década de 90, os grandes jornais – Globo, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil – abraçam efusivamente o Consenso de Washington, o pensamento único, o ultraliberalismo, a globalização. A abertura do mercado brasileiro e as privatizações, com a conseqüente desnacionalização de nossa economia, seriam a panaceia para todos nossos males, o “passaporte para o primeiro mundo” (FONSECA, 2005).

Na verdade, defendida era a chamada “globalização”, “um mito convenientemente criado, sobretudo pelos EUA, como forma de abrir mercados protegidos desde os anos de 1930 ou 1940 na maior parte dos países” (idem.). Aqueles contrários a um alinhamento automático com os EUA e a Europa, a favor do intervencionismo do Estado e de um projeto nacional eram desqualificados, chamados de atrasados, dinossauros, ideólogos que queriam manter o Brasil entre os povos bárbaros.

Quando o presidente Itamar Franco decidiu rever as privatizações feitas pelo ultraliberal Fernando Collor de Melo, O Estado de São Paulo decretou: “É nosso retorno ao passado de atraso. Ao Terceiro Mundo” (FONSECA, 2005, p. 390). A desqualificação significa para os jornais que não é necessário trazer a opinião contrária, discutir posições, já que aqueles que as defendem não merecem ser ouvidos. A situação persiste até hoje e empobrece toda a discussão política no Brasil.

Perseu Abramo, em ensaio escrito no final dos anos 1980, mas só publicado em 2003, defende que os jornais brasileiros não são apenas politizados como também partidarizados. O autor argumenta que eles manipulam e distorcem os fatos porque almejam o poder e, por isso, os órgãos de imprensa no Brasil se transformaram em partidos políticos (ABRAMO, *apud* JORGE, 2003).

A presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) acabou corroborando a tese de Abramo em 2010. Criticando proposta do governo Lula para o Programa Nacional dos

Direitos Humanos, que conteria, para ela, uma ameaça à liberdade de imprensa, Maria Judith Brito, que também era executiva da Folha de S. Paulo, revela:

A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação. E, obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. E esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo. (BRITO, 2010).

Interessante notar que em momento nenhum do primeiro mandato do neoliberal Fernando Henrique Cardoso, quando a oposição também estava fragilizada, a imprensa brasileira assumiu o papel oposicionista. A elite brasileira, com medo pânico do povo, ainda sonha com um príncipe (europeu) encantado.

Em 2007, numa cúpula iberoamericana, o presidente da Venezuela Hugo Chávez questionou o ex-primeiro-ministro espanhol Jose Maria Aznar por este ter apoiado um golpe de Estado de vida curta contra o venezuelano. Diante da pressão de Chávez sobre Aznar, o rei da Espanha, Juan Carlos, também presente à cúpula, disparou contra o presidente latino-americano: “¿Por qué no te callas?” A reação pouco nobre do monarca europeu foi efusivamente aplaudida pela grande imprensa brasileira. O comentarista político da Rede Globo Arnaldo Jabour foi além. Ele lamentou no Jornal da Globo de 13 de novembro de 2007: "Pena que não haja um rei português para dar um esculacho na malandragem de Brasília".

No Grupo Abril persiste a visão de uma civilização superior nos salvando de nossas mazelas. Dois jornalistas da revista Veja, Leandro Narloch e Duda Teixeira, este editor assistente da editoria de Internacional da revista, publicaram em 2011 um livro chamado “Guia Politicamente Incorreto da América Latina” e anunciam na introdução que

Não há aqui destaque para veias abertas do continente, mas para feridas devidamente tratadas e curadas com a ajuda de grandes potências. Conhecemos bem as tragédias que nossos antepassados índios e negros sofreram – mas, honestamente, estamos cansados de falar sobre elas. E acreditamos que todos os povos passaram por desgraças semelhantes, inclusive aqueles que muitos de nós adoram acusar (NARLOCH & TEIXEIRA, 2011).

Simon Bolívar é apresentado como uma influência perniciosa na América Latina, cujas ideias inspiraram o “ditador” da Venezuela Hugo Chávez (não importando que este tenha sido democraticamente eleito e reeleito em pleitos considerados limpos por órgãos de fiscalização internacionais).

3 O PARAÍSO PERDIDO

A concepção de mundo hegemônica hoje foi forjada na Europa a partir da revolução mercantil e consolidada na época do colonialismo e imperialismo. Ela ainda mantém a visão messiânica de seus primórdios, mas modernizada. Aproveitando momentos de conturbação em outras grandes civilizações, como a de povos das Américas, da África e da China, os europeus dominaram o mundo e, assim, se consideraram Deus – o cristão, naturalmente. Eram eles que determinavam quem era o povo escolhido e quem tinha o pecado original. Aliás, eles julgavam até quem era e quem não era ser humano. A entendida supremacia racial foi metamorfoseada em supremacia cultural. Deixaram de impor a ferro e fogo seu Deus cristão aos outros povos e impõem com bombas o democrático deus mercado. Mas os europeus acabaram sendo suplantados econômica e militarmente pelo “supermonstro” estadunidense, que assumiu o comando das funções civilizatórias. Por outro lado, na periferia existem aqueles que tentam resistir ao bombardeio, à alienação, e buscam construir modelos moldados por sua própria realidade. Só que sua elite dominante interiorizou a estereotipada visão eurocêntrica de mundo.

3.1 Mentalidade Colonizadora

O início da expansão colonialista moderna, lançando as bases da primeira civilização mundial, ocorreu na passagem do século XV ao XVI “em duas áreas marginais – tanto geográfica quanto culturalmente – da Europa: a Ibéria e a Rússia” (RIBEIRO, 1998), que aproveitaram o impulso da reconquista de seus territórios, ocupados por árabes islâmicos e tártaro-mongóis, respectivamente. Essa guerra de emancipação assumiu caráter religioso, sendo conduzida sob a direção do papa e do rei. No processo, “as ordens religiosas tornaram-

se mais ricas e mais poderosas do que a nobreza, diferenciaram corpos especiais de sacerdotes guerreiros, e a Igreja Católica se fez herdeira de boa parte da terra reconquistada aos infiéis” (RIBEIRO, 1998, p. 111).

A associação das monarquias ibéricas com o papado alcança um nível de quase fusão, e Portugal e Espanha conseguem da Igreja Católica o título de domínio exclusivo sobre todas as terras que se descubram para além de uma linha imaginária. Os dois países eram a vanguarda das grandes navegações e impulsionavam a revolução mercantil na Europa. “[A] monarquia espanhola obtém, então, os privilégios de erigir e dirigir a Santa Inquisição através de sacerdotes intermediários, de cristianizar o gentio com a qualidade de ‘vigários apostólicos’ investidos da condição de ‘patronato universal’”. (RIBEIRO, 1998, p.111).

A colonização das terras conquistadas se dá com a erradicação da antiga classe dominante local, a concessão de terras como propriedade latifundiária aos conquistadores, na adoção de formas escravistas de conscrição de mão de obra e a implantação de patriciados burocráticos, representantes do poder real.

Quando é aguçado o móvel da exploração em curto prazo, implantam-se nas regiões colonizáveis estilos violentos de interação social. Estilos de que são exemplos, diversos entre si, a encomienda mexicana ou peruana, o engenho do Nordeste brasileiro e das Antilhas, a hacienda platina. (BOSI, 1996, p. 21).

Nos impérios teocráticos americanos, onde já existia disciplina do trabalho, caciques foram transformados em aliciadores locais de mão de obra para a terra e as minas. Flagelada pelas pestes com que o europeu a contaminou e desgastada sob o peso do trabalho, a população indígena sofre genocídio. Os sobreviventes se viam degradados

[...] pela contingência de servir como mera força de trabalho que não existia para si própria, mas como produtora dos poucos artigos que interessavam à economia colonial e, sobretudo, como extratora de metais preciosos. Perde assim, os altos níveis de qualificação tecnológica e de saber erudito que havia alcançado para mergulhar numa cultura espúria. (RIBEIRO, 1997, p. 115).

Nas outras áreas americanas restaurou-se o escravismo greco-romano em sua forma mais crua.

Primeiro, pela escravização dos indígenas locais e, mais tarde, desgastados estes, pela transladação de enormes massas de negros da África para as *plantations* e para as minas, onde seria consumida também a maior parte deles”. Surge então uma “nova casta de mestiços resistentes à escravidão, tendentes à rebeldia e sem lugar na estratificação societária de estamentos raciais. (RIBEIRO, 1997, p. 115).

Entre os europeus, todo esse sistema era justificado e disfarçado “em nome do zelo pela salvação eterna do gentio, pela atribuição da função de catequistas aos encomenderos” (RIBEIRO 1997). Vivia-se uma ordem social sagrada, um antropocentrismo aliado ao eurocentrismo – a Terra era o centro do universo; o homem era o centro das atenções; a Igreja católica era o centro da humanidade; e os europeus eram o centro do mundo. Os colonizados, nada mais do que combustível humano para o sistema. Em 1556, “quando já se difundia pela Europa cristã a *leyendá negra* da colonização ibérica, decreta-se na Espanha a proibição oficial do uso das palavras conquista e conquistadores, que são substituídas por descubrimiento e pobladores, isto é, colonos.” (BOSI, 1996, p. 12). Citando Marx (1970), Bosi (1996) diz que

[...] o descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígine, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a conversão do continente africano em zona de caça de escravos negros, são todos fatos que assinalam os albores da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento da acumulação originária. Atrás deles, pisando em sua pegadas, vem a guerra comercial das nações europeias, cujo cenário foi o planeta inteiro. (BOSI, 1996, p. 20).

Entramos assim na era do imperialismo, ou neocolonialismo. A maioria dos autores data o início do período na década de 1880, destacando a maturação do capital financeiro e a Conferência de Berlim (Partilha da África), realizada em meados da década.

Para Hobson (1985) a grande característica da internacionalização da economia em seu tempo era a exportação de capitais, ou melhor, os investimentos pelo mundo realizados, sobretudo, pela Inglaterra sob a forma de construção e gerenciamento de ferrovias – a forma mais visível –, de portos, de sistemas de iluminação elétrica, de carris urbanos, de sistemas de abastecimento de água, esgoto e gás, além de exploração de projetos de mineração e plantações (CAMPOS, 2010, p. 3).

Já Hilferding (1985) diz que o imperialismo é marcado pela exportação de capitais, mas de um tipo novo, o financeiro, que seria a forma mais avançada, uma união entre o capital industrial e o bancário, com a prevalência desse último. A exportação de capitais se dá na busca de altas taxas de lucro, e não pela busca de mercado, já que o capital tem por objetivo o lucro e não os mercados. Nesse modelo, bancos dos países centrais – no caso, um consórcio de bancos liderado pela tradicional casa Rothschild, de Londres – emprestam dinheiro para governos de países periféricos, que contratam serviços de empresas dos países centrais para a *modernização* das cidades e da economia. Quem paga as obras acaba sendo a população do país periférico com o trabalho e impostos.

Para Said (1995), imperialismo é “a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante”; o colonialismo, quase sempre uma consequência do imperialismo, é “a implantação de colônias em territórios distantes”. Nenhum deles é simples ato de acumulação e aquisição: “ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação” (SAID, 1995, p.40).

Assim, com o advento do liberalismo e do racionalismo, a justificativa para a dominação não era mais apenas religiosa, mas também cultural e racial. O racismo passa a ser “científico”, aproveitando a teoria da evolução de Darwin e a análise da caixa craniana e do órgão genital dos machos de diversas “raças”. Então, “as potências colonizadoras, a França, a

Inglaterra e a Alemanha, em plena expansão territorial pela Ásia, África e, no plano econômico, pela América Latina, começaram a ‘justificar’, na esfera das doutrinas políticas, a missão civilizadora do Ocidente em relação a povos... inferiores” (BOSI, 1994). O sentimento reinante era de “obrigação para com os nativos, a exigência na África e em outros lugares de fundar colônias para o ‘benefício’ dos nativos ou para o ‘prestígio’ do país natal. É a retórica da *mission civilisatrice*” (SAID, 1995, p. 152).

Como considera Ferro (2006, p. 20), “na sua bondade, o homem branco não destrói as espécies inferiores, mas as educa – a menos que não sejam ‘humanas’, como os bosquímanos, ou os aborígenes da Austrália, a quem nem sequer se deu um nome; nesse caso, ele as extermina”.

Em 1910, o francês Jules Harmand, defensor do imperialismo europeu, explicava:

É necessário, pois, aceitar como princípio e ponto de partida o fato de que existe uma hierarquia de raças e civilizações, e que nós pertencemos à raça e civilização superiores, reconhecendo ainda que a superioridade confere direitos, mas, em contrapartida, impõe obrigações estritas. A legitimação básica da conquista de povos nativos é a convicção de nossa superioridade, não simplesmente nossa superioridade mecânica, econômica e militar, mas nossa superioridade moral. Nossa dignidade se baseia nessa qualidade, e ela funda nosso direito de dirigir o resto da humanidade. O poder material é apenas um meio para esse fim. (HARMAND, 1910, *apud* SAID 1995).

O grande formulador da teoria racista na época foi o francês Joseph Arthur de Gobineau (1855), que se autoproclamou conde de Gobineau; aliás, muito conhecido dos brasileiros. Ele chefiou a missão diplomática francesa no Brasil em 1869, tornando-se amigo íntimo do imperador D. Pedro II. Os dois trocaram correspondência pelo resto da vida e foram parceiros de viagens pela Europa.⁶ Gobineau dizia que a raça ariana era superior às demais, constituindo a elite europeia. É importante destacar que a tese via gradação racial até entre os povos europeus, sendo os sulistas impuros em relação aos nórdicos, o que era assumido inclusive por operários e camponeses.

⁶ Ver História de Dom Pedro II – 1825-1889, de Heitor Lyra. São Paulo: Ed. USP, 1977.

Segundo Gramsci, (1987), o preconceito difundido pela ideologia burguesa entre as massas do Norte a respeito das do Sul era o primeiro obstáculo a ser removido para que fosse possível a união dos trabalhadores da Itália no início do século XX. Através da escola, do jornal e da tradição, era ensinado que

Os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos. [Essas idéias teriam sido disseminadas, com o aval do Partido Socialista em Turim, por] escritores da assim chamada escola positivista (...) que em artigos, ensaios, novelas, romances, livros de impressões e recordações, repetiram sob diversas formas a mesma ladainha; com eles, mais uma vez, a 'ciência' foi chamada para esmagar os miseráveis e os explorados. (GRAMSCI, 1987, p. 139).

Ao mesmo tempo em que era forjada a falácia da superioridade cultural e racial, o romance se consolidava como gênero literário na Europa burguesa e se tornava um dos principais veículos de transmissão de ideias e de ideologia (como o cinema e a televisão nos dias de hoje). Said (1995) percebeu que a noção impregnava o romance da época, era assumida por todas as camadas da população europeia e não sofria contestação de nenhum setor do espectro político. Nos países colonizados, poucos percebiam a ideologia que era passada pelos romances, e a leitura deles era considerada obrigatória para uma pessoa ser tida como culta. Analisando essas obras

[...] podemos sentir como as ideias a respeito das raças e territórios dependentes eram abraçadas (na Europa) tanto por executivos das relações exteriores, burocratas coloniais, estrategistas militares, quanto por leitores inteligentes de romances que se instruíam nas questões delicadas da avaliação moral, do equilíbrio literário e do acabamento estilístico. (SAID, 1995, p.138).

Segundo Said, o romance que inaugura essa tendência é Robson Crusoe, do jornalista e escritor inglês Daniel Defoe, publicado em 1719. O livro fala de um naufrago europeu perdido em uma ilha caribenha e cercado por selvagens canibais que consegue

sobreviver e se impor graças à moderna tecnologia das armas de fogo e do apoio de um indígena, depois deste ter se convertido num “muito bom cristão” - projetando a trajetória histórica colonial dos dois séculos seguintes. Esse eurocentrismo passa a dominar o alegado universalismo de campos como os clássicos, como se outras literaturas e sociedades tivessem um valor menor ou ultrapassado. A Europa era o centro do mundo, o apogeu da civilização. A visão que perpassava todas as suas classes era a de que só os europeus poderiam oferecer aos povos “inferiores” os instrumentos tecnológicos, acadêmicos e espirituais necessários para que evoluíssem e escapassem do atraso e da barbárie.

Para Ferro (2006, p. 40), “a história e o direito ocidental haviam codificado o que era a civilização – e seu vínculo com o cristianismo também”. Historiografia, sociologia e antropologia são moldadas à imagem da Europa, com a última sendo destacado instrumento de dominação.

Entre todas as ciências sociais modernas, a antropologia é a que esteve historicamente mais ligada ao colonialismo, visto que amiúde os dirigentes coloniais eram assessorados por antropólogos e etnólogos sobre os usos e costumes do povo nativo. (Claude Lévi-Strauss reconhece isso ao se referir à antropologia como ‘a serva do colonialismo’). (SAID, 1995, p. 202).

É a imagem, fixada no subconsciente dos povos colonizados, do antropólogo europeu observando e examinando os nativos. Frantz Fanon avaliava que a colonização requer mais do que a subordinação material de um povo. Ela também fornece os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e de se entenderem. Fanon identifica isso em termos radicais no cerne da linguagem, e até nos métodos pelos quais as ciências são construídas. Trata-se do colonialismo epistemológico. (GORDON, *apud* FANON, 2008).

Os europeus ensinam aos colonizados o que pensar sobre sua própria cultura, sua própria história. Como resultado, “a história dos nativos, depois de removidos de sua posição histórica em sua própria terra, é reescrita em função da história imperial” (SAID, 1995).

Fanon (2010) considera que o “o colono faz a história. Sua vida é uma epopeia, uma odisseia. Ele é o começo absoluto: ‘Esta terra, fomos nós que a fizemos’. Ele é a causa contínua: ‘Se partirmos tudo estará perdido, esta terra voltará à Idade Média’” (FANON, 2010, p. 68). Era também praxe entre os colonizadores tentar mudar o habitat local do país colonizado para fazê-lo imagem daquilo que fora deixado para trás. Cidades erguidas na América, África e Ásia eram réplicas daquelas em seu continente, um gesto de violência geográfica.

Ao mesmo tempo, os dominantes apagavam de seu passado comportamentos que maculariam a narrativa de uma imagem santificada, civilizada, nobre. Said lembra que o fato histórico da prática do canibalismo entre os integrantes das Cruzadas foi virtualmente eliminado da crônica europeia. “Foi apenas no século XIX que os historiadores europeus das cruzadas começaram a não mencionar a prática do canibalismo entre os cavaleiros francos, muito embora as crônicas dos cruzados da época se refiram sem pejo ao consumo de carne humana” (SAID, 1995, p. 47). Os crimes dos ‘cruzados’ de hoje, os soldados imperialistas que assumem a missão de levar a ‘democracia’ aos povos incivilizados, também são abafados.

A visão eurocêntrica maculou até a religiosidade da época. O francês Alan Kardec desenvolveu em meados do século XIX a doutrina espírita cristã, defendendo que os seres passam por um processo de evolução através de reencarnações. Existiriam, para a evolução do espírito, mundos mais atrasados e mais avançados, assim como, no nosso planeta, raças e culturas mais atrasadas e mais avançadas.

Poderá, direis, progredir como Espírito, sem retornar a Terra. Mas, então, porque nós, civilizados, esclarecidos, nascemos na Europa antes que na Oceania? Em corpos brancos antes que em corpos negros? Por que um ponto de partida tão diferente, se não se progride senão como Espírito? Por que Deus nos isentou do longo caminho que o selvagem deve percorrer? Nossas almas seriam de outra natureza que a sua? Por que, então, procurar fazê-lo cristão? (...) Eis por que a raça negra, enquanto raça negra, corporeamente falando, jamais alcançará o nível das raças caucásicas; mas, enquanto Espíritos é outra coisa; ela pode se tornar, e se tornará, o que somos; somente ser-lhe-á preciso tempo e melhores instrumentos,” ou seja “não será isso certamente nos corpos da mesma raça física, impróprios a um certo desenvolvimento intelectual e moral. (KARDEC REVISTA ESPÍRITA, 1862, págs. 97-105 - Perfectibilidade da raça negra).

O eurocentrismo tomava também o movimento operário, o movimento feminista, o movimento artístico de vanguarda – todos afirmando a superioridade do povo europeu.

A expansão colonial tornou-se a solução para todos os problemas internos: pobreza, luta de classes, superpopulação. Argumentava-se que ela representava o interesse comum, que estava acima dos partidos. Aliás, na colônia o funcionário público ou o colono proclamam-se, acima de tudo, franceses – ou ingleses -, e nem de esquerda nem de direita; era realmente a raça que os definia, e não sua atividade ou função social. Era ela que definia a elite, justificava a opressão. Por certo, as teorias raciais já existiam antes da colonização, antes do imperialismo, mas tinham pouca repercussão. O imperialismo deu-lhes substância e vida, propagou-as. (FERRO, 2006, p. 42).

Mesmo autores simpáticos ao sofrimento dos povos sucumbiram ao eurocentrismo. “Diante da invasão do México pelos Estados Unidos, ou da Argélia pelos franceses, Marx e Engels entendem ser este um fato propício para a propagação dos ideais civilizatórios.” (ORTIZ, 1989, p.49). Em repetidos artigos, Marx expressa sua convicção de que, mesmo destruindo a Ásia, a Grã-Bretanha estava tornando possível uma verdadeira revolução social na região. “A Inglaterra tem de cumprir uma dupla missão na Índia: uma destrutiva, a outra regeneradora – o aniquilamento da sociedade asiática, e o estabelecimento dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia” (MARX 1973, *apud* SAID, 2010).

Alguns autores justificam a posição de Marx e Engels por estes terem tido à disposição para análise apenas documentos coloniais produzidos por oficiais da França e da Inglaterra.

Os dois campos políticos (esquerda e direita) se baseavam em documentos coloniais, fosse o discurso totalmente codificado do orientalismo, por exemplo, ou a concepção de Hegel sobre a Índia e a África como estáticas, despóticas, sem grande relação com a história universal. Quando Engels, em 17 de setembro de 1857, definiu os mouros argelinos como ‘raça tímida’ porque eram reprimidos, mas ‘mesmo assim conservando sua crueldade e espírito vingativo, enquanto no caráter moral permanecem num nível muito baixo’, ele estava apenas repetindo a doutrina colonial francesa. (SAID, 1995, p. 219).

A parcialidade das fontes utilizadas também explicaria a diatribe escrita por Marx a guisa de verbete sobre o herói da independência latino-americana Simón Bolívar para uma enciclopédia em 1857. “Marx admitiu, numa carta a Engels, que havia saído um pouco do tom enciclopédico, mas que ‘seria ultrapassar os limites querer apresentar como Napoleão I o mais covarde, brutal e miserável dos canalhas’”, conta Aricó (2001). “O juízo formulado por Marx foi transposto inclusive para as demais personalidades do movimento de libertação e até para o próprio movimento” (MARX, 2001, p. 9).

Marx especulava igualmente que “a comuna camponesa russa alcançaria o socialismo sem interregno capitalista, graças aos meios que o progresso do Ocidente colocava à sua disposição” (SCHWARZ, 2009). O eurocentrismo de Marx influenciou o entendimento de marxistas de que haveria, no mundo, um determinismo diacrônico,

Com o qual se diz que certa estrutura social fatalmente resultará em outra (por exemplo, o modo de produção feudal necessariamente conduz ao modo de produção capitalista, e o modo de produção capitalista necessariamente conduz ao modo de produção socialista, sem reversões, atalhos, ou variações possíveis) (BARROS, 2011, p. 72).

Ou seja, para chegarem ao paraíso terrestre (no caso o comunismo) todos os povos teriam de seguir os passos da divina Europa.

Já historiadores ingleses da época tinham outra visão do paraíso. Eles contrapunham ao modelo de desenvolvimento histórico marxista outro paralelo e diferente, apresentando, obviamente, o Império Britânico como exemplo.

[...] os imperialistas ingleses [...] identificavam outras etapas do desenvolvimento histórico: o Estado-cidade, o Estado-feudal, o Estado de classes, o Estado nacional democrático. O Estado britânico era, portanto, o coroamento de uma história conforme aos ideais de liberdade e de tolerância nascidos durante a Reforma. (FERRO, 2006, p. 41).

Assim, impor a democracia liberal a países periféricos faria parte de uma missão civilizatória. O problema é que haveria também um determinismo ambiental. O conceito foi expresso pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel em sua obra “Antropogeografia: fundamentos da aplicação da Geografia à História” de 1882. Discípulos dele afirmavam que um meio natural mais hostil proporcionaria um maior nível de desenvolvimento ao exigir um alto grau de organização social para suportar todas as contrariedades impostas pela natureza. Isso explicaria o desenvolvimento das sociedades europeias, onde os invernos são muito rigorosos, e o fato de elas não terem encontrado grandes dificuldades para subjugar os povos tropicais, mais indolentes e atrasados – a tese foi aproveitada pelos nazistas para legitimar o expansionismo alemão na Segunda Guerra Mundial. O próprio Marx, que não era um determinista, abraçou o conceito.

Uma natureza pródiga demais retém o homem pela mão como uma criança sob tutela; ela o impede de se desenvolver ao não fazer com que seu desenvolvimento seja uma necessidade de natureza (...). A pátria do capital não se encontra sob o clima dos trópicos, em meio a uma vegetação luxuriante, mas na zona temperada. Não é a diversidade absoluta do solo, mas sobretudo a diversidade de suas qualidades químicas, de sua composição geológica, de sua configuração física, e a variedade de seus produtos naturais que formam a base natural da divisão social do trabalho e que excitam o homem, em razão das condições multiformes ao meio em que se encontra situado, a multiplicar suas necessidades, suas faculdades, seus meios e modos de trabalho. (MARX, 1997, *apud* MARTINS, 1994).

Na verdade, as organizações operárias europeias nunca exprimiram solidariedade para com os mineiros explorados, trabalhadores de plantação, camponeses deslocados e pequenos proprietários indígenas nas colônias. Pelo contrário, o racismo entre as camadas mais pobres da sociedade europeia era expresso de forma mais visceral, e as acompanhava quando emigravam para países periféricos. Segundo Fanon (2008), um religioso relatou que a maior parte dos europeus que passaram a viver na África do Sul sentia “uma repugnância quase física por tudo o que coloca um nativo ou uma pessoa de cor no seu nível”. Fanon

recorre a Sartre, na análise deste sobre o preconceito contra judeus na Europa, para explicar a questão.

(O antissemitismo seria) esnobismo do pobre. Parece, com efeito, que a maioria dos ricos utiliza esta paixão em vez de entregar-se a ela, pois tem coisa melhor a fazer. Esta paixão se propaga normalmente nas classes médias, precisamente porque elas não têm nem terra, nem castelo, nem casa! Ao tratar o judeu como um ser inferior e pernicioso, afirmo, ao mesmo tempo, que pertença a uma elite. (FANON, 2008, p. 86).

Said (2010) diz que um ocidental branco de classe média acredita ser sua prerrogativa humana não só administrar o mundo não branco, mas também possuí-lo, porque por definição ‘esse mundo’ não é tão humano quanto ‘nós’ somos. “Não há exemplo mais puro do pensamento desumanizado” (SAID, 2010, p.161).

Petras (2006) destaca o aspecto econômico da situação.

Quanto mais forte a influência do poder colonial, maiores as ‘oportunidades coloniais’, mais amplos os laços coloniais, mais profunda a penetração econômica e mais forte a sensação de superioridade imperial entre os trabalhadores dos estados imperiais. (PETRAS, 2006).

Foi apenas na Guerra da Argélia (1954-1962) que pela primeira vez um partido comunista europeu, no caso o francês, deu “apoio à resistência anticolonial e à resistência contra o império” (SAID, 1995). Intelectuais europeus chegaram a dizer que “foram ideias exclusivamente ocidentais de liberdade que comandaram a luta contra o domínio colonial [...] e apresentam a luta contra o imperialismo como um dos grandes triunfos imperialistas” (Id. *ibid*).

Fanon (2010) denuncia que a Europa é, literalmente, criação do Terceiro Mundo. “As riquezas que a sufocam são as que foram roubadas aos povos subdesenvolvidos”, e que era hipocrisia os operários europeus quererem romper seus grilhões apertando os dos trabalhadores nas colônias. Citando Marcel Péju (1960), Fanon (2010) diz que “distinguir

radicalmente a edificação do socialismo na Europa das ‘relações com o Terceiro Mundo’ (...) é querer construir um socialismo de luxo sobre os frutos da rapina imperial”. O francês Sartre (2010), num texto dirigido aos europeus, denuncia a hipocrisia das atitudes e ideias assumidas por eles:

Vocês bem sabem que somos exploradores. Vocês bem sabem que tomamos o ouro e os metais, e depois o petróleo dos novos continentes e os trazemos para as velhas metrópoles. Não sem excelentes resultados: palácios, catedrais, capitais industriais [...]. Nada mais consequente entre nós do que um humanismo racista, pois o europeu só pode fazer-se homem fabricando escravos e monstros [...]. A elite (colonizadora) revela a sua verdadeira natureza: uma gangue. (SARTRE, 2010).

A visão que os europeus têm dos países periféricos é generalista, estereotipada, abrangente e sistemática. Quando pensamos sobre a Europa falamos de cada país em particular, muitas vezes até de uma região de determinado país. Entendemos as diferenças de língua, costumes, comidas, música. Quando falam de regiões colonizadas, os europeus apagam as particularidades, degradam as identidades. A África é uma coisa só, habitada por negros selvagens. A América Latina é uma coisa só, repúblicas de banana, paraíso de bandidos fugidos do ‘primeiro mundo, povoada por mulheres sensuais e fáceis e pelos homens do “mañana” (alusão a uma suposta indolência, causada, no geral, pelo clima quente, dos nativos – sim, todos nós falamos espanhol! –, que sempre deixam seus afazeres para ‘amanhã’). O Oriente Médio é uma região habitada por fanáticos e terroristas religiosos. A Ásia e o Extremo Oriente são lugares exóticos, com pessoas exóticas de hábitos muito exóticos. Com a China (re) assumindo destaque no mundo, vem à tona a antiga ideia de que “os pérfidos chineses (...) são amaldiçoados quando ‘nós os perdemos’ para o comunismo ou para seus instintos orientais incorrigíveis: a diferença é pouco significativa”. (SAID, 2010, p. 160).

Os Estados Unidos seriam, na interpretação de Fanon (2010), uma evolução dessa mentalidade europeia. “Há dois séculos, uma ex-colônia europeia resolveu alcançar a Europa.

Ela conseguiu tão bem que os Estados Unidos se tornaram um monstro, em que suas taras, as doenças e a inumanidade da Europa atingiram dimensões pavorosas” (FANON, 2010, p. 363).

Nos EUA, a ideia de superioridade adotada por sua elite de ascendência europeia, os WASP⁷, assumiu forma religiosa – no Destino Manifesto, pensamento que expressa a crença de que o país foi eleito por Deus para comandar o mundo, e por isso o expansionismo estadunidense é apenas o cumprimento da vontade Divina –, cultural – no Fardo do Homem Branco, que seria o de levar a civilização para povos atrasados –, e política – começando pela Doutrina Monroe, da “América para os americanos”, do norte, é claro. Ou, como diria Said (1995, p. 19), “o que os americanos sentem em relação a seus vizinhos do sul: que a independência é desejável para eles, desde que seja o tipo de independência que *nós* aprovamos. Qualquer outra coisa é inaceitável e, pior, impensável.”

No começo dos anos 70, o aumento dos custos produtivos vinculados em grande medida às reivindicações salariais de uma classe operária organizada e a crise do petróleo provocou a queda dos níveis de rentabilidade das grandes corporações das nações mais desenvolvidas do mundo. Como resposta, os grupos de poder avançaram numa estratégia de redução de custos através da fragmentação do processo produtivo e de sua realocização, o que originou uma nova divisão internacional do trabalho. As nações desenvolvidas conservaram ou promoveram atividades de maior alcance científico-tecnológico e, através dos canais comerciais e financeiros, conseguiram controlar as cadeias de valores globais. No resto da periferia, em geral, se aprofundou a exploração dos recursos naturais da primeira fase da guerra fria.

⁷ WASP = Sigla em inglês para ‘White, American, Saxon, Presbiterian’, ou seja, Branco, Anglo-Saxão, Presbiteriano.

O plano se apoiou em três eixos fundamentais: a eliminação das barreiras do comércio e de bens industriais e do movimento de capitais financeiros, o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e da comunicação e a aplicação de programas econômicos de concepção neoclássica. (KESTELBOIM & LAGIOIOSA, 2011).

A justificativa dos países centrais continua a mesma: seria uma forma de modernizar os países periféricos para que pudessem entrar no rol das nações do primeiro mundo. O receituário neoliberal do Consenso de Washington – destacadamente, Estado mínimo, privatizações e livre comércio – levou, na verdade, ao aprofundamento da dependência dos países periféricos, destruiu o parque industrial de muitos. Bem-vindo à globalização!

O amargo remédio ultraliberal foi ministrado pela primeira vez no mundo ao Chile – forçado a engoli-lo pelo ditador Augusto Pinochet, que para tal derrubou o democraticamente eleito Salvador Allende e matou no processo dezenas de milhares de opositores. Os liberais modernos argumentam que, ao apoiar o ditador Pinochet contra o democrata Allende, eles defendiam a... democracia. O paradoxo é explicado por Fonseca (2005).

No pensamento ultraliberal privilegia-se a considerada liberdade econômica – livre-mercado – como fator constituinte da liberdade e, conseqüentemente, da democracia. A democracia política é, desta forma, posta sob suspeição, pois a regra da maioria (pressuposto da lógica democrática) poderia levar à tirania das massas de se reivindicar a intervenção do Estado e, principalmente, a redistribuição de renda por transferência compulsória de recursos dos mais ricos aos mais pobres. (...) No governo Pinochet (...) a ‘liberdade econômica’ teria sido preservada, sendo ela o fulcro da democracia. (...) Liberdade se transforma (assim) em sinônimo de mercado-livre, sendo a democracia por vezes considerada um óbice a esta verdadeira liberdade. (FONSECA, 2005, p. 72).

Com a globalização, as opções dos países periféricos restringiram-se à do pensamento único.

Havia, com o imperialismo, diversos motores, cada qual com sua força e alcance próprios: o motor francês, o motor inglês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol, etc., que eram todos motores do capitalismo, mas empurravam as máquinas e os homens segundo ritmos diferentes, modalidades diferentes, combinações diferentes. Hoje haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal, (que) se tornou possível porque nos encontramos em num novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. (SANTOS, 2011, p. 29).

Também, um novo ciclo imperialista mundial tem início na década de 1990. Com a queda da URSS, instaura-se a ordem de uma única grande potência econômica e militar, os EUA, com a imposição de práticas imperiais típicas, como a invasão de Estados soberanos à revelia dos protestos de outras nações e do bloqueio da intervenção de órgãos multilaterais, caracterizando o chamado imperialismo militar, territorial e político. Nesse sistema, o complexo industrial-militar e a indústria petrolífera têm grande importância, apesar de, nessa nova configuração imperial, a dominação econômica seja predominante sobre a extra-econômica, pois essa forma de imperialismo funciona melhor sem ocupação militar.

Petras (2006) coloca a discussão de forma mais pragmática. Para ele, no geral, impérios são construídos em torno de cadeias de suprimento, matéria-prima e exploração de mão de obra, bases militares e governantes títeres. Eles seriam mantidos pelos exércitos imperiais e por séquitos em países estrangeiros, sendo que a relação teria como pilar o complexo de “povo dominante” sobre súditos coloniais. Qualquer ameaça a essa estrutura seria respondida com avassaladora força militar. “Imperial holocausts are a result of threats to these global networks and not always directly related to any immediate economic gain in a particular site of execution.” (PETRAS, 2006).

O grande formulador da política externa estadunidense contemporânea, Henry Kissinger, repete a visão binária colonialista para defender que só o domínio dos países do “primeiro mundo” evitaria um caos global. Ele alega que os povos ‘desenvolvidos’ estariam “profundamente comprometidos com a noção de que o mundo real é externo ao observador, de que o conhecimento consiste em registrar e classificar dados – quanto mais precisamente

melhor”, pois têm a capacidade de compreender e empregar a revolução newtoniana, incompreensível para os povos periféricos.

As culturas que escaparam do primeiro impacto do pensamento newtoniano retiveram a visão essencialmente pré-newtoniana de que o mundo real é quase completamente interno ao observador. Portanto, ‘a realidade empírica tem para muitos dos novos países um significado bem diferente do que tem para o Ocidente, porque num certo sentido eles nunca passaram pelo processo de descobri-la’. (...) Assim o dever dos homens no mundo (real) pós-newtoniano é ‘construir uma ordem internacional antes que uma crise a imponha como necessidade: em outras palavras, nós ainda devemos encontrar um modo pelo qual o mundo em desenvolvimento possa ser contido’. (KISSINGER, 1974, *apud* SAID, 2010, p. 82).

Toda essa mentalidade de superioridade cultural e racial está bem viva também na Europa. O intelectual britânico Richard Gott publicou no segundo semestre de 2011 o livro “Britain’s Empire: resistance, repression and revolt” com o objetivo de contestar ideias, inclusive dos primeiros-ministros Tony Blair, trabalhista, e David Cameron, conservador, de que a Grã-Bretanha deveria se orgulhar de seu passado imperial e tentar revivê-lo. Em artigo no *The Guardian*, Gott diz que era compreensível que os britânicos queiram esquecer que seu império foi fruto de conquista militar e de guerras brutais, envolvendo extermínios físicos e culturais.

A self-satisfied and largely hegemonic belief survives in Britain that the empire was an imaginative, civilising enterprise, reluctantly undertaken, that brought the benefits of modern society to backward peoples. (...) There is a widespread opinion that the British empire was obtained and maintained with a minimum degree of force and with maximum co-operation from a grateful local population. (GOTT, 2011).

A predominância dessas ideias na Europa motivam ações, como ocorreu em julho de 2011, na “pacífica” Noruega (que participava do bombardeio à Líbia de Kadafi e da invasão ao Afeganistão). Um jovem norueguês cometeu um duplo atentado terrorista em Oslo que deixou quase 100 mortos. Num manifesto divulgado pela internet, ele justificou a

matança dizendo que queria despertar a sociedade norueguesa para a nefasta entrada no país de povos “racial e culturalmente atrasados”, pois isso provocaria “a aniquilação, desconstrução e genocídio dos povos nórdicos por definição.” (BREIVIK, 2011). Haja vista, segundo ele, o Brasil. Segundo Breivik, a miscigenação da população é a causa da desigualdade social, da corrupção e da falta de produtividade no País.

Os resultados são evidentes e se manifestam num alto nível de corrupção, falta de produtividade e um eterno conflito entre várias ‘culturas’ competindo, enquanto as ‘sub-tribos’ criadas (preto, mulato, mestiço, branco) paralisam qualquer esperança de sequer alcançar o mesmo nível de produtividade e igualdade de, por exemplo, Escandinávia, Alemanha, Coreia do Sul e Japão. (BREIVIK, 2011).

Para Breivik, se na Europa ocorresse uma mistura de raças semelhante ao caso brasileiro, o resultado seria um grande atraso. “Um país com culturas que competem entre si se destruirá internamente no longo prazo ou terminará como um país permanentemente disfuncional como o Brasil”, advertiu.

E a visão não é apenas de um “lunático fundamentalista cristão,” como o quer a publicação da Editora Abril. Segundo Geary (2005), em O Mito das nações, “os fantasmas do nacionalismo, do etnocentrismo e do racismo, que supostamente já haviam sido exorcizados da alma europeia, retornaram com força total após meio século de inatividade,” ou seja, desde a derrota da racista Alemanha nazista.

3.2 Mentalidade Colonizada

A força dessas ideias hegemônicas marcou de forma indelével a mente dos colonizados, limitando projetos e objetivos, tanto em nível pessoal quanto nacional. Autores como Fanon (2010) e Sartre (2010) afirmam que “a situação colonial se funda no processo de

alienação,” (ORTIZ, 1994), que, segundo o dicionário Houaiss, é, “no marxismo, processo em que o ser humano se afasta de sua real natureza, torna-se estranho a si mesmo”.

Freire (2009) dizia que "quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias." (FREIRE, 2009).

Aquele que tem uma mente colonizada sente vergonha da sua realidade, e tudo o que quer é se tornar “evoluído”, “expressão pela qual o colonialismo francês designou o africano, ou o nativo em geral, que foi educado dentro da cultura francesa e abandonou sua cultura tradicional” (FANON, 2008).

Em vez de servir para libertar, a educação oferecida pelo colonizador aprisiona a mente do colonizado. Said destaca que “o sistema de ensino britânico na Índia era permeado de ideias sobre raças e culturas desiguais”, objetivando “em sentido platônico, despertar os súditos coloniais para a lembrança de seu caráter inato, corrupto tal como se tornara [...] devido ao caráter feudal da sociedade oriental. [Já] os governantes britânicos ganhavam um lugar figurativo como guardiões platônicos” (SAID, 1995, p.152).

Aluno desse sistema educacional, o indiano Bhabha (2010) testemunha que nele os colonizados são apresentados como “uma população de tipos degenerados com base na origem racial, de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2010, p.111).

Ao forjar o conteúdo do que era ensinado, o colonizador tornou o colonizado um eterno dependente intelectual.

A partir desse processo de aprendizado, milhões de pessoas absorveram os princípios fundamentais da vida moderna, mas permaneceram como dependentes subordinados a uma autoridade cujas bases estavam distantes da vida delas. Como um dos objetivos da educação colonial era exaltar a história da França ou da Inglaterra, essa mesma educação também rebaixava a história nativa. Assim, para o nativo, existiam sempre as Inglaterras, França, Alemanha e Holanda como repositórios distantes do Verbo, apesar das afinidades entre o nativo e o 'branco' estabelecidas durante os anos de fecunda colaboração. (SAID, 1995, p. 282).

A língua é um aspecto essencial da dominação. Ao impor a sua ao colonizado, o dominador tira daquele sua naturalidade, a capacidade de expressar adequadamente sua realidade. E o colonizado busca através da língua do dominado fugir de seu 'atraso'. Fanon (2008) explica que “falar é (...) assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. Mas, o dominado nunca conseguirá usar a língua como o colonizador, reforçando seu complexo de inferioridade. Como desabafa o irlandês James Joyce (1964):

A língua que estamos falando é mais dele do que minha. Como são diferentes as palavras casa, Cristo, cerveja, senhor, em sua boca e na minha! Não consigo falar nem escrever essas palavras sem que meu espírito se sinta inquieto. A língua dele, tão familiar e tão estranha, para mim sempre será uma língua adquirida. Não fiz nem aceitei suas palavras. Minha voz as mantém presas. Minha alma se corrói à sombra de sua língua. (JOYCE, 1964, *apud* SAID, 1995, p. 283).

Adorno (1951) atribui a essa violência o discurso exasperado dos dominados. “A linguagem dos subjugados (...) apenas a dominação a marcou, assim roubando-os ainda mais da justiça prometida pela palavra autônoma, não mutilada, a todos aqueles livres o suficiente para enunciá-la sem rancor”. (ADORNO, 1951, *apud* SAID, 1995, p. 321).

O colonizado busca dominar a língua e a cultura do colonizador a fim de se diferenciar de outros subjugados. Fanon (2008) diz que “o negro antilhano será tanto mais branco, isto é, se aproximará mais do homem verdadeiro, na medida em que adotar a língua francesa” (FANON, 2008, p. 34). E “nada mais sensacional do que um negro que se exprime corretamente, pois, na verdade, ele assume o mundo branco” (id. p. 48). E deixa de se assumir como negro. “É que o antilhano é mais ‘evoluído’ do que o negro da África: entenda-se que

ele está mais próximo do branco”. Na visão do colonizado, “ser branco (europeu) é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente” (id. p. 60).

Quanto mais mergulha na cultura do dominador, mais próximo a ele se sente o dominado. Um nativo que passa a viver num país central, ao voltar à sua terra é considerado um “semideus”. Assim, “o intelectual colonizado tenta fazer sua a cultura europeia. Ele não se contentará em conhecer Rabelais ou Diderot, Shakespeare ou Edgar Poe. Ele distenderá o cérebro até a mais extrema cumplicidade com esses homens” (FANON, 2010, p. 252).

Essa concepção é lenta e sutilmente constituída na comunidade por uma série de dados e proposições que, graças às “obras literárias, aos jornais, à educação, aos livros escolares, ao cinema, à rádio (e televisão), penetram no indivíduo. Nas Antilhas, essa visão do mundo é branca (europeia) porque não existe nenhuma expressão negra” (FANON, 2008, p. 135).

A religião continua sendo importante instrumento de dominação. Para ser civilizado, o indivíduo tem de ser cristão. Mas

Uma Igreja nas colônias é uma Igreja de brancos, uma Igreja de estranhos. Ela não chama o homem colonizado para o caminho de Deus, mas para o caminho do branco, o caminho do senhor, o caminho do opressor. (...) Todos os santos que ofereceram a outra face, que perdoaram as ofensas, que receberam sem estremecer os escarros e os insultos, são explicados, apresentados como exemplo. (FANON, 2010, p. 84).

Um exército de missionários cristãos foi enviado às colônias a fim de salvar os nativos do pecado original a eles atribuído pelos... missionários. Este ato de “amor” foi repudiado por Fanon, para quem “aquele que adora o negro é tão ‘doente’ quanto aquele que o execra” (FANON, 2008).

Os colonizadores premiam aqueles que os adoram. No romance Kim, Kipling (1941) defende que

Os nativos aceitam o domínio colonial, se este for do tipo certo. Historicamente, foi sempre assim que o imperialismo europeu se fez aceitável para si mesmo; o que haveria de melhor para a imagem que fazia de si mesmo do que súditos nativos expressando seu consentimento ao poder e saber do estrangeiro, implicitamente aceitando o juízo europeu sobre a natureza atrasada, subdesenvolvida ou degenerada de sua própria sociedade? (SAID, 1995, p. 198).

A burguesia dos países colonizados, marcada pelo colonialismo, é peculiar. Para Fanon (2010) não existe nesses países uma “verdadeira burguesia”, mas uma pequena casta ambiciosa, ávida e voraz, que se contenta com os dividendos que lhe garante os negócios com as antigas potências coloniais. Essa burguesia vive um tempo que não é o dela, um espaço que não é o dela, seguindo o atual lado negativo e decadente da ocidental, sem ter superado as primeiras etapas de exploração e de invenção desta, incapaz de grandes ideias, de inventividade.

Ela se lembra do que leu nos manuais ocidentais e, imperceptivelmente, transforma-se não mais na réplica da Europa, mas na sua caricatura [...] Já está envelhecida quando não conheceu nem a petulância nem a intrepidez, nem o voluntarismo da juventude e da adolescência. (FANON, 2010, p. 204).

A burguesia colonizada vive um dilema até para discutir a história do seu país.

Falando sobre a realidade da Índia, Said (1995) questiona:

Como estudar o passado indiano radicalmente afetado pelo poder britânico, não no abstrato, mas em termos concretos, quando se é um indiano moderno cujas origens, formação e realidade familiar dependem historicamente desse poder? (...) A historiografia ‘a-histórica’ da Índia colonial deixou de fora ‘a política do povo’, em favor das elites nacionalistas criadas pelos ingleses. Daí o fracasso histórico da nação em se constituir plenamente como tal, o que torna o estudo desse fracasso a própria problemática central da historiografia da Índia colonial. (SAID, 1995, p. 311).

Fanon (2010) também considera alienados os intelectuais de esquerda que propunham como forma de desenvolvimento de países periféricos uma revolução liderada pelo proletariado. Ele explica que era inviável que os operários desses países promovessem

uma “revolução”, como era defendido desde o começo do século XX, pois eles eram parte ínfima e privilegiada da população, frente aos camponeses e o lumpemproletariado, e eram quase sempre empregados de transnacionais. “Nos países capitalistas, o proletário não tem nada a perder; ele é aquele que, eventualmente, teria tudo a ganhar (com uma revolução socialista). Nos países colonizados, o proletariado tem tudo a perder” (FANON, 2010, p. 130).

Alguns intelectuais querem igualmente defender países periféricos dissolvendo-os culturalmente em um bloco, negando assim sua identidade cultural. Fanon (2010) denuncia que os intelectuais negros africanos haviam caído na armadilha do colonizador, ao oporem uma cultura negra, africana, a uma cultura branca, europeia, e não afirmando a cultura de cada nação.

Isso irá conduzi-los a “um impasse” porque “toda cultura é, primeiro, nacional. (...) Cultura nacional é o conjunto dos esforços feitos por um povo no plano do pensamento para descrever, justificar e cantar a ação através da qual o povo se constituiu e se mantém”. (FANON, 2010, p. 268).

Não é nacionalismo, patriotismo fascista, o que Fanon defende. Ele alerta que só consegue ser internacional quem tem consciência do regional, a vacina contra a alienação.

O erro, de pesadas consequências, consistiria em querer saltar a etapa nacional. Se a cultura é a manifestação da consciência nacional, não hesitarei em dizer (...) que a consciência nacional é a forma mais elaborada de cultura. (...) A consciência nacional, que não é o nacionalismo, é a única a nos dar dimensão internacional. (FANON, 2010, p. 282).

A chamada globalização, que nada mais é do que neocolonialismo, leva o colonizado a se afastar da sua realidade próxima e oferece a ele a falácia de ser cidadão do mundo (claro, do mundo do colonizador, já que é para ser um prêmio).

A ênfase na dimensão internacional da cultura vem funcionando como pura e simples legitimação da mídia (...) embora se estejam encarreirando no processo ideológico triunfante de nosso tempo, os 'globalistas' raciocinam como acossados, ou como se fizessem parte da vanguarda heroica, estética ou libertária, de início do século (XX). Alinham-se com o poder como quem faz uma revolução. (SCHWARZ, 2009, p. 116).

Said (1995) observa que acossados são aqueles que se opõe ao pensamento único, que escrevem e falam como membros de uma pequena minoria de vozes marginais, enquanto seus críticos jornalísticos e acadêmicos “fazem parte de um abastado sistema de recursos informativos e acadêmicos entrecruzados com jornais, redes de televisão, revistas de opinião e institutos à sua disposição” (SAID, 1995, p. 61).

Fanon (2010) insiste nas consequências da submissão não só dos povos, mas também dos sujeitos, e nas condições de sua libertação, que é, antes de tudo, uma libertação do indivíduo, uma ‘descolonização do ser’.

4 PARAÍSO AVISTADO

Os primeiros europeus a aportarem em terras americanas acreditaram ter encontrado o paraíso perdido. Os povos nus e pássaros (papagaios) que falavam como homens eram prova de que aqui o pecado não tinha chegado e a harmonia entre os animais ainda reinava. Mas o brilho dos metais preciosos logo fez os europeus perceberem máculas nos nativos, e eles se empenharam em eliminá-las, mesmo que no processo tivessem de exterminar os próprios nativos. Os metais foram levados para cobrir de luxo a Europa. Os europeus exploraram os indígenas até exauri-los, quando então trouxeram para continuar o serviço, escravizados, povos da África. A história dos descendentes desses europeus é a mesma em toda América Latina: vivem a nostalgia de uma terra que não conheceram e se consideram melhores do que o lugar em que nasceram. Tentam reproduzir aqui uma Europa idealizada, e como a realidade local não permite que isso seja concretizado, culpam seus povos pela caricatura resultante. Na América Espanhola são conhecidos como *criollos*. No Brasil colonial, eles eram chamados por negros e índios de mazombos. Já os descendentes dos nativos e dos escravos, produtos do clima tropical, continuam a lutar por sua sobrevivência, e no processo demonstram sua adaptação ao meio, a beleza de sua superação. E sabem que precisam se integrar se querem criar um novo modelo socioeconômico que reverta para o bem-estar deles as riquezas que extraem dessas terras. E, como escreveu o poeta Pablo Neruda, “Bolívar desperta a cada cem anos, quando despertam os povos”.

4.1 Nuestra América

Na América Latina, os descendentes dos colonizadores europeus constituíram-se numa elite que, inicialmente, sentiu-se exilada entre selvagens. Quando fatores econômicos incentivaram a busca pela independência, a elite “criolla” da antiga América Espanhola vislumbrou, basicamente, duas perspectivas. A primeira, capitaneada por Simon Bolívar, acreditava em uma América hispânica independente, com seus povos unidos numa grande república federativa e democrática. A outra visão, liderada por San Martín, considerava que, devido ao “atraso” da maioria do povo negro, indígena e mestiço da região, a democracia era inviável, e propunha a formação de pequenas monarquias chefiadas por príncipes europeus, única forma de evitar que o caos tomasse as ex-colônias – solução adotada, de certa forma, pelo Brasil.

No processo, mesmo muitos dos que defendiam a instauração de uma democracia na região se converteram em “convictos monarquistas, justificando a exclusão dos indígenas do mundo da política” por estes supostamente não terem alcançado “o estado de civilização” necessário para viver sob o regime democrático (PRADO, 2003). Então, “os que não tinham a pele branca passaram a ser responsabilizados pela necessidade da imposição de um governo autoritário. Fundava-se, assim, uma interpretação sobre a impossibilidade da democracia, na América Latina, que seria repetida ou reelaborada até os dias atuais.” (id. *ibid*).

O entendimento daquela elite era de que a América não tem vida nem realidade próprias, não passando de uma Europa atrasada no tempo. Até aqueles que acreditavam no potencial do subcontinente abraçavam essa visão. “Para Clavigero, a população *criolla* deveria olhar com orgulho para a cultura indígena, ‘as nossas antiguidades’, e *ver nela sua pré-história*”. (PRADO 2003) [grifo do autor].

Já no final do século XIX, o cubano José Martí (2007) atribuía à alienação dessa elite o motivo do parco progresso dos países da região.

A incapacidade não está no país nascente, que pede formas que a ele se adaptem e grandeza útil, mas sim nos que querem reger povos originais, de composição singular e violenta, com leis herdadas de quatro séculos de prática livre nos Estados Unidos, de 19 séculos de monarquia na França. (MARTÍ, 2007, p. 51).

Ribeiro (1996) aponta para a diferente composição de povos na América Latina. Haveria os “povos testemunhos, como o México e o altiplano andino, com seus povos oriundos de altas civilizações que vivem o drama de sua dualidade cultural e o desafio de sua fusão numa nova civilização”. Haveria também os “povos transplantados”, como o Uruguai e a Argentina, “invadidos por uma onda *gringa* que lançou quatro milhões de europeus sobre um mero milhão que havia devassado o país e feito a independência, soterrando a velha formação hispano-índia⁸”. Por fim, teríamos os povos novos, “em fazimento,” como o brasileiro, fruto de uma mestiçagem que apresenta o desafio de “reinventar o humano criando um novo gênero de gentes, diferentes de quantas haja” (RIBEIRO, 1996, p. 452). A questão da decantada inferioridade racial já havia sido contestada por Martí (2007). O cubano dizia que a mestiçagem era uma característica original da região, uma força, e não expressão de fraqueza ou de decadência. O novo povo latino-americano não seria nem europeu, porque o velho não pode frutificar no novo, nem indígena, porque a devastação física e da cultura deste era um fato concreto. O hibridismo cultural, ensina, não representa o enfraquecimento de um povo, pelo contrário, acentua suas potencialidades. E, antecipando constatações posteriores da ciência, Martí (2007) afirma:

⁸ A Argentina promulgou uma Constituição em 1853 incentivando a imigração de europeus, “raça de progresso e de civilização”, a fim de que fossem transmitidos para a população local os seus “costumes avançados”. Ao mesmo tempo foi incitado o extermínio dos últimos indígenas e deixou-se morrer à míngua a população negra. Assim, a Argentina alcançou o sonhado branqueamento da população perseguido por membros da elite sul-americana, inclusive brasileira. (MARANGONI, 2008).

Não existe ódio de raças porque não existem raças. Os pensadores raquíticos, os pensadores de lamparinas, tecem e requeimam as raças de livraria, que o viajante justo e o observador cordial buscam em vão na justiça da Natureza, onde ressalta no amor vitorioso e no apetite turbulento, a identidade universal do homem. A alma emana, igual e eterna, dos corpos diversos em forma e em cor. Peca contra a Humanidade quem fomenta e propaga a oposição e o ódio das raças. (MARTÍ, 2007, *apud* STRECK, 2008).

Martí critica também os “letrados artificiais”, os intelectuais “*criollos* exóticos” da América Latina, alienados da nossa realidade e fadados a serem superados pelos “mestiços autóctones”.

O prêmio dos concursos não há de ser para a melhor ode, mas para o melhor estudo dos fatores do país em que se vive. No jornal, na cátedra, na academia, deve-se levar adiante o estudo dos fatores reais do país. Basta conhecê-los sem vendas nem disfarces; porque aquele que põe de lado, por vontade ou esquecimento, uma parte da verdade, se extravia por causa da verdade que lhe faltou, que cresce na negligência e derruba o que se levanta sem ela. (...) A história da América, dos incas para cá, há de se ensinar detidamente, ainda que não se ensine a dos arcontes da Grécia. Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. É mais necessária para nós. (MARTÍ, 2007, p. 53).

Fanon (2010) denuncia que em meados da década de 50 a burguesia colonizada latino-americana organizava o que chamava de indústria do turismo, centros de férias e de repouso, temporadas de prazer para os burgueses ocidentais, que se apresentavam como turistas amantes de exotismo, de caça, de cassinos. “Os cassinos de Havana, do México, as praias do Rio, as meninas brasileiras, as meninas mexicanas, as mestiças de treze anos, Acapulco, Copacabana são os estigmas dessa depravação da burguesia nacional.”

E conclui:

Porque ela não tem ideias, porque se fecha sobre si mesma, isolada do povo, minada pela sua incapacidade congênita de pensar o conjunto dos problemas em função da totalidade da nação, a burguesia nacional assumirá o papel de gerente das empresas do Ocidente e praticamente organizará o seu país como lupanar (bordel) da Europa [e dos EUA]. (FANON, 2010, p. 181).

Analisando a estrutura de classes dos países latino-americanos, Ribeiro (1979) identificava como segmento hegemônico dentro das classes dominantes o corpo de gerência das transnacionais.

Alguns economistas latino-americanos ousaram, a partir de meados do século XX, se contrapor ao pensamento ortodoxo lógico-dedutivo, que pretende deduzir o funcionamento em equilíbrio das economias de mercado a partir do único pressuposto de que os agentes econômicos maximizam seus interesses (BRESSER-PEREIRA & REGO, 2001). A ortodoxia liberal é associada ao primeiro mundo; os ortodoxos seriam civilizados, defensores da liberdade – claro que a econômica. Para a grande imprensa brasileira, como observou Fonseca (2005), o neoliberalismo é o “moderno”, e quem não o aceita é “atrasado, anacrônico”. O governante heterodoxo antiliberal seria partidário da tirania das massas, contrário, portanto, à liberdade, à democracia. Mas, ao adotar uma postura heterodoxa histórico-indutiva, o economista Celso Furtado entende que o subdesenvolvimento é na verdade uma forma de organização social no interior do sistema capitalista, e não uma etapa para o desenvolvimento, como podem sugerir os termos de país “emergente” e “em desenvolvimento”. O subdesenvolvimento seria um processo estrutural específico e não uma fase pela qual tenham passado os países hoje considerados desenvolvidos.

O heterodoxo não nega os pressupostos mais gerais da sua ciência, mas recusa subordinar seu pensamento ao dominante. A direita e os economistas convencionais insistem em dar à heterodoxia uma conotação negativa, identificando-a com populismo econômico, mas, na verdade, inovar em teoria e em análise econômica envolve quase sempre alguma heterodoxia. Ser heterodoxo é desenvolver teorias novas, muitas vezes a partir da identificação de fatos históricos novos que modificam um determinado quadro econômico e social e tornam as teorias preexistentes inadequadas. Quando Celso Furtado optou por usar prioritariamente o método histórico-indutivo, e quando se tornou um dos dois fundadores do estruturalismo latino-americano, ele estava optando pela heterodoxia e pela independência de pensamento (BRESSER-PEREIRA & REGO, 2001).

Fanon (2010) considera que o projeto do Terceiro Mundo deve ser tentar resolver os problemas para os quais a Europa não deu solução, recomeçar uma história do homem que

leve em conta tanto teses prodigiosas defendidas pelos europeus como também seus crimes, “principalmente o genocídio exangue que é a exclusão de um bilhão e meio de homens”.

A humanidade espera outra coisa de nós, e não essa imitação caricatural e, no conjunto, obscena. Se queremos transformar a África, a América, em uma nova Europa, então confiemos a europeus os destinos dos nossos países. Eles saberão fazer melhor do que os mais talentosos de nós. (FANON, 2010, p. 365).

Para Freire (2000), o que se busca é a consagração da humanidade, com os oprimidos tendo papel fundamental.

E essa luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. (FREIRE, 2000).

4.2 Pindorama

Na primeira metade do século XX, Mário de Andrade cunha a expressão “dilema de mazombo”, ou dilema de Nabuco, para denunciar a inadequação do comportamento da elite europeia desde que aportou em terras tupiniquins. Ele evoca o mazombo por se referir ao filho de europeu nascido no Brasil colonial, o nosso *criollo*, que vivia a nostalgia de uma Europa idealizada, mesmo quando sequer a conhecia, usando polainas, casacas e luvas num clima tropical, decorando a casa como se inglês fosse, vestindo-se como se francês fosse, contratando governantas alemãs para ensinar bons modos e alta cultura a seus filhos e filhas. A menção a Joaquim Nabuco é por este ter declarado:

Na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; e... na Europa nos falta a pátria, isto é, a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar, sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento em nós é brasileiro; a imaginação, europeia. As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos não valem para mim um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre. (NABUCO, 1998).

Na “imaginação europeia” não cabia uma Amazônia, e a elite brasileira não sabia o que fazer com ela, aceitando trocá-la por “um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre”.

Sérgio Buarque diz que "trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra" (HOLANDA, 1971).

Com seu ácido cinismo, Lima Barreto (2009) escreve que, no Brasil, os integrantes da elite viviam como um Robson Crusóé “nas praias e nos morros, à espera do navio que os venha buscar” (BARRETO, 2009, p. 62). Isso depois de explorar as riquezas do país e seu povo (negros, índios e mestiços).

Ainda assim, a crítica de setores da elite era, e ainda é, de que estamos fadados ao fracasso por causa dessa mistura de povos cultivada em estufa tropical. A insistência em querer que o Brasil se adapte às ideias europeias sempre produziu farsas e equívocos, por não percebermos que somos um povo novo, um país novo, numa realidade diferente.

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. (HOLANDA, 1971, p. 119).

Na época da independência brasileira, a aristocracia rural era a força social interessada em, e com condições de, enfrentar a Coroa portuguesa, mas ela era atacada na imprensa por intelectuais influenciados pelas ideias liberais europeias. Defendiam-se projetos de cunho mais liberal no Brasil apesar de que “[...] a burguesia, rigorosamente falando, somente surgiria ao fim do Império” (TORRES, 1982, p. 53). É a inadequação imperando entre eles. Bosi destaca que pedíamos “à França as formas de pensar burguesas e liberais” para analisar a nossa própria realidade (BOSI, 1994, p. 12). No final do século XIX, segundo Schwarz (2009), vivíamos um abismo entre a fachada liberal do Império, calcada no parlamentarismo inglês, e “o fato impolítico e abominável da escravidão”, ou seja, uma contradição insolúvel. No final do século XX, a elite brasileira abraçou o ultraliberalismo, abriu nossa economia para produtos estrangeiros ao mesmo tempo em que impôs uma virtual paridade do real com o dólar, mesmo sabendo que “a agenda implicaria a desnacionalização (mediante associação com o capital estrangeiro), o desemprego, o empobrecimento da sociedade e a renúncia à soberania” (FONSECA, 2005, p. 448). Isso teria ocorrido porque seu modelo “político/cultural desde sempre esteve voltado aos paradigmas provindos do exterior, sobretudo do chamado ‘primeiro-mundo’”, e mais importante, por causa de seu “descompromisso histórico com os projetos nacionais (...). Afinal, elites ensimesmadas e apegadas a circunstâncias jamais têm projeto de longo alcance e muito menos ‘universalistas’ no que tange a ideia de ‘nação’” (id. *ibid.*).

A alienação não é exclusividade da elite econômica brasileira. Também correntes marxistas lutam, desde o começo do século XX, por uma revolução liderada pelos proletários, apesar de então o Brasil ter um número inexpressivo de operários. As bandeiras de luta desses partidos de esquerda eram apenas cópias de seus similares europeus, e “empalidecem frente à nossa realidade”, segundo Darcy Ribeiro (1996).

Santos (2011) também aponta que um dos grandes erros da elite econômica e dos partidos políticos brasileiros foi tentar constituir uma cidadania nacional a partir da classe média; o modelo europeu.

As classes médias, jamais quiseram ser cidadãs; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. [É um equívoco atribuir a elas] um papel de modernização e progresso que, pela sua própria constituição, elas não poderiam ter. (SANTOS, 2011, p. 49).

Schwarz (2009) diz que a situação remonta aos primórdios do país, quando aqui existiam três classes: o latifundiário, o escravo e o homem livre sem posses, cujo “acesso à vida e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande”. Com isso criava-se uma cumplicidade entre o primeiro e o último, com o homem livre engrandecendo seu benfeitor e referendando sua dominação. “Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, que nenhuma é escrava (...) escravidão (esta), de que as duas partes se beneficiam e timbram em se diferenciar (SCHWARZ, 2009, p. 64).

A transposição de ideias exóticas sempre provocou tropeços no País. Holanda (1982) comenta que, depois da chegada da família real ao Brasil, os ingleses passaram a influir em todos os aspectos da vida brasileira: o gosto pelas casas no estilo inglês, móveis, etiqueta, moda, remédios, utilização de carruagens tornaram-se comuns entre os brasileiros com acesso a essas comodidades e produtos, mercadorias que, muitas vezes não correspondiam às reais necessidades da vida colonial brasileira. Ainda segundo o autor, a influência inglesa tomou nossa intelectualidade por intermédio de escritos, livros, além da presença de governantas inglesas, contribuindo para a transmissão dos costumes e do pensamento inglês.

Para Freyre (1977), a influência britânica no Brasil foi incentivada por anúncios publicados em jornais brasileiros. Esses anúncios fazem ver “[...] como que num teatro ou numa aula de didática em que se dramatizasse o ensino, as substituições ou meias substituições verificadas então nos hábitos e estilos de vida [...] da burguesia e da aristocracia brasileiras” (FREYRE, 1977, p. 215).

A casa dos integrantes da elite passou a ser um simulacro das construções inglesas, inadequadas ao clima tropical, como denuncia Barreto (1995) em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Schwarz (2009) relata o grotesco da situação.

Sobre as paredes de terra, erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativos europeus ou aplicavam-se pinturas, de forma a criar a ilusão de um ambiente novo, como os interiores das residências dos países em industrialização. Em certos exemplos, o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquitraves, colunatas, frisas etc. – com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes (...) da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço. (SCHWARZ, 2009, p. 73).

A inadequação persiste até hoje. Prédios de escritório com fachada de vidro laminado em grandes cidades brasileiras repetem aqueles construídos em países do “primeiro mundo”, de clima frio, ocasionando sérios problemas de consumo de energia. O calor do sol tropical é armazenado no interior obrigando o uso abusivo de ar condicionado. Por outro lado, a arquitetura utilizada não aproveita a excelente quantidade de luz natural ao longo do ano. SOUZA (2005) explica que a maioria dos edifícios construídos no Brasil apresenta problemas de eficiência energética devido, entre tantos fatores, a projetos de arquitetura desvinculados do contexto climático e a absorção, sem análise crítica, de velhos dogmas e paradigmas da arquitetura norte-americana.

Os EUA são os grandes agentes culturais nos dias de hoje, posição que evolui na primeira metade do século XX, consolida-se após 1945 e assume proporções globais após a queda do Muro de Berlim. A entrada da cultura estadunidense no Brasil ocorre de forma mais intensa durante a Segunda Guerra Mundial por intermédio de uma verdadeira “fábrica de ideologia”, com Nelson Rockefeller como “encarnação do Tio Sam” (TOTA, 2000). Tota identifica na Feira Internacional de Nova York, de 1939, com suas “sofisticadas bugigangas”, um importante fator na americanização do Brasil.

Os brasileiros que visitaram a Feira (...) ficaram atônitos diante de aparelhos de barbear, máquinas de lavar roupa, primitivos aparelhos de televisão, e robôs. Enfim, os gadgets exerceram tamanho fascínio que, de volta ao Brasil, esses visitantes trouxeram na bagagem a idéia de que a modernização brasileira deveria seguir o modelo americano. (TOTA, 2000, p. 95).

A partir dos anos 1940, a Europa deixa de ser vista como paradigma para a elite econômica brasileira, que passou a reverenciar os EUA. Setores culturais protestam contra a mudança. Alguns citam Eça de Queirós, para quem “uma esquina de Paris vale mais do que toda Nova York” (TOTA, 2000), enquanto Lima Barreto denuncia a continuidade da alienação.

A fascinação do modelo estrangeiro [...] entra em algum grau na formação de qualquer sociedade, mas, para ser útil e progressiva, não deve substituir inteiramente o modelo próprio e ancestral. Não é possível que, tomando hoje uma aparência, amanhã outra, depois aquela outra, haja quem deseje que sejamos afinal o brutamente americano. (BARRETOS, 1919 *apud* TOTA, 2000).

Além de tudo, antecipa Gramsci, “a americanização exige certo ambiente, determinada estrutura social (ou vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal” (GRAMSCI, 2011), algo que estava longe da realidade brasileira. Os EUA, interessados em afastar a América Latina de influências germânicas e manter o continente como parte de seu mercado, criam a Política de Boa Vizinhaça e um

órgão específico para trabalhar com a região (OCIAA- Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), liderado por Nelson Rockefeller. Este percebe que era preciso vender para a América Latina não apenas produtos americanos, mas o modo de vida americano. Uma fábrica de propaganda envolvendo rádio, cinema e jornais é montada, com o objetivo principal de “difundir ‘informações’ positivas sobre os Estados Unidos, por intermédio de uma rede de comunicação mantida pelo OCIAA, em estreita colaboração com os países do continente” (TOTA, 2000).

Sobre o cinema americano da época, Érico Veríssimo comenta: “A América do Norte é de fato uma nação de extraordinária importância, mas o cinema americano faz com que a consideremos uma coisa sobrenatural, única, inigualável.” (VERÍSSIMO, 1940, *apud* TOTA, 2000). A crença entre os americanos era de que haveria pouca resistência ao domínio deles por parte da população brasileira por esta ser mestiça, tendo usado expressões como “half-caste para designar os mestiços em documento” de 13 de outubro de 1941 (TOTA, 2000).

O problema da raça e suas implicações nunca deixaram de estar presente nas análises dos órgãos de inteligência da época e nas interpretações do ‘simpático’ OCIAA, que, a rigor, não deixava de ser um organismo de informação. Basta lembrar a Bahia sem negros de Walt Disney. (TOTA, 2000, p. 181).

Também não havia então não brancos nas peças de Disney sobre o Rio, apesar de, inusitadamente, o puritano Donald ter sido atraído pela, mas resistido à, sensualidade das brasileiras, não das negras ou mulatas, mas das brancas. “Talvez a ausência de negros e mulatos nos filmes de Disney sobre o Brasil tenha agradado à elite brasileira, vítima do complexo de pertencer a um país de negros e mestiços”. (TOTA, 2000, p.138). Disney cria igualmente o que seria visto por anos a fio como a encarnação da identidade estereotipada do brasileiro: o Zé Carioca, um personagem divertido, festeiro, vagabundo e preguiçoso.

Outro importante “cavalo de Troia” foi a “soap opera”, os folhetins eletrônicos criados nos EUA pela Procter and Gamble, Colgate-Palmolive, Lever Brothers a fim de vender seus produtos para as donas de casa. Essas empresas usaram a mesma estratégia para entrar nos mercados latino-americanos, através de Cuba.

A radionovela chega ao Brasil em 1941, trazida por Oduvaldo Viana, diretor artístico da Rádio São Paulo. Emblematicamente, “A predestinada” foi financiada pela Colgate-Palmolive. A radionovela surge, portanto, como um produto importado. E mais, agências estrangeiras como Lintas (Gessy-Lever) e Standard Propaganda (Colgate-Palmolive) criam seus próprios departamentos de rádio, e têm uma rede de distribuição e comercialização de textos que permite que determinadas novelas sejam apresentadas em todo o continente. O gênero alcança rápido e imenso sucesso no Brasil, como em outros países latino-americanos. (ORTIZ, 1989).

Da radionovela passa-se à telenovela, mas o objetivo principal do gênero persiste: vender bugigangas e o estilo de vida americano. Hoje, a grande líder das telenovelas no Brasil é a Rede Globo, empresa hegemônica na área de comunicação, criada com ajuda técnica e financeira de grupo dos EUA, incentivada pela ditadura militar, e que se mantém como baluarte na defesa das ideias estadunidenses no País, como citam Bolaño & Brittos (2005).

O jornalismo também tem papel de destaque no processo de americanização do Brasil.

A hegemonia estadunidense favorece a penetração na cultura brasileira da língua inglesa, que se encaixa como uma luva na era da comunicação em massa. Com sua brevidade, concisão, compasso e precisão, com sua gramática simples:

O inglês é a língua que melhor se adequa às histórias em quadrinhos, às manchetes de jornais, às frases concisas, às ilustrações das fotos, aos nomes, aos subtítulos, às canções populares, aos gracejos dos disc-jóquei, aos flashes, aos comerciais’. (Tunstall, *The Media are American*) Em suma, os genuínos produtos da indústria cultural seriam a expressão de um americanismo profundo. (ORTIZ, 1989, p. 92).

Como reação, setores da sociedade buscam a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa no Brasil. Aliás, essa tentativa de afirmação do idioma brasileiro ocorre desde o movimento modernista. O pré-modernista Barreto foi mais longe, pediu a adoção no Brasil da língua indígena. Na verdade, com ironia, ele fazia uma candente defesa da emancipação cultural do País, que passaria pela emancipação idiomática, já que “a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original”. E prossegue:

O tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estereis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal – controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura científica e filosófica. (LIMA BARRETO, 1995, p. 52).

O Brasil chega a ter duas línguas que misturavam o tupi com o português, a nheengatu e a língua geral paulista, faladas nos tempos coloniais na maior parte do País, em muitos casos sendo necessário um intérprete entre a autoridade colonial portuguesa e o povo. As duas foram banidas em 1758 pelo primeiro-ministro de Portugal, Marques de Pombal, que impôs à força a exclusividade do português.

A obsessão afetada pela língua marca nossa literatura, haja vista o parnasianismo, cujos princípios estéticos dominaram a vida literária do País praticamente até o advento do Modernismo em 1922. No geral, o mundo das artes da burguesia colonial é historicamente alienado. Emblemática é a sátira feita por Barreto a seus pares contemporâneos. Ele conta que os poetas de um país tropical imaginário, Bruzundanga (alusão ao Brasil), eram adeptos da Escola de Samoieda, um povo da Sibéria de físico atarracado e com costumes e hábitos dos mais grotescos, segundo relato de viajantes. Mas os tais poetas não acreditam nos relatos, e sustentam que os samoiedos eram “os mais belos espécimes da raça humana, possuindo uma

civilização digna da Grécia antiga. Esta Grécia serve para tudo, especialmente na Bruzundanga...”.

O narrador vai então participar de uma reunião dos poetas num café na capital da república, então o Rio de Janeiro.

A Bruzundanga, como sabem, fica nas zonas tropical e subtropical, mas a estética da escola pedia que eles se vestissem com peles de urso, de renas, de martas e raposas árticas. [...] Estavam assim vestidos naquela tarde quente. [...] Abanquei-me e pude perceber que acabavam de ouvir uma poesia do poeta Worspikt. Tratava-se de lua, de iceberg [...]. nenhum deles tinha visto um iceberg, mas gabavam os ouvintes a emoção com que o outro traduzira em verso o espetáculo desse fenômeno das circunvizinhanças dos polos. (BARRETO, 2009, p. 29).

Esses poetas de Lima Barreto antecipam no Brasil o papai Noel estadunidense, “que, enfrentando a canícula em roupa de esquimó, é um exemplo de inadequação”. (SCHWARZ, 2009). Holanda (1971), menos satírico que Barreto, mas não menos mordaz, fala sobre a literatura romântica da época.

Tornando possível a criação de um mundo fora do mundo, o amor às letras não tardou em instituir um derivativo cômodo para o horror à nossa realidade cotidiana. Não reagiu contra ela, de uma reação sã e fecunda, não tratou de corrigi-la ou dominá-la; esqueceu-a simplesmente, ou detestou-a, provocando desencantos precoces e ilusões de maturidade. Machado de Assis foi a flor dessa planta de estufa. (HOLANDA, 1971, p.121).

Os escritores e intelectuais brasileiros, voltados para a Europa e de costas para a América Latina, sempre viveram uma “agonia em relação à identidade nacional”, como considera Skidmore (1994). “Conde” de Gobineau havia diagnosticado no final do século XIX que o Brasil estava fadado ao fracasso pela presença aqui de “raças inferiores”. A mistura racial daria origem a pardos degenerados e estéreis, o que levaria ao desaparecimento da população. A única saída para os brasileiros seria o incentivo à imigração de "raças" europeias, o que promoveria o “embranquecimento” da população. Segundo Skidmore, até os anos 1950 os intelectuais teriam se apoiado numa “combinação paradoxal de fé e dúvida”

debatendo-se principalmente com “a difícil questão de como a miscigenação racial havia afetado o caráter brasileiro”. Para muitos, o problema primordial era o da “mestiçagem”.

Como escreve Paulo Prado, “os americanos do norte costumam dizer que Deus fez o branco, que Deus fez o negro, mas que o diabo fez o mulato. É o ponto mais sensível do caso brasileiro.” (*apud* BOSI, 1994, p.377). Mas, diferentemente dos EUA, que adotaram leis segregacionistas, proibindo casamentos inter-raciais, o Brasil buscou, através da miscigenação, o embranquecimento da população, ideia apoiada na teoria darwinista.

Silvio Romero, importante crítico literário da segunda metade do século XIX, se dizia darwinista social. Para ele, “todo brasileiro é mestiço, quando não no sangue, nas ideias”. Nossa população seria “mórbida, de vida curta, achacada e pesarosa,” resultado do uso intenso de escravos. O autor da desgraça seria o português, branco, que “tirou o que pôde de vermelhos e negros”, ajudado pelo “seu mestiço, que acabará por suplantá-lo”. Para Romero, o Brasil vivia ideias europeias de “segunda ou terceira mãos”. Foi o primeiro brasileiro a escrever uma História da Literatura Brasileira (1888) e pedia por “independência literária, independência científica, reforço da independência do Brasil”. Disse que “chegamos hoje ao ponto de termos uma literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relações com o ambiente e a temperatura exterior [...] como cópia, como arremedo, como pastiche, para inglês ver, não há povo que tenha melhor Constituição no papel, (...) tudo melhor... no papel. A realidade é horrível” (*apud* SCHWARZ, 2009).

Crítico mordaz do romântico Machado de Assis, ele propunha, paradoxalmente, combater o eurocentrismo com... mais eurocentrismo. "Só um remédio existe para tamanho *desideratum*: – mergulharmo-nos na corrente vivificante das idéias naturalistas e monísticas, que vão transformando o velho mundo" (*apud* SCHWARZ, 2009). Ao pastiche romântico se sucederia o pastiche naturalista. Em parte, era otimista por acreditar que haveria um “branqueamento” do País com a chegada dos europeus no final dos anos 1880.

Euclides da Cunha é também influenciado pelas ideias de “racistas científicos”, como o francês Georges Lapouge, um socialista que vê diferença até mesmo entre o europeu setentrional e o meridional. Cunha diz que o produto da miscigenação racial “é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores” (*apud* BOSI, 2006, p. 309). Cobre a Guerra dos Canudos, de 1896, para o jornal Estado de S. Paulo e escreve depois o livro “O Sertões”. Entretanto, fica impressionado com a coragem e astúcia do mestiço sertanejo na campanha militar. Mas, avalia, a revolta eclode devido à instabilidade emocional dos sertanejos, expressa na personalidade ‘atávica’ de Antônio Conselheiro, ex-padre e líder rebelde. Isso era uma grande preocupação da elite da época: “Se a miscigenação criava instabilidade, quanto tempo demoraria a chegar-se a uma identidade nacional estável?” (*id. ibid.*). A questão da “instabilidade emocional” do negro e mestiço é explorada até hoje pela elite branca, que faz a mesma acusação às mulheres.

O “mulato” Francisco José de Oliveira Vianna considera os ideólogos do racismo científico europeu “gênios possantes, fecundos e originais”. Declara que “os 200 milhões de hindus não valem o pequeno punhado de ingleses que os dominam”. Também é contra a vinda da sub-raça “amarela”, japoneses e chineses, para o Brasil (BOSI, 2006). Questiona como se daria, no mundo moderno, a população racialmente mista do Brasil; e se, dadas as grandes diferenças regionais, o País poderia permanecer unificado. Mas Oliveira Vianna traça um retrato romantizado do Brasil colonial. Os portugueses que para cá vieram “representavam a porção mais eugênica”, porque, “por uma lei de antropologia social, só emigram os caracteres mais fortes, ricos de coragem, imaginação e vontade”. Portanto, nossos mestiços, eram fruto do encontro dos corajosos lusitanos machos com a “lânguida e terna mulher indígena” e a “passional e amorosa, prolífica e sedutora” mulher negra. Como Lapouge sobre a Europa, Oliveira Vianna vê diferença entre as tribos africanas de onde vieram nossos negros. Portanto, alguns mestiços eram inferiores, enquanto havia mestiços superiores “de aparência

perfeitamente ariana”. Ele proclama que “nosso povo caldeia-se e funde-se sem lutas étnicas flagrantes.” Assim, sem fazer menção às sangrentas campanhas contra índios e negros revoltados, sobre a violência da escravidão, ele foi um formulador clássico do povo brasileiro como “não violento”, pacífico. Mas para garantir, criticava a adoção pelo Brasil das instituições liberais da Europa do século XIX. Diz que as repúblicas da América espanhola cometeram um erro ao adotar tal forma de governo por contarem com “populações em que os instintos de turbulência e da luta estão em permanente vibração”. O Brasil se salvou pelo “inato desamor às brutalidades da luta armada” da sua população do sudeste e sul, regiões que mais receberam imigrantes brancos europeus. Oliveira Viana ajudou Getúlio Vargas a implantar a ditadura do Estado Novo.

Paulo Prado era filho de família tradicional paulista, de barões do café. Financia a Semana de Arte Moderna de 22, e em 1928 escreve Retrato do Brasil (que tem como subtítulo ‘ensaio sobre a tristeza brasileira’). Segundo Bosi, “o otimismo racista dos arianos criou condições para o não menos racista pessimismo dos mestiços” (BOSI, 1994). No livro, Prado defende o “branqueamento” da nossa população. A combinação do português amoral, o clima sedutor e o caráter maleável do índio e do africano tendiam a desqualificar o Brasil para o moderno mundo industrial.

[A]s populações [mestiças do Brasil] oferecem tal fraqueza física, organismo tão indefesos contra a doença e os vícios, que é uma interrogação natural indagar se esse estado de coisa não provém do intenso cruzamento das raças e sub-raças. Na sua complexidade o problema estadunidense não tem solução, dizem os cientistas americanos, a não ser que se recorra à esterilização do negro. No Brasil, se há mal, ele está feito, irremediavelmente: esperemos, na lentidão do processo cósmico, a decifração do enigma com a serenidade dos experimentadores de laboratório. Bastarão cinco ou seis gerações para ser concluída a experiência. (PRADO, 1928, *apud* BOSI, 1994).

Mas Prado também cita sociólogos americanos de vanguarda que começavam a dar mais importância ao meio ambiente do que à raça na explicação do comportamento social.

No fim, Prado considera que os problemas brasileiros eram essencialmente políticos, denunciando a politicagem e as oligarquias locais. Defende que seria preciso uma guerra ou uma revolução para curar um Brasil doente. Prado espelha as contradições da Semana de Arte Moderna de 22. Como Oswald de Andrade, que, com o *Tupi or not tupi*, busca “a identidade nacional passando pela língua inglesa, por uma citação clássica e um trocadilho” (SCHWARZ, 2009).

Darcy Ribeiro também percebe essa contradição nos modernistas de São Paulo. A cidade recebia na época um grande contingente de imigrantes europeus, que traziam conceitos racistas e depreciavam a cultura e o povo brasileiros, o que provocou uma europeização da mentalidade e dos hábitos. “A própria Semana de Arte Moderna, que foi uma reação a esse avassalamento, foi também por seu estilo a forma mais expressiva desse eurocentrismo”. (RIBEIRO, 1996, p. 407). Escritor contemporâneo que combateu esse “europeísmo” foi Monteiro Lobato. Inclusive, foi sua crítica “Paranoia ou Mistificação”, de uma pintura de Anita Malfatti, que serve de estopim para a criação da Semana de Arte Moderna. Lobato era contra os ismos que vinham na época da Europa: cubismo, futurismo, dadaísmo, surrealismo, que considerava serem “colonialismos”. Lobato era a favor de uma arte devidamente brasileira, mas defendia a eugenia por acreditar que a miscigenação era fator prejudicial na formação do povo brasileiro. Cartas recentemente tornadas públicas mostram que ele era racista (NIGRI, 2011).

Gilberto Freyre era filho de rica família de Pernambuco, coração da tradicional economia açucareira. Estudou numa universidade batista dos Estados Unidos e fez pós-graduação na Universidade de Columbia, onde teve como professor o antropólogo Franz Boas, um dos primeiros oponentes abertos ao racismo científico. Em *Casa Grande e Senzala*, de 1933, ele descreve as relações pessoais íntimas entre as famílias dos senhores e seus escravos, discorrendo como o africano influenciou o modo de vida dos fazendeiros em termos

de alimentação, vestimentas e comportamento sexual. Ele destaca que os próprios portugueses, que tinham “há séculos se mesclado com seus conquistadores mouros, eram de linhagem branca duvidosa,” tipo ideal para colonizar os trópicos. Usava “a gente nativa, principalmente a mulher, não só como instrumento de trabalho, mas como elemento de formação de família.” Virando a mesa, ele afirmou que a miscelânea brasileira era uma tremenda vantagem. Mostrou que as teóricas racistas eram obsoletas e que os verdadeiros vilões eram a dieta insuficiente, vestes inadequadas e doenças (especialmente sífilis). As más consequências da miscigenação advinham não da miscigenação propriamente dita, mas do relacionamento doentio entre senhor e escravo sob o qual ocorria. O efeito prático de sua análise não era o de promover o igualitarismo social, e serviu para reforçar a intenção de branqueamento da elite – mostrando que os brancos haviam ganhado valiosos traços culturais em seu contato íntimo com o africano e o índio. Mas ele responde a uma questão-chave posta para a elite: o caminho para o progresso era a supremacia branca como nos EUA? Ele responde que não, que o Brasil era superior em termos humanos aos Estados Unidos, que haviam optado pelo caminho destrutivo da segregação legal, só mantida pela repressão. Além disso, a obra de Freyre inaugura o paradigma da democracia racial, segundo o qual o Brasil, diferentemente dos EUA, era um país livre do preconceito racial. Freyre argumenta que o Brasil era único dentre as sociedades ocidentais por sua fusão serena dos povos e culturas europeias, indígenas e africanas, livre do racismo que contaminava o resto do mundo. A noção de que o sistema escravagista e as relações raciais tinham sido mais benignos no Brasil do que nos Estados Unidos já era aceita; entretanto, Freyre transformou tal contraste num aspecto central do nacionalismo brasileiro, conferindo-lhe um status científico, literário e cultural que duraria pelo menos até a década de 80 (XAVIER & XAVIER, 2009).

Roberto da Matta (1986) denuncia o mito da evolução racial harmoniosa de Gilberto Freyre como justificativa presente do “nosso racismo”. Essa leitura de Gilberto

Freyre feita pela elite brasileira acaba escamoteando o preconceito racial, e é a base do livro sobre a questão escrita pelo atual homem mais poderoso no jornalismo do mais poderoso meio de comunicação brasileiro, a Rede Globo. O título do livro de Ali Kamel (2006) é autoexplicativo: “Não somos racistas” – é de se perguntar, nós quem?

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), revisou a era colonial para desmistificar a questão racial. Ele enfatiza que foi Portugal que “criou o caráter atual de nossa cultura – as outras influências adequaram-se a esse caráter”. Denuncia o espírito aventureiro do português, em busca de enriquecimento rápido, e relata como a burguesia mercantilista, em vez de superar a mentalidade da nobreza assume seus privilégios em Portugal. Infelizmente para o Brasil, considera ele, não recebemos como colonizador o protótipo do trabalhador como a Nova Inglaterra, fazendo então uma comparação entre o espírito católico e o protestante. Ele descarta raça como conceito de explicação. Elemento essencial da sociedade brasileira era “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”, que conduzia “à frouxidão da estrutura social e à falta de hierarquia organizada”. O brasileiro seria um homem cordial, marcado pela afabilidade, hospitalidade e generosidade. Holanda denuncia que, para intelectuais brasileiros, a realidade do País era (e para muitos parece que ainda é) insuportável.

Gramsci também critica intelectuais meridionais da Itália que, no começo do século XX, cercados pela desintegração e empobrecimento do seu meio achavam mais fácil se relacionar com “a Europa setentrional e Platão” (GRAMSCI, 1987).

Vianna Moog (1955) avança conceitos de Buarque de Holanda e Gilberto Freyre em seu livro “Bandeirantes e Pioneiros”. Bandeirantes seriam os rudes aventureiros brasileiros que personificavam todos os defeitos ibéricos: desprezo pelo trabalho manual, fixação com a Europa, erotismo irresponsável e individualismo extremado. Buscavam o enriquecimento rápido para voltarem para a Europa. Já os pioneiros seriam os colonizadores

que encarnavam as virtudes dos Estados Unidos: respeito pela dignidade do trabalho, vontade de ruptura com o passado, crença na perfectibilidade moral do homem e um aguçado senso de comunidade. Moog (1955) refuta o determinismo racial e pergunta por que um gênio empreendedor como Ford fracassou em seu projeto seringueiro na Amazônia; por que os confederados americanos que criaram uma colônia na Amazônia desapareceram entre a população da floresta duas gerações depois?

A experiência da colônia alemã em Juiz de Fora também é bastante significativa. Trazida no final do século XIX para ajudar na construção da rodovia União Indústria, o grosso da comunidade alemã foi com o tempo sofrendo forte degradação física e econômica e dissolvendo-se entre a população local.

Moog considera a sociedade brasileira superiora à americana. O Brasil estava a caminho do progresso enquanto os EUA teriam que desacelerar para reconquistar sua humanidade. Se faltava ao Brasil a disciplina, faltava aos EUA a dimensão humana.

Darcy Ribeiro (1996) reconhece as contribuições de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, mas critica o racismo e visão colonizada do primeiro e o reacionarismo da nostalgia da era da escravidão do segundo. Ribeiro coloca o Brasil entre os povos novos, produzidos pela combinação de matrizes étnicas muito díspares como a indígena, a africana e a europeia. Para ele, o Brasil é uma experiência única. Nós, como alguns outros latino-americanos, somos povos novos, em processo de feitura, tarefa muito mais complexa. Ele afirma que os que usam a “literatura paracientífica europeia sobre raça e clima para criar justificção erudita para o atraso e pobreza nacional”, não percebem “o papel da espoliação colonial e da exploração patronal”.

Ribeiro (1996) acrescenta que as atuais classes dominantes brasileiras, “feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos”, culpam os negros e mulatos pelas

Suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não resultado da escravidão e da opressão. Essa visão deformada é assimilada também pelos mulatos e até pelos negros que conseguem ascender socialmente, os quais se somam ao contingente branco para discriminar o negro-massa. (RIBEIRO, 1996, p. 222).

Essa acusação, de negro de alma branca, é feita por muitos a Machado de Assis, amplamente considerado o maior escritor da história do Brasil. Ele era mulato, mas, segundo seus amigos, não gostava de ser classificado como tal. Logo após sua morte, em setembro de 1908, José Veríssimo, um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras, enaltece o escritor num artigo na imprensa, que por si só revela o racismo da época. “São tanto mais de admirar e até de maravilhar essas qualidades de medida, de tato, de bom gosto, em suma de elegância, na vida e na arte de Machado de Assis, que elas são justamente as mais alheias ao nosso gênio nacional e, muito particularmente, aos mestiços como ele” (VERÍSSIMO, 1908, *apud* GONÇALVES, 2011).

A resposta de Joaquim Nabuco é racismo destilado; e revelador do espírito de Machado de Assis.

Seu artigo no jornal está belíssimo, mas essa frase causou-me arrepio: ‘Mulato, foi de fato um grego da melhor época’. Eu não teria chamado o Machado mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que tire isso quando reduzir os artigos a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. O Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tornava [sic]; quando houvesse sangue estranho, isso em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só vi nele o grego. O nosso pobre amigo, tão sensível, preferiria o esquecimento à glória com a devassa sobre suas origens. (GONÇALVES, 2011).

Nabuco era um abolicionista, mas, na verdade, se preocupava mais em evitar a entrada de novos africanos no Brasil. Era unanimidade entre a elite na época da abolição que nossa população mestiça condenava o país ao atraso. A discussão se dava apenas entre a corrente segregacionista, que dizia que a mestiçagem já nos tinha posto a perder e que nunca seríamos uma nação desenvolvida; e a assimilacionista, que apostava na salvação através do processo de branqueamento, com imigrantes europeus (GONÇAVES, 2011).

Os “otimistas” acreditavam que em 100 anos o Brasil teria uma população branqueada, desde que continuássemos a promover a entrada de brancos europeus, a não fazer nada para integrar os negros que já estavam no país nem para baixar a taxa de mortalidade entre eles, e a dificultar a entrada de novos africanos. Efetivamente,

O governo brasileiro financiou a vinda de imigrantes europeus, não fez absolutamente nada que ajudasse escravos e libertos e proibiu a entrada de africanos. Um decreto de 28 de junho de 1890 diz que estava proibida a entrada de africanos no Brasil, e é reforçado por outros em 1920 e 1930, quando os banidos não necessariamente precisam ser africanos, mas apenas parecer. (GONÇALVES, 2011).

O Brasil passa a participar de feiras e congressos internacionais disputando imigrantes europeus com Argentina, Chile e Estados Unidos. Numa tentativa de aplacar o medo dos europeus de conviverem no Brasil com uma “raça inferior”, no I Congresso Universal de Raças, em Londres, em 1911, o representante brasileiro João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional, pondera:

[...] no Brasil já se viram filhos de métis (mestiços) apresentarem, na terceira geração, todos os caracteres físicos da raça branca [...]. Alguns retêm uns poucos traços da sua ascendência negra por influência dos atavismos [...] mas a influência da seleção sexual [...] tende a neutralizar a do atavismo, e remover dos descendentes dos métis todos os traços da raça negra. [...] Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os métis tenham desaparecido do Brasil. Isso coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio. (GONÇALVES, 2011).

Para ilustrar a tese de Lacerda era apresentado o quadro Redenção de Can, de Modesto Brocos y Gómez (1895), pintor espanhol radicado no Brasil. A tela estampa uma avó negra de pé ao lado da filha mulata, do genro branco e do neto, que já não possui qualquer característica ou traço da raça negra (FIGURA 1). A avó tem seus braços erguidos ao céu, como que agradecendo a Deus pelo milagre da redenção (CIÊNCIA HOJE, 2013). O nome da

obra é uma referência a Can, personagem do Livro do Gênesis cuja maldição lançada contra ele pelo pai, Noé teria condenado seus descendentes à cor negra e à escravidão.



FIGURA 1 – A Redenção de Can.
Modesto Brocos y Gómez (1895).

A política de branqueamento acaba fracassando no geral. A cidade de São Paulo foi uma das poucas que consegue um predomínio europeu. Segundo Ribeiro (1996), em 1950, “os estrangeiros, principalmente italianos e seus descendentes, eram mais numerosos do que os paulistas antigos” na cidade, e desenvolvem forte preconceito contra os brasileiros. Darcy Ribeiro denuncia que alguns “alunados apátridas” paulistanos, “que não saíram do fundo do navio em que seus avôs vieram”, só têm compromisso “consigo mesmo e com as vantagens que possam ganhar”. Eles chamam com desprezo de “bairanos” os trabalhadores nordestinos e inclusive os caipiras paulistas, culpam o analfabetismo e o atraso na cidade à presença baiana e, alguns deles, chegam a propor que se pague “a viagem de volta deles para suas terras” (RIBEIRO, 1996).

A percepção da elite de que o Brasil é formado por um povo inferior acaba sendo interiorizado pelo grosso da população após a Copa do Mundo de Futebol de 1950, transformando-se no que Nelson Rodrigues chamou de “complexo de vira-lata”. Enquanto a identidade de povos europeus era forjada na guerra, “aqui no continente feliz, onde não caíra uma bomba, brincávamos ainda de guerra, no futebol” (MÁRIO FILHO, 2010, p. 290). Nossos heróis eram nossos jogadores. Após ganharem o primeiro Pan-americano de futebol no Chile em 1952, os atletas foram recebidos com uma festa “maior do que a dos pracinhas quando voltaram da guerra” (id. *ibid*). Mas na derrota de 1950, para o Uruguai em pleno Maracanã, a culpa foi jogada nas costas de três jogadores negros: o lateral Bigode, o volante Juvenal e o goleiro Barbosa. Nosso fracasso futebolístico, para os jornais da época, trazia à tona uma questão de fundo.

A verdade é que somos uma sub-raça. Uma raça de mestiços. Uma raça inferior. (...) Enquanto dependermos do negro vai ser assim. (...) Era o que dava, segundo os racistas que apareciam aos montes, botar mais mulatos e pretos do que brancos num escrete brasileiro. (MÁRIO FILHO, 2010, p. 290).

Os não brancos eram considerados irresponsáveis, irascíveis, emocionalmente instáveis. Barbosa acabou fazendo com que, por muitos anos, considerassem que “a posição de goleiro, até prova em contrário, era mais para branco. (...) Os goleiros mulatos e pretos eram geralmente moleques (...) emotivos” (id. *ibid*). Depois da derrota na Copa de 1954 para a “branca” Hungria, a CBD decidiu definitivamente promover uma “arianização” da seleção brasileira para a Copa de 1958, na Suécia. “A preocupação de embranquecer o escrete chegou a tal ponto que na estreia, contra a Áustria, o único preto foi o Didi” (id. *ibid*). E, ressalte-se, a situação de Didi era peculiar: além de seu reserva também ser negro, ele “pertencia à categoria dos que tinham deixado de ser pretos” (id. *ibid*)⁹. Nosso “Grande Capitão” era o

⁹Mário Filho conta que negros que jogavam em times da elite, como Fluminense e Botafogo, acabavam acreditando que isso os alçava a um novo patamar racial. Ele ilustra a questão com o caso de um jogador que, ao ver seu dirigente se exasperar com um casal de negros bêbados, pediu a compreensão daquele, argumentando: “Eu já fui preto e sei o que é isso”.

loiro Belini, “belo como um Apolo”. Foi apenas no desenrolar da competição, e diante da exigência dos demais jogadores, é que negros e mulatos foram sendo incorporados ao time, como Pelé, Garrincha e Djalma Santos. A presença deles fez, no fim, a seleção ser um espelho da população brasileira, marcando indelevelmente, com nossa vitória, a moderna identidade brasileira.

A partir de meados do século XX, o Brasil assistiu ao progressivo desaparecimento do discurso racista, quer no campo político quer nos esforços de interpretação do processo de desenvolvimento nacional. Em seu lugar, emerge um pensamento racial que destaca a dimensão positiva da mestiçagem no Brasil e afirma a unidade do povo brasileiro como produto das diferentes raças e cuja convivência harmônica permitiu ao país escapar dos problemas raciais observados em outros países. Hasenbalg (1990) entende, no entanto, que a concepção do Brasil como uma democracia racial torna-se uma poderosa arma ideológica que se destina “a socializar a totalidade da população (brancos e negros igualmente), e a evitar áreas potenciais de conflito social.” Ele entende, ainda, que “o mito da democracia racial brasileira é indubitavelmente o símbolo integrador mais poderoso criado para desmobilizar os negros e legitimar as desigualdades raciais vigentes desde o fim do escravismo” (HASENBALG, 1990).

Schwarz (2009) detecta na fascinação com a produção acadêmica dos países centrais o fato de que a cada geração a vida intelectual parece recomeçar do zero no Brasil, já que se perde o interesse pelo trabalho e reflexão da geração anterior. “Percepções e teses notáveis a respeito da cultura do país são decapitadas periodicamente, e problemas há muito custo identificados e assumidos ficam sem o desdobramento que lhes poderia corresponder”. (SCHWARZ, 2009, p. 111). Ele destaca que a passagem de uma escola de pensamento para outra no Brasil não se dá pelo esgotamento do projeto na nossa realidade, mas, no geral, se deve ao prestígio estadunidense ou europeu da doutrina seguinte. Conforme nota Machado de

Assis já em 1879, “o influxo externo é que determina a direção do movimento: não há por ora no nosso ambiente, a força necessária à invenção de doutrinas novas” (*apud* SCHWARZ, 2009).

4.3 A busca pela Integração

A ideia da integração da América Latina surge já com o desmembramento em várias repúblicas da América Espanhola. Em 1826, o libertador venezuelano Simon Bolívar convoca o Congresso do Panamá, a fim de promover uma integração continental. Em sua famosa Carta da Jamaica, de 1815, Bolívar defende que a América Latina deveria se unir para se livrar do jugo das metrópoles e se defender do expansionismo dos Estados Unidos. “O novo mundo deve ser constituído por nações livres e independentes, unidas entre si por um corpo de leis em comum que regule suas relações externas” (BOLÍVAR, 1992 p. 55).

Mas as ambições de caudilhos – vendo mais benefícios comerciais que possibilidades de atrito nas relações com os Estados Unidos –, interesses opostos das sub-regiões, características diferenciadas dos seus habitantes, as grandes distâncias e a falta de infraestrutura dividiram o subcontinente em Estados separados, muitas vezes hostis entre si, enterrando os sonhos de Bolívar.

No Brasil, o diplomata Barão do Rio Branco (1845-1912), formulador da política externa da emergente república, preocupa-se com propostas de união da América Espanhola contra o Brasil. Ele realiza, em 1906 no Rio de Janeiro, a 3ª Conferência Pan-Americana, que conta com a presença do secretário de Estado dos EUA, Elihu Root. Rio Branco já havia criado em 1905 a primeira embaixada do Brasil em Washington, e não se opunha às intervenções estadunidenses na América Central. Considera que se esses países não sabem como governarem-se a si mesmos, se não possuem os elementos necessários para evitar

revoluções e guerras civis contínuas que se seguem intermitentemente umas às outras, não têm o direito de existir e deveriam ceder o lugar a uma nação mais forte, melhor organizada e mais viril (NAPOLEÃO, 1999).

Cerca de 40 anos depois, em 1942,

O chanceler Osvaldo Aranha declarava na Escola Superior de Guerra não poder conceber outra política externa para o país que a consistente em apoiar as posições dos Estados Unidos nos foros mundiais em troca do apoio americano à preeminência política e militar do Brasil no continente sul americano (JOBIM, 2007).

A posição do chanceler rende-lhe frutos: ele foi o fundador da montadora de carros estadunidense Willys Overland do Brasil (TOTA, 2000). Até hoje o Brasil é visto pelos demais países sul-americanos com desconfiança, dotado de apetites hegemônicos, propenso ao subimperialismo.

A ideia da integração da América Latina, na sua forma contemporânea, nasce no final de década de 1950, na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL. A intenção inicial era ampliar para nível regional a política industrial de substituição de importações. Tal política já havia dado bons resultados desde o período da grande depressão nos Estados Unidos e durante a Segunda Guerra Mundial, mas os reduzidos mercados internos eram um obstáculo.

Inspirada na Comunidade Econômica Europeia, a primeira experiência consolidada de união regional foi a Associação Latino-americana de Integração (ALALC), em 1960, que tinha como membros todos os países da América do Sul mais o México, da América do Norte. Seu objetivo era, a partir de uma zona de livre comércio inicial, que seria implantada em 12 anos, criar um mercado comum que acabasse abrangendo toda a América Latina. A tentativa fracassou, devido principalmente às assimetrias econômicas entre os países

membros e às medidas protecionistas impostas pelas ditaduras militares que predominaram na região desde meados da década de 1960 com total apoio dos Estados Unidos.

Denunciando uma distribuição desigual dos benefícios do tratado, participantes da ALALC, principalmente médios e pequenos, assinaram em 1969 o Acordo de Cartagena, também conhecido como Pacto Andino, abrindo a segunda onda de processos de integração da América Latina. Cinco países referendaram o tratado de fundação: Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru. A Venezuela entrou em 1973. Em 1996, o pacto, que já havia se transformado no Grupo Andino, evoluiu para a Comunidade Andina de Nações (CAN).

A intenção original do Grupo Andino era aumentar o comércio entre os membros e criar programas industriais conjuntos para indústrias como petroquímica, a metalúrgica e a automobilística. O marco econômico dos países envolvidos foi pautado pelas políticas de Substituição de Importação, defendidas pela Cepal. Um acordo de 1971 – eliminado em 1987 – impõe limites ao investimento estrangeiro nos países membros. Houve até uma tentativa frustrada de se lançar uma moeda comum. Já em 1993, entra em vigor uma Zona de Livre Comércio entre Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Em 1999, os Estados se comprometem a estabelecer um Mercado Comum e traçam uma ambiciosa agenda em serviços, com destaque para os setores de telecomunicações e energia, estratégicos para a integração regional, para a livre circulação de trabalhadores e criação de infraestrutura comum. Também merecem destaque o Tribunal de Justiça, com competência sobre os países membros, e a Universidade Andina Simon Bolívar. O presidente socialista chileno Salvador Allende era um participante entusiasta da experiência, a mais avançada de união de países sul-americanos até então. Mas o bloco sofre um grande golpe com a derrubada de Allende em 1973.

O ditador Augusto Pinochet adota então no Chile políticas radicais de livre mercado, prescritas pela Escola de Chicago. Segundo Fonseca (2005), o Chile de Pinochet foi

a primeira grande experiência mundial do projeto ultraliberal que veio a tornar-se hegemônico, como pensamento único, em grande parte do mundo. Em 1976, o ditador chileno retirou o Chile da CAN, alegando que não queria compartilhar uma tarifa comum com o resto dos países andinos. Também, enquanto os demais países do bloco seguem o modelo econômico de substituição de importações, buscando avançar a industrialização, o Chile opta por uma economia voltada para a exportação de produtos primários, abrindo seu mercado e buscando comercializar mais com o resto do mundo, basicamente com os EUA (PONCE, 2006).

Enrique Amayo Zevallos (2006) aponta que ao retirar o Chile do bloco ao mesmo tempo em que transformava o país em aliado do capital internacional, Pinochet “cumplia también un objetivo geopolítico, útil a esa alianza: debilitar al Gran (CAN)” (ZEVALLOS, 2006). Em 2005 a CAN sofre um golpe mortal. Com o fracasso do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o então presidente dos EUA George W. Bush decide negociar acordos bilaterais na América Central, no Caribe e na América do Sul, onde já havia assinado um pacto de livre-comércio com o Chile. Têm início, então, negociações bilaterais para tratados de livre comércio com três sócios do Grupo Andino, a Colômbia, o Equador e o Peru. As negociações com o Equador foram suspensas por questões políticas, mas com o Peru e a Colômbia foram concluídas. Os termos do acordo efetivamente “matam” o objetivo de integração regional do CAN, o que leva o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, a anunciar, em abril de 2006, a retirada de seu país do bloco e a intenção de se integrar ao Mercosul. O Protocolo de Adesão, assinado em julho de 2006, só entraria em vigor quando aprovado pelos Congressos dos quatro países membros e pelo Congresso venezuelano. Os Congressos da Venezuela, Argentina e Uruguai logo o aprovam. Os do Brasil e Paraguai relutam.

No Brasil, setores que se opunham à entrada da Venezuela de Hugo Chávez no Mercosul, recorrendo a argumentos técnicos e políticos, como seu suposto autoritarismo e

antiamericanismo, eram, na verdade, contrários à integração do Brasil com seus vizinhos e a favor de um maior envolvimento político e econômico com os Estados Unidos.

A mensagem presidencial propondo a inclusão da Venezuela no Mercosul deu entrada na Câmara dos Deputados em 26 de fevereiro de 2007. No dia seguinte, os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) convidam o ex-embaixador brasileiro nos EUA, Roberto Abdenur, a comentar na Comissão de Relações Exteriores do Senado entrevista que concedera à revista *Veja* denunciando que um processo de ideologização em curso no Itamaraty produziria uma política marcadamente antiamericanista. Na sessão, o senador Marco Maciel (PFL-PE) “defendeu a retomada de negociações para a aproximação entre o Mercosul e a União Europeia e para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).”¹⁰

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) avalia que a política externa “terceiro-mundista” e marcada por preconceitos ideológicos de Lula fizera o Brasil “abrir mão de relação privilegiada que poderia ter com os Estados Unidos, um contraponto de equilíbrio na América do Sul, tumultuada por líderes populistas” como Evo Morales, presidente da Bolívia, e Hugo Chávez da Venezuela¹¹.

Por fim, no segundo mandato de Lula, com seus partidários assumindo a maioria no Senado, a entrada da Venezuela é aprovada em dezembro de 2009.

No Paraguai, houve constantes postergações da análise da questão pelo Congresso. O país é particularmente assediado pelos EUA, já que uma pequena e influente elite se dispõe a fechar acordos econômicos, militares e estratégicos com Washington. Em abril de 2008, vence as eleições presidenciais paraguaias Fernando Lugo, de centro-esquerda e defensor da integração da América do Sul, quebrando uma hegemonia de 61 anos do Partido Colorado, incluindo os 35 anos da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). Com a vitória

¹⁰ Jornal do Senado, 5 a 11 de março de 2007, p. 15.

¹¹ Agência Senado de 11 de maio de 2007.

de Lugo, todos os países do Mercosul passam a ser governados por presidentes de esquerda. Mas em 22 de junho de 2012, o Senado paraguaio, tão preocupado com o antidemocrático Chávez, dá um golpe branco e destitui Lugo. Os EUA são o primeiro país a reconhecer o novo governo, que assume forte posição de confronto com Chávez. Só que o tiro sai pela culatra. O Paraguai é suspenso do Mercosul pelos demais países, e assim a Venezuela é aceita como membro permanente por todos os integrantes com direitos plenos. Para o governo Chávez, a integração da América do Sul é questão estratégica. A Venezuela é um país historicamente com poucos parceiros comerciais e com poucos produtos de exportação – basicamente petróleo e derivados – e com uma grande dependência de importações de bens e serviços.

A criação do Mercosul só foi possível após a redemocratização dos países do Cone Sul na década de 1980, depois dos diversos golpes militares apoiados pelos Estados Unidos ocorridos na região nos anos 1960 e 1970. Um tratado de aproximação entre Brasil e Argentina, os motores do Mercosul, chega a ser assinado em 21 de novembro de 1941, negociado pelos presidentes Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, respectivamente, mas não é implementado porque logo ocorre o bombardeio de Pearl Harbor e a 2ª Guerra Mundial afasta os dois vizinhos.

Com o fim da guerra, os Estados Unidos adotam uma nova Doutrina de Segurança Nacional, dispostos a “conter” todo e qualquer avanço do comunismo internacional, intervindo militarmente para garantir governos amigos ameaçados ou derrubando aqueles considerados hostis. Durante as ditaduras militares no Brasil e Argentina, produto da nova doutrina dos EUA, o relacionamento entre os dois países oscila do confronto – motivado pela construção de Itaipu, pelo Brasil, e pelos avanços argentinos na área nuclear – à estreita colaboração em questões de segurança interna, isto é, de repressão aos contestadores das ditaduras, com o chamado Plano Condor.

A Doutrina de Segurança Nacional dos EUA torna-se um empecilho ao avanço da integração da América Latina, com o alinhamento automático dos países latino-americanos a Washington impossibilitando a coordenação de políticas entre os governos da região. Mas as políticas econômicas liberais receitadas pelos organismos financeiros internacionais aos regimes autoritários da região, baseadas na abertura de mercado (não adotada pelo Brasil) e endividamento externo, provocam inflação, desindustrialização e desemprego. Há aumento da miséria e a consequente explosão da violência individual e coletiva, criando instabilidade social e política – na chamada década perdida de 1980. A crise acaba derrubando as ditaduras militares e permitindo uma nova onda de integração na América Latina, com o Mercosul sendo seu maior expoente.

As bases do bloco são lançadas em 30 de novembro de 1985, quando os presidentes da Argentina Raúl Alfonsín e do Brasil José Sarney decidem que a aproximação das economias dos dois países deve constituir um dos pilares de suas políticas externas. Eles firmam a histórica Declaração de Iguazu em um momento em que mantinham tropas estacionadas na fronteira comum diante da propagada ideia da inevitabilidade do conflito entre os dois países, reforçada na Guerra Fria.

Perguntado 20 anos depois se havia enfrentado resistências na Argentina à proposta de integração com o Brasil, Alfonsín responde que “não. Mas o que acontecia era uma posição permanente dos EUA contra qualquer espécie de acordo entre os países da América Latina”.¹²

O início do processo de integração bilateral é promissor. A Argentina, por exemplo, duplica suas vendas para o Brasil, superando os Estados Unidos como seu principal provedor. Não se tratou somente de exportação de bens agrícolas, senão também de produtos industriais, dissipando assim os temores de uma especialização agrícola. Mas o processo vive

¹² Estado de S. Paulo, 28 de novembro de 2005.

uma grande reviravolta com a ascensão ao poder dos ultraliberais Carlos Menem na Argentina, em 1989, e Fernando Collor de Mello no Brasil, em março de 1990, ambos favoráveis ao Consenso de Washington – ou seja, abertura de mercado, privatizações e redução dos gastos públicos para conseguir-se um Estado mínimo.

Collor tem a pretensão de realinhar o Brasil com os EUA na busca de uma via direta para chegar ao tão sonhado primeiro mundo. Menem, por seu lado, abdica de qualquer política industrial – aprofundando a desindustrialização da Argentina –, adota uma radical política de privatização, transforma em lei a paridade um por um do peso com o dólar e desenvolve no campo diplomático “relações carnavais” com os EUA.¹³

Em julho de 1990, com as mudanças neoliberais introduzidas nos programas econômicos dos governos brasileiro e argentino, os presidentes Collor e Menem firmam a Ata de Buenos Aires, que antecipa para dezembro de 1994 o prazo para a criação do espaço econômico.

O objetivo é o estabelecimento de um mercado comum, prévio ao aperfeiçoamento de uma zona de livre comércio, através de uma redução geral, linear e automática dos impostos e a criação de uma união aduaneira. O projeto de integração sustentável que se inicia em Foz de Iguaçu em 1985 é abandonado de forma gradual a partir de 1988 e, em 1990, é substituído pela lógica do Consenso de Washington (RUIZ, 2007).

Menem propõe a integração do Uruguai e Paraguai ao processo; e, em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, nasce o Mercado Comum do Sul – o Mercosul. Para Ruiz, o tratado “incorporou em quase a sua totalidade as recomendações do Consenso de Washington, uma reprodução *ipsis letteris* dos mecanismos estabelecidos na Ata de Buenos Aires.”

¹³ "Relações carnavais" com os Estados Unidos, termo cunhado pelo ex-chanceler argentino Guido Di Tella. Em entrevista ao jornal *Página12*, em 9 de dezembro de 1990, o ex-chanceler expressou: "*Yo quiero tener una relación cordial con Estados Unidos y no queremos un amor platónico. Nosotros queremos un amor carnal con Estados Unidos, nos interesa porque podemos sacar un beneficio*".

Em 1995, o Mercosul transforma-se de zona de livre comércio em uma união aduaneira, com o objetivo de longo prazo de se tornar um mercado comum.

Com o *impeachment* de Collor, assume seu vice, Itamar Franco, que consegue eleger seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso. Este adota políticas neoliberais que culminam com a crise do Real de 1998. A desvalorização da moeda em 1999, logo após a reeleição de Fernando Henrique, alterou a competitividade no interior do bloco. A situação agravou-se em 2001 com a crise econômica da Argentina, que se viu forçada a decretar calote em sua dívida externa. O impacto desta crise sobre o Mercosul foi demolidor. Ruiz lembra que “as importações argentinas provenientes do Mercosul atingiram US\$ 25 bilhões no ano 2000. Durante o ano da crise caíram a US\$ 21 bilhões, para sofrer uma abrupta queda em 2002, quando chegaram a US\$ 8 bilhões.”

Mas o Mercosul começa a viver um novo momento em 2003, com a eleição no Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva e de Nestor Kirchner, na Argentina, dois políticos críticos do Consenso de Washington e defensores da integração regional. Em 16 de outubro de 2003, com a assinatura do Consenso de Buenos Aires, Lula e Kirchner relançam o Mercosul se comprometendo a: a) incrementar o acordo e a cooperação política para impulsionar o projeto regional; b) incluir uma agenda social no Mercosul, c) implementar a união aduaneira e conformar o mercado comum, d) fortalecer a coordenação nas negociações internacionais e; e) promover a cooperação para garantir um espaço de segurança comum e de vigilância dos ilícitos na região (BIZZOZERO, 2003, p. 134).

O economista argentino Aldo Ferrer (2006) aponta duas tendências ideológicas no seio do Mercosul. A primeira, neoliberal, pensa o bloco como uma área de preferências transitórias de intercâmbios na qual os mercados refletiriam, sem interferências do Estado, as forças centrípetas da geografia e a globalização mundial. A segunda tem como foco a integração sustentável do Mercosul, criando uma zona preferente de comércio na qual os

governos e os agentes sociais desenvolveriam estratégias e políticas ativas visando inclusive diminuir as assimetrias entre seus membros. O objetivo seria conseguir metas de desenvolvimento e equilíbrio inter-regional, inatingíveis somente com o jogo de mercado.

No fundo a questão reflete visões conflitantes: uma que pede uma intervenção do Estado para homogeneizar o desenvolvimento de regiões e populações, e outra que acredita que o mercado é que define quem irá se desenvolver.

Para os governos de esquerda, o tratamento do problema das assimetrias supõe uma política comum dos Estados da região, um esforço conjunto para criar infraestrutura regional, rodoviária, energética e de telecomunicação que permita homogeneizar as condições econômicas e sociais, agindo como motores neo-keynesianos de emprego regional e impactando em áreas e populações que são hoje marginais nas políticas nacionais (DELGADO & CHOJO, 2006, p. 129).

Autores conservadores como o brasileiro José Augusto Guilhon de Albuquerque concebem o Mercosul apenas como um mecanismo de liberalização econômica (ALBUQUERQUE, 1999, p. 283), acreditando ser mais vantajoso buscar um acordo bilateral com os EUA. Albuquerque ilustra a opinião, numa entrevista à “Agência Estado” de dezembro de 2001, dizendo que era como se o Brasil fosse atravessar uma rua movimentada (rumo a um acordo com os EUA) de mãos dadas com três crianças menores (Argentina, Paraguai e Uruguai). Também é corrente entre setores acadêmicos e empresariais a ideia do “subimperialismo”, a exploração por parte do Brasil das nações menos desenvolvidas da América do Sul.

Já para grupos políticos intervencionistas que assumem o governo em grande parte dos países latino-americanos a partir da década de 1990, a integração é “um tema central, e que apenas em aparência é tangencial à indagação sobre a viabilidade de governos

voltados para a recuperação de uma postura mais pró-ativa do Estado” (SANTOS & VILAROUCA, 2007, p.1).

A questão da integração física das nações sul-americanas não é uma política neutra, pois ela passa pelo fortalecimento do Estado. “Não é por outro motivo que o discurso de integração regional faça parte da retórica, e não apenas dela, dos governos mais voltados para a questão dos interesses nacionais eleitos recentemente na América do Sul” (SANTOS & VILAROUCA, 2007).

A adoção de uma política soberana nesses países exige a integração da região, a fim de superar barreiras econômicas e políticas externas.

Ao contrário, as correntes neoliberais defendem a redução do papel do Estado na economia, e as agendas de seus partidos – no Brasil PSDB e DEM – não passam pela integração regional. Elas aceitam no máximo uma união aduaneira na região, e são sensíveis aos argumentos dos negociadores estadunidenses dando conta que acordos com os EUA deveriam ser vistos como uma prioridade nacional que irão indubitavelmente beneficiar seus países. O exemplo apresentado é o do Nafta, que incorporou a economia do México à dos EUA e do Canadá. O governo do presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, que assinou o Nafta e adota as políticas neoliberais ditadas pelo FMI, acaba tendo, no apagar das luzes, em dezembro de 1994, de desvalorizar o peso e decretar moratória em sua dívida externa, abrindo uma nova era de crises financeiras nos países em desenvolvimento, que afeta inclusive o Brasil. Os Estados Unidos junto com o FMI montam um pacote de ajuda de US\$ 50 bilhões ao país – mais do que para salvar o México, para salvar o modelo econômico e de acordos comerciais que queriam impor aos demais países latino-americanos. O intelectual mexicano Jorge Castañeda (1995), lembra que o modelo mexicano era ardorosamente defendido pela imprensa internacional.

Não eram opiniões desinteressadas e imparciais. Todos eles tinham interesses para falar maravilhas do México. O Banco Mundial e o FMI queriam apresentar o caso mexicano como um modelo a ser seguido por todos. Seria impossível dizer aos peruanos, aos venezuelanos, para seguir um exemplo que não funciona. O governo dos Estados Unidos também achava o México uma maravilha. Claro, o governo Salinas vendeu tudo aos americanos. Algumas coisas, ele vendeu muito bem, a bom preço. Outras, vendeu barato demais. Mas vendeu tudo. Por isso, os americanos ficaram muito contentes. Já os governos latino-americanos e europeus, que poderiam ter tido uma atitude mais cética, preferiram dizer: "Se os americanos gostam desse modelo, nós também gostamos, não há por que se preocupar...". (CASTAÑEDA, 1995).

Chomsky (2007) analisa que

Um dos principais objetivos da política externa dos EUA tem sido criar uma ordem global na qual as corporações dos EUA têm livre acesso aos mercados, recursos e oportunidades de investimento. O objetivo é comumente chamado de "livre comércio", uma postura que desmorona rapidamente quando examinada. Não é diferente daquela que a Grã-Bretanha, predecessora na dominação mundial, imaginou durante a parte final do século XIX, quando adotou o livre comércio depois de 150 anos de intervenção estatal e violência que ajudou a nação a alcançar um poder industrial muito maior que o de qualquer rival. (CHOMSKY, 2007).

O secretário-geral das Relações Exteriores do governo Luiz Inácio Lula da Silva, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, em seu livro "Desafios Brasileiros na Era de Gigantes" (2005), aponta a importância da integração regional no mundo pós-Guerra Fria e pós-11 de Setembro de 2001.

Para a América do Sul, região que possui o dobro do território e uma população maior do que a dos Estados Unidos, é indispensável, para poder defender de forma efetiva seus interesses em longo prazo num mundo instável, violento e arbitrário, trabalhar com firmeza cotidiana para o surgimento de um sistema multipolar, do qual ela deve aspirar ser um dos polos, e não somente uma sub-região de outro polo político ou econômico. O centro desta estratégia deve ser a construção paciente, persistente e gradual da união política da América do Sul e uma recusa firme e serena de políticas que submetam a região aos interesses estratégicos dos Estados Unidos (GUIMARÃES, 2005).

Por outro lado,

Os Estados Unidos, na execução de sua política externa para a região, continuarão a procurar celebrar acordos de livre comércio com os países da região e nesta estratégia desintegrar o Mercosul e desestabilizar os governos da região que se opõem mais frontalmente às políticas americanas tais como a Venezuela, o Equador e a Bolívia. Ademais, estimulam projetos, como a Aliança do Pacífico, de iniciativa mexicana que envolve a Colômbia, o Chile e o Peru, que se propõem a ser um contraponto ao Mercosul (GUIMARÃES, 2005. p. 406).

A América do Sul é hoje uma zona de paz. Composta por doze países dentro de um espaço contíguo, possui uma população total de mais de 360 milhões de habitantes, cerca de 67% de toda a América Latina e o equivalente a 6% da população mundial, com integração linguística, pois a imensa maioria fala português ou espanhol. Detém uma das maiores reservas de água doce e biodiversidade do planeta, ademais de imensas riquezas em recursos minerais, pesca e agricultura. Seu território é de cerca de 17 milhões de quilômetros quadrados.

5 ARANDO O MAR: A BUSCA DAS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS NOS JORNAIS BRASILEIROS

O *corpus* analisado nesta dissertação é constituído pela cobertura por parte da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo de três reuniões de mandatários da América Latina que foram marco no processo de integração regional. O conteúdo foi submetido à análise categorial de conteúdo, definida por Laurence Bardin (1977) como aquela que “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias, segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 1977, p. 153).

O ponto de partida da Análise de Conteúdo (AC) é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Ou seja, ela estuda a produção midiática, e não a recepção. A Análise de Conteúdo é uma técnica de pesquisa para realizar uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa de um determinado conteúdo. Aplica-se geralmente a uma grande quantidade de material organizado de maneira lógica e objetiva, possibilitando assim a utilização de métodos de pesquisa, como a dedução, ou seja, os resultados podem ser verificados com a adoção de diversas ferramentas metodológicas. “Se parece, en cierto modo, a la operación de quien, frente a un mosaico, se preocupa por determinar los trocitos de cada color que componen la obra, en vez de concentrarse en el diseño global.” (CASSETTI & DI CHIO, 1999, p.236).

A Análise de Conteúdo aposta no rigor do método, na busca da precisão e na objetividade, acreditando que através de dados quantitativos se poderão alcançar resultados validáveis e confiáveis. Desse modo, a Análise de Conteúdo exclui a subjetividade como fator relevante na conjuntura da realização de pesquisas, como afirmam Rocha & Deusdará (2005, p. 309): “(...) residindo nesse processo de descoberta a desconfiança em relação aos planos subjetivo e ideológico, considerados elementos de deturpação da técnica”.

A Análise de Conteúdo vem sendo utilizada desde 1640, quando uma corte suíça analisa detalhadamente uma coleção de 90 hinos religiosos anônimos, denominados “Os cantos de Sião”, buscando saber se eles teriam efeitos nefastos sobre os luteranos. É então efetuada uma análise dos diferentes temas religiosos, de seus valores e de suas modalidades de aparição (favorável ou desfavorável), bem como de sua complexidade estilística.

Contudo, a adoção regular da Análise de Conteúdo só ocorre no início do século XX, quando passa a ser utilizada em vários campos do conhecimento, como nas ciências políticas, na psicologia, na sociologia, etc. Sua consolidação voltada para procedimentos analíticos na área de Comunicação data do início do século XX, nos Estados Unidos, onde é vista como uma “reação contra a antiga análise de texto, excessivamente subjetiva, e de uma necessidade de sistematização imposta pelo prodigioso desenvolvimento de comunicação de massa” (KIENZ, 1973, p.10 *apud* FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 282).

A análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conjunto analisável. É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar às mesmas conclusões (FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 286).

As três características fundamentais da AC, segundo Krippendorff (1990, *apud* FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 286) são: (a) orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva; (b) transcendência das noções normais de conteúdo, envolvendo as ideias de mensagem, canal, comunicação e sistema; (c) metodologia própria, que permite ao investigador programar, comunicar e avaliar criticamente um projeto de pesquisa com independência de resultados.

Como observado, o ponto de partida da AC é a mensagem. O significado de um objeto pode ser absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características

definidoras e pelo seu *corpus* de significação. Já o sentido implica a atribuição de um significado pessoal e objetivado, que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das Representações Sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas (FRANCO, 2005, p.15). A AC requer que as descobertas tenham relevância teórica. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve, necessariamente, estar relacionado, no mínimo, a outro dado e esta relação deve ser representada por alguma forma de teoria. Assim, toda Análise de Conteúdo implica comparações contextuais: a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (FRANCO, 2005, p.16-20).

Produzir inferências é, pois, *la raison d'être* da Análise de Conteúdo. É ela que confere a esse procedimento relevância teórica, uma vez que implica, pelo menos, uma comparação, já que a informação puramente descritiva, sobre conteúdo, é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem (escrita, falada e/ou figurativa) é sem sentido até que seja relacionado a outros dados. O vínculo entre eles é representado por alguma forma de teoria. Assim toda análise de conteúdo implica comparações; o tipo de comparação é ditado pela competência do investigador no que diz respeito a seu maior ou menor conhecimento acerca de diferentes abordagens teóricas (FRANCO, 2005, p. 26).

A AC exige a elaboração de um bom plano de pesquisa explícita e integra procedimentos para selecionar uma amostra de dados para análise, categorias de conteúdo e unidades de registro a serem enquadradas nas categorias, comparações entre categorias e as classes de inferência que podem ser extraídas dos dados (FRANCO, 2005, p. 33).

Fases da AC:

a) Definir o problema e formular hipóteses – O problema traz a pergunta geral da qual parte a análise, enquanto a hipótese de trabalho representa as questões mais específicas que se tenta responder (CASSETI, DI CHIO, 1999, p. 236-237).

b) Escolher o *corpus* de textos que serão trabalhados – Pode-se dizer que a AC busca a representatividade na construção da mostra, identificando as tipologias mais significativas em relação aos problemas que aborda a investigação e, junto com critérios de representação estatística, selecionando um *corpus* que as represente adequadamente (p.238).

c) Definir as unidades de classificação – São os parâmetros em que serão desconstruídos os textos. Citando Berelson, os autores Casetti & Di Chio elencam as seguintes unidades (p. 239): a) a palavra; b) o tema; c) documento interno. Também pode se dividir em: os personagens ou símbolos-chave. Os autores orientam que é indispensável optar por unidades de classificação que possam ser identificadas facilmente nos textos selecionados (CASSETTI & DI CHIO, 1999, p. 239). Segundo Bardin (1977), os critérios de categorização podem ser de origem léxica (classificação de palavras), semântica, sintática (verbos, adjetivos) ou expressiva (perturbações na linguagem).

d) Preparar a ficha de análise e sua aplicação ao texto – Permite reconhecer o tipo de texto que analisamos, discernir e captar no seu interior os elementos úteis aos fins da investigação: verificar as hipóteses de trabalho das quais parte a investigação (CASSETTI & DI CHIO, 1999, p. 240).

e) Computar os resultados – Fase conclusiva da investigação prevê a contagem dos dados reunidos nas unidades de análise e recolhidos nas fichas (CASSETTI & DI CHIO, 1999, p. 243-244). De acordo com Bauer (2002, p. 199 *apud* FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 294), trata-se do processo de transformação dos dados brutos do material selecionado de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, para ser um elo entre o material escolhido para análise e a teoria do pesquisador.

Foi utilizada neste trabalho a vertente de análise de conteúdo proposta por Bardin, que pode mobilizar as técnicas análise categorial, de avaliação, de enunciação, de expressão, das relações e do discurso. Adotou-se especificamente a categorial, que “pretende tomar em

consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (BARDIN, 1977, p. 36). Já no critério de categorização, recorreu-se à semântica, buscando verificar se nos discursos e imagens surgiam ideias associadas à visão hegemônica de mundo, como entendidas por autores como Gramsci, Fanon, Said, Paulo Freire e outros contemplados nesse trabalho. A partir de uma leitura inicial da cobertura dos jornais, foram definidos três conjuntos de categorias, subdivididas em duas subcategorias cada:

5.1 Identidade brasileira

Seríamos diferentes dos nossos vizinhos – todos eles iguais –, e temos a tendência natural de darmos as costas ao subcontinente e nos voltarmos para a Europa e os EUA, ou seja, para os civilizados. Isso seria um fator positivo, e nosso líder político deveria se aliar às potências hegemônicas a fim de se impor sobre os demais latino-americanos. Um presidente que se afaste da ideologia dos “civilizados” – destacadamente o liberalismo econômico – estaria se afundando na barbárie e sendo influência negativa para o subcontinente. União com os pobres é indesejada, um investimento que não oferece retorno (QUADRO 1).

Quadro 1 - Identidade brasileira.

Subcategorias	Definição
Atração fatal	Posições que afundam o Brasil na barbárie
Opção redentora	Posições que alçam o Brasil à civilização

5.2 Identidade hispano-americana

Os líderes hispano-americanos em seu estado natural seriam populistas – os novos caudilhos –, irascíveis, incivilizados, boquirrotos, incapazes de formular políticas coerentes. Por isso, se afastar do jugo estadunidense e de sua cartilha neoliberal é receita para o caos na região. Mandatários fiéis aos valores preconizados pelos EUA e Europa demonstrariam sapiência, seriam semicivilizados; e apresentados como modelo a ser seguido (QUADRO 2).

Quadro 2 - Identidade hispano-americana.

Subcategorias	Definição
Instável	O hispano-americano é emocionalmente instável e incapaz de formular, por si só, propostas coerentes.
Âncora	Líderes que abraçam posições estadunidenses demonstram sabedoria e civilidade.

5.3 Integração

A união política, econômica, militar e cultural dos países do subcontinente, sem a tutela de um país “civilizado”, seria a união do atraso. Instituições necessariamente criadas para a integração fortalecem o Estado – o que vai contra a civilizada cartilha liberal - e seriam, portanto, fonte de desperdício e de corrupção. No máximo, aceitar-se-ia uma união aduaneira, mas o preferível seria uma zona de livre comércio liderada pelos EUA (QUADRO 3).

Quadro 3 - Integração.

Subcategorias	Definição
Inutilidade	Integração ampla é delírio de mentes exóticas, sangria de recursos.
Toque de Tio Sam	Toda proposta desenvolvida pelos EUA e União Europeia seria valorizada.

Neste trabalho, optou-se por pesquisar jornais impressos por entender que eles são “os grandes formadores de opinião no País” (FONSECA, 2005).

5.4 Cuzco, a Capital dos Incas

A primeira reunião analisada teve como palco Cuzco, antiga capital do Império Inca, no que é hoje o Peru, em dezembro de 2004. A cúpula é apenas a terceira da história dos 12 mandatários da América do Sul – a primeira foi em Brasília, em 31 de agosto de 2000, convocada pelo presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Em Cuzco é lançada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), embrião da União Sul-Americana das Nações (Unasul), o mais ambicioso projeto de integração dos países do subcontinente. Vivía-se na América do Sul a derrocada da proposta neoliberal que fora adotada com maior ou menor fervor em praticamente todo o subcontinente. O resultado foram maiores ou menores crises, com destaque para a da Argentina, cujo presidente Carlos Menem abraça apaixonadamente o Consenso de Washington. As crises permitem chegar ao governo candidatos de esquerda que faziam oposição às propostas neoliberais, como Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, e Nestor Kirchner, na Argentina. Mas o precursor foi Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998. Um resquício das políticas neoliberais era a proposta capitaneada por Washington da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que, se adotada, sufocaria todas as iniciativas integracionistas da região. Também o Mercosul, com Lula e Kirchner, começava a se livrar do

ranço neoliberal acumulado durante os governos Fernando Henrique, no Brasil, e Menem, na Argentina.

5.4.1 Cuzco na Folha de S. Paulo

A apresentação da 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul, onde seria lançada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), a mais ousada proposta de integração do subcontinente na história, não mereceu chamada de capa na Folha de S. Paulo (FSP) do dia 8 de dezembro de 2004. A matéria sobre a cúpula, feita pelo enviado especial Clóvis Rossi, foi colocada no caderno Dinheiro, o que em si já é uma opção editorial. A manchete da matéria é: “Chávez solta ‘grito de guerra’ contra a Alca”. A submanchete, após a palavra “Integração”, diz: “Presidente da Venezuela faz pregação incendiária contra o neoliberalismo e diz que a união do Sul deve ser política”.

De imediato temos um Instável, inimigo do Toque do Tio Sam, propondo uma Inutilidade. Ferrer (2006) destaca que existem duas visões sobre a integração do subcontinente: uma neoliberal, que a vê apenas como oportunidade de liberalização econômica, e a outra que a considera uma questão política fundamental, capaz de viabilizar governos voltados para a recuperação de uma postura mais pró-ativa do Estado, buscando, inclusive, diminuir as assimetrias entre seus membros. A FSP, portanto, assume claramente posição neoliberal, o Toque do Tio Sam. Também é interessante observar que o destaque da chamada não é a união dos países, mas a percebida retórica incendiária do presidente venezuelano e sua luta contra a Alca, liderada pelos EUA.

É dito no primeiro parágrafo da matéria que:

Como é de seu hábito, (...) Chávez “roubou a cena antes mesmo de começar, hoje, a 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul ao lançar incendiária pregação por uma espécie de rebelião popular contra o neoliberalismo e a Alca. “A integração deve ser política, não sob o signo do neoliberalismo. A economia tem de vir depois, não antes” (...), “disparou Chávez em reunião com grupos da sociedade civil antes de viajar para Cuzco. (FSP, 8 dez 2004, p. B6).

A cúpula não passaria, para o jornal, de um detalhe, de um palco para o discurso incendiário do Instável Chávez. No parágrafo seguinte fica-se sabendo que o presidente venezuelano “ainda lembrou que está propondo no lugar da Alca, a Alba (Alternativa Bolivariana para a América), seja lá o que venha representar a nova proposta”. Nada mais é dito sobre a “nova proposta”, que teria vício de origem, pensada por um Instável. Trata-se de um misto de desqualificação e silêncio, como entendido por Paulo Freire: “o silêncio da grande mídia sobre determinados temas é a forma mais usual de sonegar o conhecimento, ao evitar trazer o assunto para o debate público” (*apud* Lima, 2011).

O enviado especial prossegue destacando que

A incontinência verbal de Chávez é tudo que o governo brasileiro não queria para uma cúpula que lança o que o Itamaraty considera a ‘pedra fundamental’ da União Sul-Americana, ambicioso projeto de transformar a pobre, atrasada e fragmentada América do Sul em algo similar ao formidável conglomerado que é a União Europeia. [grifos meus] (FSP, 8 dez 2004, p. B6).

Ou seja, é com os Instáveis que o Lula terá de lidar caso naufrague na Atração Fatal e procure a Inutilidade, se afastando do Toque de Tio Sam. O parágrafo remete também ao entendimento de Marcondes Filho (2002), dando conta que “o jornalismo comercial distorce a realidade com o objetivo de manter o status quo”. O projeto visava na verdade dotar a União Sul-Americana das mesmas instituições político-econômico-culturais da UE, a mais avançada forma de integração de países do mundo. Igualmente, foram destacados estereótipos atribuídos à América do Sul (pobre, atrasada e fragmentada), uma dramática “introjeção dos

estigmas lançados pelo discurso colonialista”, no entender de Memmi (1967), enquanto reverenciasse os europeus como pertencentes a um “formidável conglomerado” – como diria Fanon (2008), “ser branco (europeu) é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente”.

Na sequência, a FSP destaca que existem diferenças entre Lula e Chávez, entre o brasileiro e o sul-americano hispânico.

O Itamaraty pelo menos não a vê (a união) como um contraponto à Alca ou um projeto político de contestação ao Norte rico. Além disso, a política econômica do governo Lula é tudo menos uma tentativa de confrontar os EUA, a Alca ou o neoliberalismo. Mas uma parte importante do empresariado brasileiro, cada vez com mais estridência, acha o contrário. (Como) José Augusto de Castro, diretor executivo da Confederação Nacional da Indústria. “O Brasil tem dimensão geopolítica própria, o que lhe dá *o desejo e até o direito de exercer um papel importante na região*. Mas não pode perder o senso”. [grifo meu] (FSP, 8 dez 2004, p. B6).

O Itamaraty, historicamente associado à elite brasileira, deveria ser enquadrado na Opção Redentora. A FSP aposta que o “pacífico” presidente brasileiro acabaria também sendo assim enquadrado, não contestando o Norte rico, não confrontando os EUA nem a receita contemporânea que nos levaria à modernidade: o neoliberalismo, com nossa integração à área de livre comércio projetada por Washington. Mas, surge uma ponta de dúvida, expressada pelo setor empresarial, que nos atribui o “direito” de explorarmos a América do Sul, numa reedição da visão de Osvaldo Aranha, que não concebia “outra política externa para o país que a consistente em apoiar as posições dos Estados Unidos nos foros mundiais em troca do apoio americano à preeminência política e militar do Brasil no continente sul americano”. (*apud* JOBIM, 2007). Isso ocorrerá desde que o instável emocionalmente sertanejo Lula não caia na Atração Fatal e não “perca o senso”.

A matéria prossegue após o entre título “Ausências” informando que, “mesmo que Chávez se cale durante a reunião presidencial propriamente dita, o que é altamente improvável, (...) a festa corre o risco de passar de celebração a fiasco”. Leia-se: é pouco provável que o Instável não aja como um Instável já que esse em particular combate o Toque

do Tio Sam. O texto continua informando que o fiasco se aproximava porque vários presidentes não deveriam comparecer, como o do Equador, Lúcio Gutiérrez. “O motivo, em tese, é pouco saudável para um processo de integração: (...) o lançamento do livro de um jornalista” sobre o assassinato de um agente equatoriano por oficiais peruanos (os dois países estiveram em guerra há nove anos). Sem eles, “o Mercosul estará representado no mais alto nível apenas pelo brasileiro” Lula.

É pouco para uma cerimônia que o presidente Toledo definiu ontem como o início do processo de ‘redesenhar o rosto da América do Sul’. Mas, ao terminar seu discurso de abertura da cúpula andina, Toledo não deixou de pedir: ‘Que Deus bendiga a integração sul-americana’. Uma cautela recomendável em qualquer circunstância, mas que se tornou fundamental especialmente diante do *turbulento início do processo*. [grifo meu] (FSP, 8 dez 2004, p. B6).

A união de Instáveis só pode gerar caos, turbulência. A observação ecoa o entendimento de Oliveira Viana de que a América espanhola possuía “populações em que os instintos de turbulência e da luta estão em permanente vibração”. A invocação de Deus também reforça a visão do caráter emocional, pouco racional, dos sul-americanos.

Um box de pé de página, com o título “Aliança é mais rica que o Canadá”, anuncia que o “empresariado brasileiro” estava insatisfeito com o pretendido acordo comercial porque nosso mercado iria “se abrir aos andinos bem mais depressa do que estes o farão para a produção brasileira”. Interessante notar que o mesmo jornal que defende a abertura do nosso mercado aos produtos estadunidenses reclame que façamos o mesmo, num outro tipo de acordo, com países da região. Ou seja, a questão ideológica se sobrepõe à racionalidade comercial, aceitando-se de bom grado a aproximação com o Norte rico, e rechaçando o envolvimento com o Sul turbulento. O Toque de Tio Sam versus a Inutilidade.

O box também destaca que

A integração da infraestrutura física da região “é uma iniciativa incipiente porque os países sul-americanos têm, todos, imensas restrições orçamentárias. Logo o dinheiro (...) terá de sair de fontes multilaterais de crédito, pouco dispostas a pôr dinheiro em projetos latino-americanos”. [grifo meu] (FSP, 8 dez 2004, p. B6).

É a Inutilidade, checada pelo Toque de Tio Sam. O jornal se coloca, portanto, na posição do poder hegemônico internacional, que controla as “fontes multilaterais de crédito”, e desdenha dos latino-americanos.

No dia seguinte, 9 de dezembro de 2004, a reunião de Cuzco merece a principal foto da primeira página, uma foto-legenda. Ela mostra o presidente Lula sendo recebido pelo governador de Cuzco e usando um poncho e um gorro típicos peruanos presenteados pelo anfitrião. Lula sorri vestido com as roupas muito coloridas, e a mão esquerda na cabeça expõe a falta de seu dedo mínimo.

Pelos padrões estéticos europeus, a que estamos acostumados, a vestimenta não faz com que quem a use inspire confiança – ela parece inadequada a um presidente brasileiro. Lula não só abraçou a Atração Fatal, ele se vestiu com ela. A legenda, com o título “No Clima”, informa que Lula fora recebido pelo governador local e que participaria do lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações. E acrescenta: “ele afirmou que terá paciência para resolver tensões com a Argentina, que propôs defesa contra exportações do Brasil”. Vítima da Atração Fatal lidando com um Instável.

Imediatamente abaixo, outra foto-legenda mostra uma pintura de Saddam Hussein, num muro do Iraque, que recebeu um gorro de papai Noel, tendo dois soldados estadunidenses ao lado. Outra inadequação, outro projeto independente de um Instável que foi esmagado pelo Toque do Tio Sam.

Na página 6 do caderno Dinheiro, dedicada ao encontro, a matéria principal, com o título “Brasil prega ‘mais paciência’ com Argentina”, não trata diretamente da formação da CSN, destacando a questão das salvaguardas comerciais pedidas pelo país vizinho. O subtítulo, precedido da palavra “Integração”, acrescenta: “Para Lula, país deve ter ‘generosidade’ por ser mais rico; Amorim diz que salvaguardas ainda serão discutidas.” Para a FSP, por ser mais rico, o Brasil não deve ser generoso, deve adotar a Opção Redentora.

Metade da matéria de 19 parágrafos tenta explicar que o governo Lula poderia aceitar a reivindicação comercial argentina, envolvendo questões relativas não à CSN, mas ao Mercosul, o processo de integração mais avançado da América do Sul. A pretensão argentina constituiria “medidas de defesa contra importação excessiva de determinados bens, no que é uma *violação do livre comércio*, em especial se adotada entre membros de um *bloco que pretende ser um mercado comum*. [grifos meus]. O Mercosul seria outra Inutilidade, onde temos de lidar com mais um Instável.

No fim da matéria, o jornal traz o “assessor internacional do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia”, denunciando que, a polêmica era promovida por

Aspones do empresariado, que querem fazer o Mercosul retroagir a zona de livre comércio (em vez de união aduaneira, como é hoje, embora muito imperfeita). A consequência do recuo: o Mercosul deixaria de ter uma tarifa externa de importação comum, com o que cada um de seus membros poderia negociar isoladamente com terceiros países ou blocos. (FSP, 9 dez 2004, p. B6).

O jornal assume claramente a ortodoxia neoliberal, o Toque do Tio Sam, defendendo que a medida, se adotada, seria uma violação do sacro livre comércio, com o agravamento de envolver um bloco que pretendia, mas ainda não era, um mercado comum. Não há qualquer consideração sobre a realidade regional, a situação de cada país do bloco. O correspondente reforça assim que seríamos Instáveis, assumindo a Opção Redentora. Bresser frisa que os liberais atribuem à heterodoxia econômica um caráter negativo, quando na verdade ela é, para nós, uma independência de pensamento (BRESSER-PEREIRA & REGO, 2001).

Ao explicar a “consequência do recuo” para o Mercosul, o jornal aponta claramente que deixaríamos de nos envolver com os pobres e poderíamos negociar com “terceiros países ou blocos” – leia-se, EUA e UE, respectivamente. Deixaríamos assim para trás a Inutilidade e abraçaríamos a Opção Redentora. Por outro lado, o periódico não explica a consequência de se seguir em frente com o Mercosul, acionando o silêncio local, como entendido por Machado (2001).

Ao apresentar defesa do governo Kirchner, o jornal relata que

A Argentina, depois de um período de cinco anos de profunda retração econômica, que dizimou sua indústria, quer agora espaço para que ela retome a produção, o que poderia ser anulado por um excesso de importação em certas áreas. (FSP, 9 dez 2004, p. B6).

Mais uma vez o silêncio local é acionado, já que não se informa que a crise vivida pela Argentina foi provocada pela adoção das políticas neoliberais, a mesma que é usada para combater a CSN e defender a Alca. Ou seja, o presidente Carlos Menen, o argentino que adotou as políticas civilizadas, se enquadrava na subcategoria Âncora – e afundou seu país.

A outra metade da matéria trata da ausência do presidente Néstor Kirchner em Cuzco, fazendo um contraponto ao pedido de paciência de Lula para com a Argentina.

A paciência para com os argentinos foi exercida plenamente ontem: todas as autoridades brasileiras consultadas minimizaram o fato de que *o presidente argentino negou-se a comparecer à cúpula (...)* na qual foi lançada a pedra fundamental da Comunidade Sul-Americana de Nações, menina dos olhos da diplomacia brasileira. [grifo meu] (FSP, 9 dez 2004, p. B6).

Lula, vestido de Atração Fatal, lança uma Inutilidade e é esnobado por um Instável. Trata-se também de mais uma distorção da realidade da imprensa empresarial buscando manter o status quo (MARCONDES FILHO, 2002). Kirchner explicara que médicos o proibiram de ir a Cuzco, cidade 3.700 metros acima do nível do mar, devido a seus sérios problemas cardíacos. O jornal apresenta a explicação de Kirchner como mera desculpa,

e sugere todo o tempo que ele não estaria comprometido com o processo de integração, apresentando-o não como um Âncora, mas como um Instável. “Do lado argentino, as juras de comprometimento são as mesmas” do Brasil para com a integração, destaca o jornal.

A história mostra que o comprometimento de Kirchner leva-o depois a assumir como o primeiro secretário-geral da organização, e ele acaba morrendo prematuramente de ataque cardíaco.

A segunda matéria mais importante da página é delimitada por fios com o sobretítulo “Desencontro”, o título “Lula vê ‘ansiedade’ em Chávez, que retruca”, e o subtítulo “Brasileiro critica cobrança por resultado; para venezuelano, ‘ansiosos’ estão os que passam fome”. A foto ilustrativa mostra um Chávez falando e gesticulando para um Lula passivo. Instáveis só podem provocar “desencontros”, retrucar, cobrar.

A matéria também não trata diretamente do processo de integração. No primeiro parágrafo sabe-se que

Tidos, pelos conservadores mais extremistas dos EUA como componentes do *‘eixo do mal sul-americano’*, juntamente com Kirchner, o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o venezuelano Hugo Chávez demonstram que não tocam a mesma música. [grifo meu] (FSP, 9 dez 2004, p. B6).

Mais que Instáveis, aqueles que defendiam enfaticamente a integração regional são, para a FSP, inimigos perigosos. O lado positivo é que os Instáveis nunca se entendem. Tem-se no parágrafo citado o acionamento do interdiscurso, como entendido por Hall, a inserção dos acontecimentos em um quadro de significação familiar ao público por meio de “mapas de significado, conjuntos de referências culturais que transformam fenômenos desordenados e caóticos em conhecidas identificações sociais e culturais” (MENDES, 2009). Eixo do mal, na época, era como os Estados Unidos se referiam a países acusados de apoiar o terrorismo internacional, contra o qual eles estavam, literalmente, em guerra.

Lula, continua o texto, “aproveitou para, reiteradamente, censurar o que chamou de ‘ansiedade’ (por resultados) de *Chávez, (que) deu o troco (e) disparou*: Ansiosos estão os que ainda não comeram nada hoje” [grifo meu]. A impressão que passa é que a cúpula é um turbilhão de desencontros, de discursos belicistas, o que seria inevitável ao se juntar Instáveis.

O enviado introduz então o presidente colombiano Álvaro Uribe, o mais americanófilo de todos os presentes, e Ricardo Lagos, do Chile, que fechara acordo de livre comércio com os EUA e a UE. Os dois reclamam “do excesso de cúpulas” e fazem “proposta concreta” para diminuir o número delas. Somos apresentados, assim, ao eixo do bem, aos Âncoras sul-americanos.

A matéria abaixo tem como título “Desfalcado, evento se apoia na retórica”, onde finalmente é tratado o lançamento da instituição. Lê-se nos dois primeiros parágrafos:

Faltaram 4 dos 12 presidentes de países que comporão a Comunidade Sul-Americana de Nações, ontem lançada. Mas não faltou –nem poderia – toda a *grandiloquência retórica latino-americana*, em meio ao rico e *colorido folclore do subcontinente*.

O cenário era o ideal: o pátio do Qorikancha, o templo que os incas dedicaram ao rei sol, hoje transformado no convento de São Domingos, na Cusco que foi a capital do império inca. Pelos corredores do antigo templo, espalhavam-se grupos folclóricos peruanos. Como era inevitável nesse cenário, não faltaram menções ao ‘sonho de Bolívar’, libertador de parte da América do Sul do domínio espanhol e que de fato sonhou *a utopia da união sul-americana*. [grifos meus] (FSP, 9 dez 2004, p. B6).

O Instável latino-americano nasce com o pecado original. Mais uma vez é sugerida que sua suposta instabilidade emocional resulta em fragmentação, produz “grandiloquência retórica” e “colorido folclore”, na verdade, percebidas aberrações. Adorno atribui o discurso exacerbado do dominado à violência a que é sujeito pelo dominador. (*apud SAID, 1995*).

O “cenário ideal” é um templo religioso dos incas, praticantes de sacrifício humano, que “foi transformado” em mosteiro pelos civilizados europeus. Na verdade, o templo tinha paredes e pisos cobertos de ouro quando foi invadido pelos espanhóis, que

fizeram refém o imperador Atahualpa e por ele receberam um fabuloso resgate. Mesmo assim, os invasores mataram o imperador e tomaram a capital. O templo foi destruído e sobre suas bases foram construídos uma igreja católica e um mosteiro. A FSP nos dá apenas a versão dos colonizadores, assumindo o silêncio sonegador do conhecimento indicado por Freire. Ou, como ensina Said (1995), “a história dos nativos, depois de removidos de sua posição histórica em sua própria terra, é reescrita em função da história imperial.” Mas ainda sobraram nos corredores não do mosteiro, mas do templo, grupos folclóricos peruanos, evocando o “sonho utópico de Bolívar” da união sul-americana. A subcategoria Inutilidade foi assim corroborada: “integração ampla é delírio de mentes exóticas”.

A matéria prossegue dando a palavra ao mandatário brasileiro. “Perdemos um século esquecendo de nós mesmos. É inevitável a integração da América do Sul, econômica, física e culturalmente”, diria o presidente Lula, “depois de quase perder um trecho da celebração”. O correspondente explica então que no momento de assinar um documento, Lula saiu, deixando o presidente peruano “mudo e constrangido”, sugerindo que iria falar ao telefone. Mas, “Lula voltou cinco minutos depois. Sua assessoria disse que ele fora ao banheiro.”

Consequência, acredita-se, da Atração Fatal. A passagem faz lembrar o comentário de Veríssimo sobre Machado de Assis, dando conta que as “qualidades de medida, de tato, de bom gosto, em suma de elegância (...) são justamente as mais alheias ao nosso gênio nacional e, muito particularmente, aos mestiços” (VERÍSSIMO, 1908, *apud* GONÇALVES, 2011).

Depois do discurso do anfitrião Toledo, que “sonhou alto”, a matéria traz um representante do “primeiro mundo”.

Enrique Iglesias, *presidente do BID, responsável por parte do aspecto menos utópico e mais prático da história*, preferiu dizer que se tratava do ‘mapa para começarmos a trabalhar’, em alusão aos projetos de infraestrutura que compõem o processo de integração. [grifo meu] (FSP, 9 dez 2004, p. B6).

Depois dos delírios dos Instáveis, o Toque do Tio Sam nos traz de volta à realidade. Tem-se aqui a visão binária exposta por Kissinger, do civilizado imbuído da missão de evitar que os pré-newtonianos provoquem caos, já que “a realidade empírica tem para muitos dos novos países um significado bem diferente do que tem para o Ocidente, porque num certo sentido eles nunca passaram pelo processo de descobri-la” (*apud SAID, 2010*).

A cobertura do dia acaba com uma pequena matéria de uma coluna e três parágrafos intitulada “Brasil financia ponte ao Peru”. É informado que “disposto a pagar para exercer papel de liderança na América do Sul, como é de praxe em todos os líderes, o Brasil concedeu financiamento ao Peru de US\$ 417 milhões para a construção da chamada via interoceânica”, ou seja, Lula estava “perdendo o senso”, fígado pela Atração Fatal, arredio à Opção Redentora.

A edição de 10 de dezembro é apenas um rescaldo do encerramento da cúpula, trazendo a movimentação que ocorreu na noite do dia 8 e que ficou de fora da cobertura anterior por causa da hora do fechamento do jornal. O assunto não mereceu chamada na primeira página.

Na página 4 do caderno Dinheiro, a manchete é “Lula diz que, se morrer, já terá ‘valido a pena’”, com o subtítulo, após a palavra “Integração”, “Para o presidente, valeria ter presidido o Brasil e acreditar na integração como forma de fortalecer a América do Sul”. A foto ilustrativa mostra Lula entregando no vazio uma caneta, como se convidando alguém para assinar um documento.

A matéria destaca que a afirmação de Lula que virou manchete foi feita durante o “improviso que acrescentou ao seu discurso oficial no encerramento” da cúpula. Também “no improviso, o presidente voltou a mencionar Deus”.

Já na parte previamente preparada de seu discurso, Lula vestiu de novo o traje de esquerda, abandonado desde que assumiu a presidência, para *pretender estar implementando um modelo diferente de desenvolvimento*. Disse: ‘Estivemos de costas uns para os outros, negando nossa própria geografia, iludidos pela tentação de importar modelos prontos, que perpetuam privilégios e ignoram os legítimos anseios de nossos povos.’ Prestou homenagem às *lições visionárias de Celso Furtado, a cujo enterro não foi*, para incluir entre elas a de que, ‘para superar a dependência, devemos buscar respostas próprias para o desafio do desenvolvimento’. [grifos meus] (FSP, 10 dez 2004, p. B4).

Tomado pela Atração Fatal Lula recusa a Opção Redentora e une-se aos Instáveis para produzir uma Inutilidade. O jornal apresenta uma falsa contradição entre o discurso improvisado e o oficial, previamente escrito, muitas vezes com a ajuda de assessores. No improviso, Lula seria emocional, messiânico, um Antônio Conselheiro de Euclides da Cunha, enquanto que no oficial ele se curvaria às materialistas teses da jurássica esquerda latino-americana. Diz que o presidente homenageia alguém que ofereceria “lições visionárias” – embora que a homenagem não pareça sincera, já que não teria nem ido ao enterro do economista e aparentemente incluiu coisas estranhas entre suas ideias. A FSP silencia sobre o que seriam, então, os verdadeiros ensinamentos de Furtado, mas oferece um contraponto ao discurso de Lula.

O presidente acha que ‘resposta própria’ é, por exemplo, a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, motivo de sua viagem à capital do *Império Inca, na verdade o único modelo não importado que o subcontinente ensaiou até ser esmagado pelos conquistadores espanhóis*. [grifo meu] (FSP, 10 dez 2004, p. B4).

Ou seja, fora da ortodoxia do primeiro mundo, longe do Toque de Tio Sam, não há salvação. A Inutilidade é desperdício porque acabará esmagada pelos ‘civilizados’. Com seus delírios, Lula viaja não ao atual Peru, mas à capital do Império Inca – os colonizadores, diz Fanon (2010), inculcam na cabeça do colonizado: ‘Se partirmos tudo estará perdido, esta terra voltará à Idade Média’.

A cobertura traz ainda uma matéria com o título “Encontro com Chávez pretende eliminar atrito”, que sugere mais um desacordo de Lula com o Instável presidente venezuelano, e termina com uma análise da... britânica *Economist*, a bíblia do neoliberalismo. A análise da revista, que recebeu o título, “Integração sul-americana nasce falha”, ensina que

A inspiração vem em parte do *Brasil, que há muito sonha em ser o líder da América do Sul*. (...) No entanto, a *união já nasce dividida*, já que três presidentes do Mercosul e o presidente do Equador não foram ao encontro. Além disso, o Chile não voltará ao bloco por considerar as tarifas muito altas. (...) A reunião do Mercosul na próxima semana não deve ajudar. *Apesar de Argentina, Brasil e Uruguai terem agora presidentes de esquerda que prezam a integração, as contendas entre os países impedem um consenso*. A união aduaneira, que já tem 800 exceções, fica cada vez mais imperfeita. A Argentina quer agora impor salvaguardas às importações. *Empresários brasileiros dizem que o governo prefere negociar com países em desenvolvimento em vez de os EUA e a UE*. [grifos meus] (FSP, 10 dez 2004, p. B4).

Assim, a análise da britânica e liberal *Economist*, usando expressões idênticas às do jornal brasileiro, corrobora todas as críticas da... FSP. Como adverte Fanon (2008), para o colonizado, a alteridade não é outro colonizado, é o europeu. O problema é que o “branco europeu não é apenas o Outro, mas o senhor, real ou imaginário”.

No domingo, 12 de dezembro de 2004, a criação da CSN reverbera na coluna de opinião de Clóvis Rossi. Nela, o enviado a Cuzco analisa o anúncio de Lula dando conta que adotaria uma política econômica heterodoxa, em consonância com sua visão de integração da América Latina, acreditando que ela produziria “desenvolvimento, crescimento econômico, geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social”. Rossi responde:

É verdade que jaboticaba só existe no Brasil. Logo, é sempre possível para os crédulos imaginar que a política econômica lulista consiga o milagre de produzir no Brasil o que não produziu em lugar nenhum. É como achar que o Papai Noel vai chegar na noite do dia 24. (FSP, 12 dez 2004, p. A2)

O comentário do colunista faz acreditar que ele foi cooptado, atingido pelo *soft power* estadunidense, ou o *co-optive power* — “a habilidade de moldar o que os outros querem, manipulando a agenda das escolhas políticas de forma tal que posições que não as hegemônicas pareçam irrealistas”, como ensina, aos EUA (NYE JR.; JOSEPH, 2004). O jornal não acredita que os Instáveis povos do subcontinente tenham capacidade de elaborar independentemente um plano viável de desenvolvimento sem o Toque de Tio Sam. Fanon (2010) explica que a elite de mente colonizada dos países periféricos assume tal posição “porque ela não tem ideias, porque se fecha sobre si mesma, isolada do povo, minada pela sua incapacidade congênita de pensar o conjunto dos problemas em função da totalidade da nação”. O Quadro 4 resume a posição da FSP.

Quadro 4 – FSP em Cuzco.

SUBCATEGORIA	EVOCAÇÃO
Atração Fatal	<p>“O Brasil tem o desejo e até o direito de exercer um papel importante na região.”</p> <p>“CSN, menina dos olhos da diplomacia brasileira”.</p> <p>“Lula saiu, deixando o presidente peruano mudo e constrangido”.</p> <p>“disposto a pagar para exercer papel de liderança na América do Sul, o Brasil concedeu financiamento ao Peru”.</p> <p>“Lula pretendeu estar implementando um modelo diferente de desenvolvimento.”</p> <p>“‘resposta própria’ é, por exemplo, (para Lula) a criação da CSN”.</p> <p>“o governo prefere negociar com países em desenvolvimento em vez de os EUA e a UE.”</p> <p>Crer que políticas heterodoxas podem dar certo, “é como achar que o Papai Noel vai chegar na noite do dia 24”</p>
Opção Redentora	<p>“O Itamaraty pelo menos não a vê (a união) como um contraponto à Alca”.</p> <p>“a política econômica do governo Lula é tudo menos uma tentativa de confrontar os EUA, a Alca ou o neoliberalismo ou um projeto político de contestação ao Norte rico.”</p> <p>Mudando o Mercosul “cada um de seus membros poderia negociar isoladamente com terceiros países ou blocos”</p>
Instável	<p>Chávez solta ‘grito de guerra’</p> <p>pregação incendiária</p> <p>Alba, seja lá o que venha representar a nova proposta</p> <p>incontinência verbal de Chávez</p> <p>turbulento início do processo de integração.</p> <p>presidente argentino negou-se a comparecer</p> <p>componentes do ‘eixo do mal sul-americano’</p> <p>Desfalcado, evento se apoia na retórica</p> <p>grandiloquência retórica latino-americana</p>
Âncora	<p>Uribe reclama “do excesso de cúpulas” e faz “proposta concreta”</p>
Inutilidade	<p>ambicioso projeto de transformar a pobre, atrasada e fragmentada América do Sul</p> <p>países sul-americanos têm, todos, imensas restrições orçamentárias</p> <p>sonhou a utopia da união sul-americana</p> <p>Império Inca, único modelo não importado que o subcontinente ensaiou até ser esmagado pelos conquistadores espanhóis.</p> <p>a união já nasce dividida</p>
Toque de Tio Sam	<p>formidável conglomerado que é a União Europeia</p> <p>fontes multilaterais de crédito, pouco dispostas a pôr dinheiro em projetos latino-americanos</p> <p>presidente do BID, responsável por parte do aspecto menos utópico e mais prático da história</p>

5.4.2 Cuzco em O Estado de S. Paulo

As matérias de O Estado de S. Paulo (OESP) sobre a cúpula de Cuzco também saem no caderno de Economia, expressando visão de que o processo de integração da América do Sul tem objetivo meramente econômico. No dia em que seria criada a Comunidade Sul-Americana de Nações, 8 de dezembro de 2004, a chamada de primeira página do jornal trata apenas da questão de suposta disputa comercial entre Brasil e Argentina no âmbito do Mercosul, não fazendo qualquer referência à reunião de Cuzco em si, que, diferentemente da FSP, o OESP chama de 3ª Cúpula Presidencial Sul-Americana. A manchete da capa é “Brasil diz o 1º não a pedido argentino”, com o subtítulo “Após reunião com vários ministros, o presidente Lula decidiu não aceitar a proposta de salvaguardas, regras para reduzir o comércio e proteger setores empresariais”.

A matéria principal sobre a cúpula, feita pelos enviados especiais Leonencio Nossa e Denise Chrispim Marin e publicada na página B6, é intitulada “Mercosul abandona Lula no Peru” e tem como subtítulo “Ausência dos presidentes da Argentina, Uruguai e Paraguai esvazia criação da Comunidade Sul-Americana na reunião de Cuzco”. A página, toda dedicada à integração, traz três fotos. A primeira mostra o presidente anfitrião Alejandro Toledo concedendo entrevista coletiva num palanque ao ar livre, mas veem-se apenas duas pessoas com vestes típicas peruanas assistindo. Na segunda, uma rua vazia é varrida por um gari, com um cartaz de propaganda da cúpula ao fundo. Na terceira, uma popular peruana vestida a caráter passa por uma barricada de segurança composta por três descontraídos policiais. Temos o Lula da Atração Fatal buscando uma inutilidade e sendo abandonado pelos Instáveis.

A matéria dos enviados, cujas assinaturas são precedidas pela palavra “Cúpula”, começa informando que

A reunião dos presidentes sul-americanos, em Cuzco, no Peru, começa hoje ainda mais esvaziada. À exceção do presidente *Lula, maior entusiasta da proposta* de criar a CSN, os *chefes de Estado do Mercosul preferiram se ausentar* e enviar representantes ao encontro. Os presidentes da Argentina, Nestor Kirchner, e do Uruguai, Jorge Batlle, alegaram problema de saúde. O paraguaio Nicanor Duarte não tinha confirmado presença no evento até o início da noite de ontem. O presidente *Lula*, que esperava encerrar o ano com a demonstração de sua liderança regional e no mundo em desenvolvimento, *terá uma plateia reduzida no discurso em defesa da integração física, comercial e política dos 12 países da área.* [grifos meus] (OESP, 8 dez. 2004, p. B6).

Assim, Lula é imediatamente associado à subcategoria Inutilidade, que teria sido abandonado pelos líderes do Mercosul. O presidente brasileiro seria “o maior entusiasta” da integração política regional.

Depois de acrescentar que o presidente do Equador também não participaria do evento e que o presidente do México – Vicente Fox, ex-chefe da divisão latino-americana da Coca-Cola – declinara do convite, o jornal afirma que o “esvaziamento da reunião” alimentou desconfianças sobre o projeto.

Além de esbarrar nas dificuldades financeiras para os países levarem adiante suas obras de interligação, a proposta enfrenta a debilidade do Mercosul e a fragilidade de seu acordo com o bloco andino. Na área de infraestrutura, por exemplo, os investimentos do BNDES na Bolívia e Equador são avaliados por empresários brasileiros como *‘ajudas financeiras sem retorno’ a mercados inexpressivos.* (OESP, 8 dez. 2004, p. B6).

Ou seja, a utopia da união do atraso é custosa em todos os sentidos, uma Inutilidade buscada por um brasileiro fisgado pela Atração Fatal. O jornal continua dizendo que, apesar de o chanceler peruano “não esconder seu constrangimento com as ausências, ele não acreditava na versão de que (o argentino) Kirchner e (o uruguaio) Batlle tinham a intenção de desprestigiar o encontro”. O jornal reconhece então que o centrista Battle estava em fim de mandato, seu partido tendo perdido a eleição para o esquerdista Tabaré Vázquez.

Já Kirchner teria afirmado, “segundo a imprensa argentina”, que só participa de encontros “importantes” para o seu país – um dado destituído de objetividade, já que não é

informada qual a classificação que o mandatário argentino daria à cúpula de integração. É dito apenas que “oficialmente, *o presidente da Argentina alegou* que sofre de problemas de saúde em altitudes elevados. Cuzco está a 3.400 metros do nível do mar” [grifo meu]. O jornal adianta que

Correligionários alegam que Kirchner não estaria disposto a fortalecer um evento promovido por um concorrente interno e um externo, seu antecessor Eduardo Duhalde (presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul) e Lula, impulsionadores da ideia de criação da comunidade sul-americana. (OESP, 8 dez. 2004, p. B6).

Kirchner é qualificado, assim, como Instável. O jornal explora *ad aeternum* a ideia de que os sul-americanos são caudilhos preocupados apenas com sua imagem pessoal, incapazes de se entenderem e necessitando de uma civilizada intervenção externa. O arqui-inimigo do Brasil seria a Argentina. Colonialismo e imperialismo “são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação” (SAID, 1995).

Na última parte da matéria, depois do entre título “Lula”, o jornal adianta o que para ele seria a posição do presidente brasileiro no encontro.

Apesar da fragilidade do projeto e da plateia minguada, Lula destacará que a integração dos 12 países sul-americanos garantirá maior expressão da região em foros internacionais e fortalecerá uma posição comum em negociações comerciais, como a Alca. (OESP, 8 dez. 2004, p. B6).

OESP aposta assim que o Lula da Atração Fatal iria acabar se transformando no Lula da Opção Redentora, levando os demais países do subcontinente para um acordo com o Toque do Tio Sam. A eterna busca pela humanidade, que passa pelo reconhecimento do Outro, do senhor branco, como ensina Fanon (2008).

OESP recorda então que a CSN “começou a ser idealizada no governo Itamar Franco, quando o atual chanceler, Celso Amorim, assumiu pela primeira vez o Itamaraty”. Somos assim apresentados a mais um brasileiro fígado pela Atração Fatal. Lembremos que o jornal considerara que, ao se indispor com a agenda neoliberal, o presidente Itamar teria decretado “nosso retorno ao passado de atraso. Ao Terceiro Mundo”, como atesta Fonseca (2005).

A cobertura do dia continua com mais duas matérias. A primeira, da agência de notícias espanhola EFE, tem como título “Mal da altura é a desculpa mais usada para justificar ausências”, e explica que o temido “soroche”, causado pela altitude de Cuzco, “provoca taquicardia e agitação por causa da falta de oxigênio”.

Acrescenta que quatro dos 12 presidentes estarão ausentes, dois por recomendação médica – Kirchner e Batlle –, um por estar enfrentando ameaça de impeachment – o equatoriano Gutiérrez, que acabou sendo derrubado por um golpe de Estado –, e o quarto, o paraguaio Duarte, por razões não reveladas. Mas, sublinha, “suspeita-se que a ausência de Kirchner esteja ligada a diferenças com” Lula. Tem-se o turbilhão da América do Sul e seus Instáveis.

A última matéria, do correspondente do jornal em Buenos Aires, Ariel Palacios, intitulada “Kirchner, um presidente avesso a cerimônias”, faz desfilarem uma série de mandatários que teriam sido esnobados pelo Instável argentino, entre eles Lula, que nem assim abraça a Opção Redentora.

Finalmente, a página tem um infográfico que traz explicações sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações, como “O que é”, “Membros”, etc. Nas “Metas”, o jornal destaca a de “criar nas próximas décadas uma área de livre comércio na região” – visão neoliberal com o Toque do Tio Sam do jornal que nada tem a ver com os objetivos expressados pelos participantes. No quadro “Quem está à frente do grupo”, é dito que são

Lula e Duhalde, “mas a dupla enfrenta a resistência” de Kirchner, o Instável. No item “Obstáculos”, o jornal (se) revela

- Uma parte dos membros tem **mercado inexpressivo**, como a Bolívia
- A **Argentina resiste a acordos** de abertura de seu mercado para produtos brasileiros
- A região ainda **não resolveu problemas** de fronteiras – **Bolívia reclama** do Chile
- Os países enfrentam o **ceticismo** de organismos internacionais, por nem mesmo conseguirem implantar blocos como o Mercosul e a Comunidade Andina. [negritos no original] (OESP, 8 dez. 2004, p. B6).

A Inutilidade de Lula Atração Fatal tentar unir Instáveis sem o Toque do Tio Sam, tudo num item só.

A página seguinte, B7, traz a manchete “Pela 1ª vez, Brasil diz não à Argentina”, e subtítulo “Lula decide que não vai aceitar pedido do país vizinho e adotar salvaguardas para proteger determinados setores industriais”. Um quadro supostamente explicativo sobre o que “O que os dois lados” dizem é sugestivamente intitulado “Bate-Boca”. São os Instáveis que não conseguem nem implantar o Mercosul e já querem criar uma nova Inutilidade.

No dia seguinte, 9 de dezembro de 2004, a criação da CSN não é destaque de primeira página, mas sim uma foto de Lula com a colorida indumentária peruana; e também com a mão esquerda na cabeça, revelando a falta do dedo mínimo. A legenda: “Típico – Na chegada a Cuzco, o presidente Lula recebeu de presente e vestiu o gorro e o poncho” – como não há referência ao Peru, poder-se-ia deduzir que típico seria o comportamento de Lula, de renegar a cultura civilizada e adotar produtos de conceitos atrasados. O presidente, assim, literalmente veste a subcategoria Atração Fatal.

Também, a foto ilustra uma chamada que trata da integração de forma incidental. O título é: “Lula critica Kirchner, o ausente”, e o subtítulo, “Foi em discurso no lançamento de grupo sul-americano”. Um Atração Fatal critica um Instável no lançamento de mais uma

Inutilidade. No texto fala-se que Lula critica “Kirchner, mas sem citá-lo,” e que isto teria causado “constrangimento na delegação argentina”.

Nada incidental é a chamada da matéria colocada na frente do olhar de Lula na foto, intitulada “Chávez sanciona lei que pode cercear a imprensa”. Na verdade, o grande ausente na cobertura de OESP do lançamento da CSN é o presidente Chávez, tido pelo jornal como o Instável-mor. Ele nunca foi sequer mencionado. Nenhuma foto, nenhuma frase, nenhuma posição. Foi condenado pelo jornal, juiz da certeza, no conceito de Mill, ao ostracismo, como entendido por Machado & Jacks (2001). A matéria da chamada provaria igualmente que Chávez seria um “atrasado, um anacrônico”, contrário à modernidade, justificando assim, por sua desqualificação, sua ausência das páginas do jornal, como observa Fonseca (2005).

O veredicto ajudaria também a referendar a narrativa de OESP dando conta que Lula seria o maior entusiasta da integração, porque tiraria do quadro Chávez enquanto mantendo Kirchner como um Instável opositor à ideia.

No caderno de Economia, página B6, a manchete é “Lula critica ausência de Kirchner”, com o subtítulo “Na parte improvisada de seu discurso em Cuzco, presidente deixa delegação argentina constrangida. Depois, tom é amenizado”. A foto da página é a mesma cena da capa, mas com ângulo um pouco diferente.

No corpo da matéria, toma-se conhecimento da frase de Lula com a sugerida crítica a Kirchner.

Nós vamos continuar fazendo todo o esforço que tiver ao nosso alcance, todas as conversas e viagens possíveis e necessárias para que a integração sonhada por [Simon] Bolívar se concretize nos próximos anos no continente. (OESP, 9 dez. 2004, p. B6).

OESP garante que as “palavras de Lula causaram constrangimento na delegação argentina”, apesar de esta “negar a falta de interesse do presidente Kirchner em prestigiar o

encontro de Cuzco” e o “chanceler argentino, Rafael Bielsa, contar que o conselho médico (de não ir a Cuzco) foi dado ao presidente há seis meses, quando *Kirchner teria perdido dez litros de sangue* durante internação em um hospital de Buenos Aires” [grifo meu]. Ainda assim o jornal insiste em dizer que Kirchner era um Instável, que não foi à cúpula por não apoiar o “projeto de Lula”, pego na Atração Fatal.¹⁴

A matéria passa então a tratar da criação da CSN, com o entre título “Lugares Vagos”. O enviado especial escreve que

O local da fotografia oficial do evento não poderia ser melhor: pátio do templo Qorikancha, cercado de ruínas incas e arcos espanhóis. Mas a fotografia saiu sem a presença de 4 dos 12 presidentes da América do Sul. (OESP, 8 dez. 2004, p. B6).

O ideal seria, para o jornal, um projeto regional feito em ruínas, e a cultura do colonizador transformada em componente decorativo. Ou seja, Instáveis civilizados pelo Toque de Tio Sam.

Na matéria, volta-se, então, a falar da ausência dos mandatários, das salvaguardas pedidas pela Argentina, e que Lula “reconheceu que a criação da CSN é uma proposta ‘ambiciosa’ (...), entretanto os 12 países membros podem ter, com a união política maior peso nos foros internacionais e nas negociações com os blocos das nações desenvolvidas”. A Inutilidade, se trabalhada com Toque de Tio Sam, pode se transformar em Opção Redentora.

Para finalizar, o último parágrafo informa que Lula e Toledo assinam protocolo para abrir licitação da Rodovia Transoceânica, com o Brasil “pagando” a maior parte do projeto – o preço da Atração Fatal.

¹⁴ A história mostra que Kirchner tanto apoiava a união que se transformou no primeiro secretário-geral da CSN, já Unasul. Na ocasião do seu falecimento, em 27 de outubro de 2010, os 12 países da organização emitiram uma declaração conjunta classificando Kirchner como líder-chave na integração regional, e pela primeira vez foi declarado luto regional de três dias. Kirchner morreu de parada cardiorrespiratória.

A página B7 é dedicada ao que o Jornal entende como a incapacidade da Argentina e do Brasil de chegarem a um acordo no Mercosul.

É ainda de se destacar na edição um artigo na página de Opinião, A2, de Gilberto de Mello Kujawki, intitulado “Império e imperialismo”, uma apaixonada defesa do Toque de Tio Sam.

O autor escreve que não “aguenta mais (...) o equívoco de se tratar a potência hegemônica como ‘império’”. Ele evoca Roma antiga, que teria dominado sua época com o “consenso” dos demais países “porque representava um nível de vida superior, a multiplicação das oportunidades de trabalho, de cultura e lazer, em suma, condensava um projeto fascinante de vida, o modelo universal da sociedade que deu certo”.

A Roma atual seria, obviamente, os EUA, já que

Os padrões de vida americanos se impõem por toda parte e encontram adesão universal, desde o inglês, adotado como segunda língua, o dólar feito padrão de trocas, as calças jeans, as redes McDonald’s e de Bill Gates abraçando o planeta até best-sellers que estouram em Nova York, imediatamente traduzidos em outras capitais. (OESP, 9 dez. 2004, p. A2).

Mas Washington não estaria sendo um bom colonizador.

O que falta para os EUA se erigirem numa unidade mundial de convivência (...): a capacidade de mobilização e de integração dos povos numa tarefa comum, como seria uma nova divisão do poder e da riqueza do mundo (e) o correspondente consenso das demais nações na concepção e execução da tarefa comum. (OESP, 9 dez. 2004, p. A2).

Depois do consenso de Roma, temos o Consenso de Washington. A proposta não é apresentada pelo jornal como sonho utópico. O autor mostra acreditar que, como Kipling (1941), os nativos aceitam o domínio colonial, se este for do tipo certo (*apud SAID, 1995*). E entabula um diálogo com a “potência hegemônica”, chegando a dar-lhe conselhos. Gramsci,

na sua época, critica intelectuais meridionais da Itália que, cercados pela desintegração e empobrecimento do seu meio, achavam mais fácil se relacionar com “a Europa setentrional e Platão” (GRAMSCI, 1987). E sobre hegemonia, diz Gramsci:

Uma determinada classe (ou nação) consegue apresentar e fazer aceitar as condições da sua existência e do seu desenvolvimento de classe como princípio universal, como concepção de mundo, como religião, isto é, descreve em ato o desenvolvimento de um meio prático de governo e de domínio. (GRAMSCI, 1987).

A joia da coroa da cobertura da criação da CSN pelo OESP é o principal editorial do dia 10 de dezembro de 2004, com direito a chamada na primeira página (o editorial em questão foi reproduzido no site da internet do PSDB - <http://www.psdb.org.br/a-cupula-de-cuzco-editorial/>). Na página 3, sob o título “A cúpula de Cuzco”, o editorial começa ensinando que “não foi sequer um fiasco a 3ª Cúpula Presidencial Sul-Americana, um evento mal concebido até na denominação redundante”.

Ou seja, os Instáveis, apesar da grandiloquência retórica, não dominam o vernáculo. A denominação, ressalta-se, foi a escolhida pelo OESP, já que a FSP adotou 3ª Reunião de Presidentes. E, como diz Fanon (2008), “nada mais sensacional do que um não europeu que se exprime corretamente, pois, na verdade, ele assume o mundo branco”.

O editorial prossegue garantindo que “quatro dos 12 presidentes que deveriam comparecer *concluíram que não valia a pena viajar até Cuzco*, no Peru, e estavam certos.” [grifo meu]. A frase dá a entender que alguns Instáveis se deram conta da inutilidade e se transformaram em Âncoras. Mas, em momento algum da cobertura qualquer presidente disse que “não valia a pena” participar da cúpula. Trata-se de ilação feita pelo jornal e desmentida pelos fatos posteriores. Ou, como explica Marcondes Filho (2002), “o jornalismo (comercial) distorce a realidade com o objetivo de manter o status quo”.

Para OESP, a CSN, lançada “com a retórica habitual” seria “apenas mais uma fantasia, oficializada num ambiente que azedou em mais de um momento.” Temos, assim, os

Instáveis na Inutilidade. Segundo o jornal, o “único detalhe prático” da reunião foi o acordo entre Brasil e Peru para a construção de rodovia. “O Brasil dará ao Peru um financiamento de US\$ 414 milhões para a obra”. Ou seja, nisso que dá termos um presidente fisgado pela Atração Fatal. De acordo com o editorial,

Conduzido a mais uma aventura infeliz por seus assessores diplomáticos, Lula insistiu na defesa de sua geopolítica fantástica. Disse que os 12 países membros da Comunidade Sul-Americana podem ter com a união política, maior peso nos foros internacionais e nas negociações com os países mais desenvolvidos. Parece haver esquecido que vários países latino-americanos, incluído o Peru, anfitrião do encontro, abandonaram o Grupo dos 20, em 2003, para não perder a chance de um acordo comercial com os Estados Unidos. Esses países deixaram o grupo logo depois da reunião ministerial da OMC em Cancún, no México, pressionados pelo governo americano. [grifo meu]. (OESP, 10 dez 2004, A3).

A integração da América do Sul seria, para o jornal, mais uma “aventura infeliz” a que estaria sendo conduzido por assessores o mestiço nascido no agreste pernambucano Lula, fisgado pela Atração Fatal. Como considera Euclides da Cunha, antigo colaborador do OESP, o sertanejo, produto da miscigenação racial, “é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores” (*apud* BOSI, 2006).

A união política não serviria, segundo o jornal, nem para dar mais peso à região nas negociações com os “mais desenvolvidos”, já que, na verdade, alguns “menos desenvolvidos”, Âncoras, não querem perder “a chance de um acordo com os EUA,” ou de receber o Toque de Tio Sam. Os reticentes são “pressionados pelo governo americano”. O jornal silencia sobre o nível de pressão estadunidense ao longo da história contra a integração latino-americana, referendando, portanto, a posição do Barão do Rio Branco, para quem os irascíveis e instáveis sul-americanos deveriam ser controlados pelos EUA.

Tudo isso, continua o editorial, “torna sem sentido a referência, na Declaração de Cuzco, a uma ‘concertação e coordenação política e diplomática que afirme a região como um

fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas”’. É Inutilidade unir Instáveis. Ou, a independência é desejável para os sul-americanos, mas desde que tenha o Toque do Tio Sam. “Qualquer outra coisa é inaceitável e, pior, impensável”, explica Said (1995).

O jornal diz que é “preocupante” a proposta de “harmonização de políticas” que promovam um desenvolvimento visando combater as assimetrias entre os países da região. “A palavra ‘assimetria’ (...) parece estar na moda e tem sido muito usada pelo governo e pelo empresariado argentinos para justificar barreiras de importações de produtos brasileiros.” Ou seja, Inutilidade anterior, o Mercosul, já está nos custando caro.

O editorial faz então uma análise sobre a situação do bloco a fim de corroborar suas opiniões, misturando questões conjunturais entre Brasil e Argentina com políticas de longo prazo. Critica o governo brasileiro por ter proposto “a adoção de uma política industrial comum, de associações empresariais e de financiamentos brasileiros à Argentina”, e Lula por ter dito que “o Brasil, por ter a maior economia do bloco e o maior parque industrial, deve ser paciente e generoso com a Argentina”, ou seja, ser o oposto da Opção Redentora.

O problema maior, para o Jornal, é que os “argentinos não estão pedindo generosidade. Estão reclamando o que afirmam ser uma obrigação brasileira pelos acordos do Mercosul”. OESP expressa assim o antigo confronto das duas tendências ideológicas no interior do Mercosul – e em todo o processo de integração: a primeira, neoliberal, buscando apenas uma zona de livre comércio sem interferências do Estado, e a segunda tendo como foco a integração sustentável do Mercosul, criando uma zona preferente de comércio na qual os governos e os agentes sociais desenvolveriam estratégias e políticas ativas visando inclusive diminuir as assimetrias entre seus membros, com explica Ferrer (2006).

O Jornal conclui receitando a fórmula do Consenso de Washington, o Toque de Tio Sam, para a Argentina e, indiretamente, para o Brasil e para todos os países que buscam a

“modernidade”: aumento da “competitividade” do setor privado sem aportes ou políticas desenvolvimentistas dos governos.

Não é a generosidade, mas o espírito prático que levará a algum resultado positivo. E é isso, precisamente, que tem faltado ao presidente Lula e aos seus assessores para assuntos internacionais. A conferência de Cuzco é mais um prova disso. (OESP, 10 dez 2004, A3).

O Jornal repete o entendimento de Kissinger de que os povos periféricos têm uma visão essencialmente pré-newtoniana, nunca passaram pelo processo de descobrir a realidade empírica, como os civilizados (*apud* SAID, 1995). Assim, só o domínio dos países do “primeiro mundo” evitaria um caos global – inclusive sul-americano. Denuncia Fanon (2008) que “aquele que tem uma mente colonizada sente vergonha da sua realidade, e tudo o que quer é se tornar ‘evoluído’”.

Quadro 5 – OESP em Cuzco.

SUBCATEGORIA	EVOCAÇÃO
Atração Fatal	<p>Mercosul abandona Lula presidente Lula, maior entusiasta da proposta de criar a CSN ‘ajudas financeiras sem retorno’ a mercados inexpressivos. CSN “começou a ser idealizada no governo Itamar Franco, com o atual chanceler, Celso Amorim presidente Lula recebeu de presente e vestiu o gorro e o poncho Brasil “pagando” a maior parte do projeto O Brasil dará ao Peru um financiamento de US\$ 414 milhões para a obra Conduzido a mais uma aventura infeliz, Lula insistiu na defesa de sua geopolítica fantástica</p>
Opção Redentora	<p>fortalecerá uma posição comum em negociações comerciais, como a Alca. Não é a generosidade, mas o espírito prático que levará (Lula) a algum resultado positivo</p>
Instável	<p>Kirchner não estaria disposto a fortalecer um evento promovido por um concorrente interno e um externo suspeita-se que a ausência de Kirchner esteja ligada a diferenças com” Lula Argentina resiste a acordos A região ainda não resolveu problemas de fronteiras Bolívia reclama Lula critica Kirchner, o ausente retórica habitual</p>
Âncora	<p>4 presidentes concluíram que não valia a pena viajar até Cuzco, no Peru, e estavam certos. países latino-americanos, incluído o Peru, abandonaram o Grupo dos 20 para não perder a chance de um acordo comercial com os Estados Unidos.</p>
Inutilidade	<p>dificuldades financeiras para os países levarem adiante suas obras de interligação Uma parte dos membros tem mercado inexpressivo nem mesmo conseguem implantar blocos como o Mercosul Argentina reclama o que afirma ser obrigação brasileira pelos acordos do Mercosul</p>
Toque de Tio Sam	<p>criar nas próximas décadas uma área de livre comércio na região países enfrentam o ceticismo de organismos internacionais templo Qorikancha, cercado de ruínas incas e arcos espanhóis os padrões de vida americanos se impõem por toda parte e encontram adesão universal</p>

5.5 Brasília dos Apagões

A segunda reunião pesquisada teve como palco Brasília, em maio de 2008, quando foi assinado o documento constitutivo da Unasul. Naquele momento, governos de esquerda haviam se tornado maioria na América do Sul, e eles davam a direção no processo de integração. A proposta da Alca havia sido engavetada. O mais forte bastião do neoliberalismo na região era o presidente colombiano, Álvaro Uribe, forte partidário dos EUA. A cúpula deveria ter sido realizada em 28 de março de 2008 em Cartagena, Colômbia, mas foi cancelada depois que o conservador Uribe bombardeou, em 1º de março, um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) no Equador, provocando uma das maiores crises políticas recentes entre países da América do Sul. A reunião foi postergada e remarcada para Brasília. Mas, pouco antes da sua realização acontece um novo bombardeio, este de informação.

O governo colombiano havia apresentado um computador que teria sido encontrado com os guerrilheiros mortos no Equador, e ele traria provas da relação de Chávez e do equatoriano Rafael Correa com as Farc. A Interpol foi chamada a se manifestar e, justo na semana do início da reunião de Brasília, anunciou que os arquivos do computador apresentado pela Colômbia não haviam sido adulterados. A conclusão, para a imprensa empresarial sul-americana, foi que “os peritos confirmam que Hugo Chávez financiou diretamente a guerrilha colombiana e que, por outro lado, as Farc participaram economicamente da campanha presidencial de Rafael Correa, como candidato à presidência do Equador” (GLOBO.COM, 2008). As informações acabaram sendo relativizadas, mas só depois da realização da cúpula.

5.5.1 Brasília na Folha de S. Paulo

O início da cúpula que constituiria a Unasul não mereceu chamada de primeira página na edição de 23 de maio de 2008 da Folha de S. Paulo (FSP). A cobertura é colocada no caderno Brasil, simplesmente pelo fato de a reunião estar sendo realizada em Brasília. A matéria sobre o assunto, na página A11, da reportagem local, tem o título “Unasul funcionará sem aval legislativo”, e o subtítulo “Brasil insere em documento que será assinado hoje artigo que atropela prerrogativa dos Paramentos de vetar integração”. O texto sugere que proposta apresentada por Lula conteria uma “espécie de medida provisória”, ou seja, incentivava atos antidemocráticos, portanto atrasados, no subcontinente – coisa de alguém que caiu na Atração Fatal.

O jornal explica que a proposta, se aprovada pelos presidentes, “permitirá que a secretaria geral da nova organização, com sede em Quito, funcione mesmo antes de os Legislativos dos países membros deliberarem sobre o tema”. Um deputado equatoriano é entrevistado e diz que “é um atropelo à prerrogativa dos Legislativos. É um mecanismo pouco ético para dar legitimidade a um bloco regional”. Mais do que a democracia, Lula estaria atropelando a ética. A Inutilidade promovida pela vítima da Atração Fatal é também aética.

O mesmo deputado atribui a oposição ao mecanismo à renúncia do equatoriano Rodrigo Borja à designação de secretário-geral da entidade. A FSP relata então uma entrevista coletiva de Borja, mas o assunto não é mencionado. O equatoriano, na verdade, se mostra insatisfeito é com a pouca velocidade da integração regional. Só que o jornal já falou de intrigas, de mais um Instável.

Surge então na matéria o entre título “Timidez” com o texto informando que

De fato, segundo a Folha apurou, o tratado constitutivo da Unasul (...) está aquém da ideia original de criar um bloco político e econômico que auxiliasse na convergência do Mercosul e da CAN (Comunidade Andina de Nações). O texto é genérico, fala do ‘fortalecimento da identidade sul-americana’ e põe como prioridade o ‘livre trânsito de cidadãos’ dos países membros. (FSP, 23 maio 2008, p. A11).

O jornal denuncia, então, a “superposição de funções entre Mercosul, CAN e a Unasul, criticada por analistas e parlamentares”, e traz o chanceler Amorim destacando que “o trunfo da nova organização é tornar institucional a reunião dos países, com o tratado.” Assim, a FSP explora o que entende ser a Inutilidade da organização.

Como side da cobertura temos uma entrevista, feita por repórter da FSP em Caracas, com Rodrigo Borja, sob o título “Equatoriano deixa secretaria e critica órgão”. Ocorre que o entrevistado é contrário à posição da FSP em relação a integração regional, defendendo que ela deveria ocorrer de forma mais rápida e ser mais ampla do que a pretendida pela cúpula da Unasul. De qualquer forma, mais um Instável.

Uma ilustração com o título “Entenda o Novo Tratado” traz o “Perfil” da organização – “será formada como um bloco político e econômico continental, nos moldes da União Europeia” – explica, sob a “Segurança”, que “o primeiro passo para uma integração de fato será a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, mas a Colômbia já anunciou que rejeita o acordo”, e que, em “Economia”, não será possível estabelecer agora uma tarifa externa comum porque “alguns países do continente sul-americano possuem acordos de livre comércio com nações industrializadas”.

Ou seja, a Colômbia do Âncora Uribe não aceita a proposta do Lula vítima da Atração Fatal, e a integração, apesar de copiar modelo europeu, é uma Inutilidade porque já existe outro arranjo com o Toque de Tio Sam.

Mas, na mesma edição, o colunista Clóvis Rossi aponta que existe uma preocupação maior, em sua coluna intitulada “O nome do problema”. Ele traz o depoimento de um ex-guerrilheiro salvadorenho metamorfoseado em “consultor para assuntos de segurança”, e emenda uma conclusão.

O qualificativo de terroristas não é uma invenção norte-americana. É algo que as guerrilhas colombianas mereceram, por matar milhares de civis inocentes. Enquanto essa realidade ficar escamoteada, a Unasul será “sul”, mas não será “una.” [grifos meus]. (FSP, 23 maio 2008, p. A2).

O colunista parece abraçar o determinismo ambiental, do qual os Instáveis só escapariam depois do Toque de Tio Sam. Enquanto isso, a Unasul é uma Inutilidade.

Na edição sobre a cerimônia de constituição da entidade, de 24 de maio, a chamada de capa é: “Sem consenso, América do Sul adia criação de órgão de defesa”. O texto faz o leitor ficar em dúvida se a Unasul foi ou não constituída, fala que a Colômbia exige que as Farc sejam rotuladas de terroristas, que a Venezuela diverge do Brasil e que tudo foi postergado pelos sul-americanos em no mínimo três meses. Ou seja, os Instáveis não conseguem criar nem uma Inutilidade.

A foto que ilustra a matéria traz Lula conversando com a argentina Cristina Kirchner e tendo ao lado deles o equatoriano Rafael Correa e o boliviano Evo Morales – todos integrantes do “eixo do mal”.

A chamada também de primeira página imediatamente abaixo da que fala sobre a Unasul tem o título: “Obama apoia ataque às Farc, critica Chávez e elogia Brasil” – temos assim o Toque de Tio Sam do estadunidense ‘muito civilizado’ sobre os problemas que afligem os Instáveis sul-americanos. A respeito do Brasil, o candidato democrata teria elogiado as políticas econômica e energética de Lula.

Na página A4 a manchete é: “Falta de consenso impede a criação do Conselho de Defesa”, com o subtítulo: “Presidentes sul-americanos criam a Unasul, nova organização do subcontinente”. Temos assim, para o jornal, a “falta de consenso” dos latinos e mais uma de suas organizações – o Instável e mais uma Inutilidade –, sendo que, pela escolha editorial, a falta de consenso precede a inútil criatura.

Duas fotos ilustram a página – e são reveladoras. A mais destacada, no centro da página, mostra Bachelet e Garcia se cumprimentando com um beijo atrás da bandeira da Unasul. Acontece que o ângulo escolhido fez a metade do rosto dos dois presidentes ser encoberta pela bandeira, passando a impressão de que estariam se beijando na boca. A outra

foto, no topo da página, mostra os presidentes perfilados para a foto oficial, colhida no exato momento em que Chávez aponta para uma direção e Lula, para outra. Enfim, um encontro de Instáveis.

A matéria principal é totalmente dedicada à questão de segurança. No texto, fala-se que o “impasse levou (...) Bachelet a sugerir que seja formado um grupo de trabalho”. Ou seja, mais um grupo de trabalho dos Instáveis para tentar resolver, *mañana*, o impasse.

Uribe surge na matéria dizendo que só concordará com o conselho se “todos os países da região reconheçam as Farc como grupo terrorista” – exatamente como fizeram os EUA e... a FSP. Uribe prossegue ponderando que, com um “país que tem sofrido tanto como a Colômbia, o continente deve atrever-se a qualificar como terrorista a todo grupo violento que atenta contra a democracia” – um verdadeiro Âncora. Uribe teria inclusive, para a FSP, exposto a Lula o “ponto de reflexão ao diálogo”.

Mas, “a Folha apurou”, Venezuela e Bolívia também são contra a proposta do conselho, por desejá-lo mais “operacional e amplo”. O ministro da Defesa venezuelano “disse à Folha”: “Por que teríamos que recorrer a um Plano Colômbia norte-americano se pudéssemos fazer algo com nossos próprios meios?”. Um Instável ousando questionar o Toque de Tio Sam. O questionamento levanta imediatamente a questão da assimetria dos “próprios meios” sul-americanos em relação aos poderosos EUA, sem entrar no mérito dos interesses que movem os dois – o silêncio da grande mídia evitando trazer a público determinados debates, como denunciava Paulo Freire.

A FSP explica então o motivo da celeuma:

Uribe, Chávez e Correa estão em conflito desde que militares colombianos invadiram o Equador para eliminar o porta-voz das Farc. A crise piorou depois que o colombiano acusou os dois vizinhos de apoiarem a guerrilha (FSP, 24 maio 2008, p. A4).

Ou seja, quando o Âncora Uribe deixa para trás a retórica exacerbada dos sul-americanos e assume posições práticas, respaldadas pelos EUA – e pela FSP –, os Instáveis, acusados de apoiarem o que seriam terroristas, se revoltam.

O jornal prossegue informando que Chávez também discorda da “atividade do Brasil na missão de paz no Haiti”, e que “Lula, por sua vez, não admite críticas à participação brasileira”. Na cobertura, só existe discordância entre os Instáveis sul-americanos. Terminando a matéria, a FSP sugere que se “Leia mais” sobre o imbróglio na página A14, justamente a que traz a entrevista com o mestiço civilizado Barack Obama, o Toque de Tio Sam em pessoa.

Uma coluna de notas ao lado da matéria principal tem como título “Latinas”. São elas: “No Escurinho” - “Por três vezes faltou luz no encontro dos chefes de Estado, em Brasília;” “Só Elogios” - “Depois de conversar com Lula e avisar que não está disposto a participar do Conselho de Defesa, Uribe era só elogios. (...) O carisma de Lula confunde Uribe”; “Quem convida...” – Brasil teve de usar avião da FAB para “buscar e devolver” presidentes do Suriname e do Peru; “Galã” – Correa “arrancou suspiros” por ser jovem e de “porte atlético”. Também, no “Painel”, editado por Renata Loprete, do outro lado da página, temos as notas: “Animador” – “Celso Amorim puxava palmas aos presidentes até não ser seguido e desistir da função” –; e “Ingovernável” – Chávez foi o pesadelo da PF por se deslocar de “lá para cá nos horários mais improváveis, sem nenhum aviso prévio de sua segurança”.

As colunas são a exploração *ad nauseam* dos estereótipos latino-americanos criados pelos “civilizados”. Uma contribuição à subcategoria Instável.

No pé da página temos matéria intitulada “Lula tenta conter tensão diplomática na região”, informando que o presidente brasileiro “assumiu o papel de pacificador para evitar que as tensões diplomáticas entre Colômbia, Venezuela e Equador dificultasse a assinatura do tratado de constituição da Unasul”. Mais tensão entre os Instáveis, com um pacífico perdendo tempo no meio.

Correa é apresentado como um político agressivo, que acusa “o governo colombiano de fazer uma campanha midiática contra o Equador”. Já Uribe denota civilidade, dizendo “estar disposto a dialogar sobre todos os temas”. Um embate do Instável versus o Âncora.

Por seu lado, Lula ainda tentou “amenizar as diferenças pregando soberania dos países da América do Sul.” Assim, o sentimento que o jornal passa é que, em vez de manter-se delirando com a Atração Fatal, Lula deveria recorrer ao Toque de Tio Sam para que fosse colocada ordem entre os Instáveis latinos.

Na página A6 temos finalmente a matéria sobre a constituição da entidade regional, com o título “Unasul deve agilizar integração dos países andinos ao Mercosul” e subtítulo “Tratado assinado por 12 países da América do Sul confere personalidade jurídica internacional para o subcontinente”.

Antes do corpo da matéria, o olho: “Lula diz estar de “alma lavada” e presidentes discutem a crise entre Equador e Colômbia”. A foto ilustrativa é de Correa em close falando com gestos apaixonados. No corpo, informa-se que o documento foi “assinado por 11 presidentes e um vice”, sendo que no desenrolar da matéria é dito que o uruguaio Tabaré Vázquez não compareceu, “a Folha apurou, (...) por duvidar dos resultados concretos da reunião” – temos, portanto, mais uma desunião, mais um questionamento de que algo de prático sairá da união dos Instáveis sul-americanos.¹⁵

Explica-se então na matéria que:

Em tese, a Unasul deverá auxiliar na convergência dos outros blocos já existentes no continente, o Mercosul e a Comunidade Andina, mas com estrutura independente e orçamento próprio. (FSP, 24 maio 2008, p. A6).

¹⁵ O tratado, na verdade, foi referendado *pelos* 12 países soberanos da América do Sul, e não *por* 12 – Aruba é território dependente do Reino dos Países Baixos, que define sua política externa, ou seja, uma herança colonial.

Ou seja, a Unasul seria uma entidade auxiliar, redundante, promotora de mais gastos, uma Inutilidade. Exemplo dessa “autoridade supraestatal” seria a União Europeia (UE). “Só que enquanto o bloco europeu levou 50 anos para se constituir, o sul-americano queimou etapas e o fez em apenas quatro.” A opinião do jornal, parece ser, é que, apesar de buscarem exemplo europeu, um Toque de Tio Sam, os sul-americanos, agindo sem tutela, estariam sendo açodados, como é próprio da natureza Instável.

Fala-se a seguir que o tratado define metas de integração nas áreas econômica, política e cultural, e ressalta-se que “*o desafio é tirar do papel tantas boas intenções*” [grifo meu]. O Instável é boquirroto e pouco prático; suas organizações, portanto, são Inutilidades.

O texto entra então na cerimônia, com o sugestivo entre título “Atraso”. O parágrafo imediatamente abaixo informa que os três primeiros mandatários a discursar foram Lula, Morales e Bachelet, que destacaram o “ineditismo” de “estarem ali um indígena, um sindicalista e uma mulher, todos presidentes”.

Não fica claro se o Atraso refere-se ao fato de os três personagens terem assumido a presidência de seus países ou se porque, como escrito a seguir, o início do encontro sofreu um demora de duas horas devido ao longo café da manhã compartilhado por Lula, Correa e Chávez. O certo é que, por isso, garante a FSP, o peruano “Alan Garcia abandonou o local logo após assinar o tratado”, o que passa a impressão de mais intriga e mais descontentamento entre Instáveis.

Finalizando a matéria, mais crise – “Após a abertura, os participantes se reuniram a portas fechadas para discutir a crise entre Equador e Colômbia” – e mais percebido ufanismo. “Em entrevista coletiva, Lula disse estar de ‘alma lavada’ com a criação da Unasul e a comparou à União Europeia”. Instáveis liderados por uma vítima da Atração Fatal.

Em um box da página, “Cronologia da Unasul”, os anos avançam até chegar a 2008, quando:

A assinatura do tratado de constituição da Unasul é transferida de Cartagena para Brasília após os desentendimentos daquele país (sic) com o Equador e a Venezuela. A criação do Conselho de Defesa é postergada. (FSP, 24 maio 2008, p. A6).

Portanto, Cartagena, na Colômbia, virou país, a assinatura foi transferida “por desentendimentos”, coisa de Instáveis, mas não é dito que ela fora efetivamente realizada – mas pouco importa, a entidade não passa de uma Inutilidade. Certo é a postergação da criação do Conselho de Defesa.

Uma entrevista de uma coluna do presidente equatoriano, na mesma página, tem como título: “Órgão já nasce burocratizado, afirma Correa”. Ao contrário do que sugere o título, o equatoriano não defende menos estrutura, mas sim mais estrutura.

Os estatutos não recorrem às decisões dos presidentes de fazer uma integração rápida e efetiva. Com estrutura insuficiente, não vai funcionar. Ela nasce burocratizada. É preciso uma secretaria forte, com equipe permanente. (FSP, 24 maio 2008, p. A6).

Uma admissão de um Instável que a Unasul é uma Inutilidade até por motivos outros que os do jornal. Na entrevista, explora-se também o bombardeio do Equador pela Colômbia, e sugere que uma investigação da Interpol, polícia criada pelos europeus, corroboraria o entendimento do Âncora Uribe que as Farc teriam relações com Quito. “Nossa única relação é humanitária. O resto é tramoia montada para tentar justificar o injustificável – a agressão a um país”, responde Correa.

A matéria pé tem como protagonista o presidente da Venezuela – Chávez diz que ‘o império contra-ataca’, mas que ele não teme o ‘tigre de papel’ – na qual ele é mostrado como um fanfarrão que, paradoxalmente, critica os EUA usando como referência produto da indústria cultural daquele país. Um Instável que nem sabe que, querendo ou não, tem o Toque de Tio Sam.

Intelectuais europeus, escreve Said (1995), consideravam que “foram ideias exclusivamente ocidentais de liberdade que comandaram a luta contra o domínio colonial [...] e apresentam a luta contra o imperialismo como um dos grandes triunfos imperialistas.”

Na matéria, Chávez também denuncia supostos atos dos Estados Unidos visando desestabilizar a América Latina e “frear o processo de integração da Unasul”, como “a morte de um líder das Farc, assassinado enquanto dormia” no Equador.

Já que durante toda a cobertura a FSP aciona o interdiscurso, como entendido por Hall (*apud* MENDES, 2009), o Instável Chávez estaria, portanto, defendendo um “narcoterrorista”. A foto que ilustra a matéria é do presidente venezuelano dando um abraço carinhoso numa criança xavante. Fanon (2010) denuncia que o colonizador insiste em criticar o que seria a truculência dos novos dirigentes dos países periféricos, “mas o que se vê menos é a extrema cortesia desses mesmos dirigentes em seus contatos com os irmãos ou camaradas”.

Por fim, box destacado no meio da página anuncia: “Congressistas atacam decisão do Itamaraty”. O texto explica que a ideia de Lula de “garantir o funcionamento da Unasul sem aprovação legislativa”, teria “irritado membros do Congresso Nacional”, que consideraram a medida “um ato de arbitrariedade que pode comprometer o futuro do bloco regional.”

A entidade, sugere o jornal, criada por Instáveis e uma vítima da Atração Fatal, já teria nascido com o pecado original de não ter o Toque de Tio Sam. Apenas dois parlamentares são citados na matéria: Garibaldi Alves Filho, do PMDB, e Eduardo Azeredo, do PSDB. Este partido tinha como líder no Senado Arthur Virgílio, para quem os Estados Unidos seriam “um contraponto de equilíbrio na América do Sul, tumultuada por líderes populistas,” um entusiasta da Opção Redentora.

A palavra final da cobertura fica com o então candidato democrata estadunidense Barack Obama, que, em matéria no caderno Mundo, diz “apoiar invasões da Colômbia contra as Farc”, “fala em manter o embargo a Cuba” e faz ameaça velada a Chávez e a seus aliados, que ofereceriam “as mesmas falsas promessas das falidas ideologias do passado” à América Latina. “Ao mesmo tempo, Obama prometeu acabar com o ‘medo’ e levar a ‘liberdade’ à região” – é o Toque do Tio Sam, *by himself*.

A cobertura tem seu clímax no dia seguinte, domingo, com um fato que ganha a grande manchete da primeira página – Colômbia anuncia morte do principal líder das Farc – e um editorial sobre a Unasul – Nasce uma sigla. Um dia depois da criação da Unasul, com toda a polêmica envolvendo a Colômbia e as Farc, o Ministério da Defesa daquele país anuncia que o líder guerrilheiro tinha morrido... havia dois meses; e sem precisar as causas da morte. Seria, entendemos, o resultado prático da ação militar do Âncora Uribe, que recebeu o Toque de Tio Sam – algo impossível para aqueles que “nunca passaram pelo processo de descobrir a realidade empírica”, diria Kissinger (*apud SAID, 2010*).

O entendimento está contido no editorial, que tem como subtítulo “A União de Nações Sul-Americanas, criada em reunião de cúpula anteontem, tem sentido puramente retórico”. O jornal escreve que Lula da Atração Fatal queria exportar o modelo de uso abusivo de MPs para o já Instável contexto sul-americano e considera que:

Seria difícil argumentar, usando os termos que justificam a emissão de MPs, que é ‘urgente’ ou mesmo ‘relevante’ a criação da Unasul, vaga entidade internacional que acaba de vir ao mundo em reunião de cúpula realizada em Brasília. (FSP, 25 maio 2008, p. A2).

Assim, a FSP assume que, para ela, uma integração político-econômico-cultural da América do Sul é irrelevante, uma Inutilidade. Segundo o editorial, o artigo incluído pelo Brasil permitiria que a organização começasse a “funcionar imediatamente, mesmo sem ter o

aval dos Legislativos de seus países-membros. ‘Funcionar’, no caso, é apenas força de expressão.” Para o jornal, ao que parece, a vaga entidade internacional nem com atrasados vícios ditatoriais vai funcionar porque não tem o Toque de Tio Sam, como é dito explicitamente na frase seguinte.

Há sem dúvida o efeito simbólico de enaltecer-se o objetivo de unidade entre os países sul-americanos e a intenção de acenar com alguma autonomia regional perante a *OEA*, cujo pecado, para um certo nacionalismo, é o de contar com a presença dos *EUA*”. [grifo meu] (FSP, 25 maio 2008, p. A2).

Pode-se deduzir, então, que, para a FSP, a virtude da *OEA* é contar com a presença dos *EUA*. O jornal explicita que na área mais cara a ele, a econômica, “o significado da *Unasul* é dos mais tênues”, já que países como Peru e Chile têm acordos de livre-comércio com os *EUA*, “o que dificulta a ideia de constituir um bloco sul-americano capaz de atuar de modo consistente”.

Na área de segurança, as dificuldades seriam ainda maiores porque

No caso em que a colaboração entre países sul-americanos se mostra mais premente, o do combate ao narcoterrorismo, não há perspectiva de acordo entre Chávez e Uribe. Este já se manifestou contrário ao Conselho, que de resto viria superpor-se a uma quantidade de outros organismos já existentes. (FSP, 25 maio 2008, p. A2).

Como denuncia Franz Fanon e Jean Paul Sartre, “a situação colonial se funda no processo de alienação” (ORTIZ, 2007). A FSP, ao assumir a Opção Redentora, apenas ecoa a visão que os *EUA* têm sobre a América Latina quando eles pensam sobre sua própria segurança, sua própria realidade. Segundo Freire (1980), “a sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas um simples eco da voz da metrópole”.

No mesmo parágrafo, há a contraposição do Instável Chávez com o Âncora Uribe, que se manifesta contra o que seria o desperdício de uma entidade redundante, maculada pelo pecado de não contar com a presença, e o controle, dos *EUA*. O artigo de opinião conclui dizendo:

Feitas as contas, o resultado da cúpula é próximo de zero. A não ser, claro, que se considere o modelo de legislar por medidas provisórias uma contribuição valiosa que o governo brasileiro tem a oferecer para os padrões da democracia no continente. (FSP, 25 maio 2008, p. A2).

Ou seja, os esforços históricos do povo do subcontinente por sua integração econômica e política independente não têm valor, e o brasileiro Lula, em vez de adotar uma Opção Redentora, caiu na Atração Fatal (QUADRO 6).

Quadro 6 – FSP em Brasília.

SUBCATEGORIA	EVOCAÇÃO
Atração Fatal	Brasil insere em documento artigo que atropela prerrogativa dos Parlamentos Brasil teve de usar avião da FAB para “buscar e devolver” presidentes do Suriname e do Peru Lula disse estar de ‘alma lavada’ com a criação da Unasul e a comparou à União Europeia OEA, cujo pecado, para um certo nacionalismo, é o de contar com a presença dos EUA legislar por medidas provisórias uma contribuição valiosa que o governo brasileiro tem a oferecer para os padrões da democracia no continente.
Opção Redentora	Congressistas atacam decisão do Itamaraty Decisão de Lula “um ato de arbitrariedade que pode comprometer o futuro do bloco regional”.
Instável	Equatoriano deixa secretaria e critica órgão Sem consenso, América do Sul adia criação impasse levou (...) Bachelet a sugerir que seja formado um grupo de trabalho Uribe, Chávez e Correa estão em conflito A crise piorou depois que o colombiano acusou os dois vizinhos de apoiarem a guerrilha Chávez discorda da “atividade do Brasil” Lula, por sua vez, não admite críticas Por três vezes faltou luz no encontro Correa “arrancou suspiros” Ingovernável” - Chávez foi o pesadelo da PF Lula tenta conter tensão diplomática “estarem ali um indígena, um sindicalista e uma mulher, todos presidentes”.
Âncora	o primeiro passo para uma integração de fato será a criação do Conselho de Defesa, mas a Colômbia já anunciou que rejeita o acordo Uribe só concordará com o conselho se “todos os países da região reconheçam as Farc como terrorista o continente deve atrever-se a qualificar como terrorista a todo grupo violento que atenta contra a democracia Tabaré Vázquez não compareceu, “a Folha apurou, (...) por duvidar dos resultados concretos da reunião Uribe diz “estar disposto a dialogar sobre todos os temas”

<p>Inutilidade</p>	<p>mecanismo pouco ético para dar legitimidade a um bloco regional o tratado constitutivo da Unasul (...), o texto é genérico, fala do ‘fortalecimento da identidade sul-americana superposição de funções entre Mercosul, CAN e a Unasul, criticada por analistas e parlamentares a Unasul será “sul”, mas não será “una.” Unasul, nova organização do subcontinente Unasul deverá auxiliar outros blocos já existentes, mas com estrutura independente e orçamento próprio desafio é tirar do papel tantas boas intenções Órgão já nasce burocratizado Seria difícil argumentar (...) que é ‘urgente’ ou mesmo ‘relevante’ a criação da Unasul o Conselho de Segurança “viria superpor-se a uma quantidade de outros organismos já existentes”.</p>
<p>Toque de Tio Sam</p>	<p>alguns países do continente sul-americano possuem acordos de livre comércio com nações industrializadas <i>qualificativo de terroristas não é uma invenção norte-americana</i> Obama apoia ataque às Farc, critica Chávez e elogia Brasil o bloco europeu levou 50 anos para se constituir, o sul-americano queimou etapas e o fez em apenas quatro “Obama prometeu acabar com o ‘medo’ e levar a ‘liberdade’ à região” Peru e Chile têm acordos de livre-comércio com os EUA</p>

5.5.2 Brasília em O Estado de S. Paulo

A reunião de cúpula que constituiria a Unasul não mereceu chamada de primeira página de O Estado de S. Paulo (OESP). A matéria sobre o assunto saiu no caderno Nacional, edição de 23/05/2008, à página A4, com o chapéu “Cúpula Sul-Americana”. A manchete é “América do Sul integra sua defesa”, com o subtítulo “Reunidos em Brasília, 12 chefes de Estado vão formatar órgão que incrementará a cooperação militar da região”. Duas questões são suscitadas pela edição. Primeiro, o aspecto militar ganha supremacia sobre a integração política e econômica, dando a entender que a cúpula fora convocada especificamente para aquilo; e, segundo, conspicuamente, a manchete tem conotação positiva, sugerindo que os sul-americanos haviam conseguido, finalmente, concretizar algo por si sós, o que é único em toda a cobertura tanto de OESP quanto da FSP sobre a integração, e colocaria em xeque a subcategoria Instável.

A matéria é ilustrada com uma foto de Uribe concedendo entrevista, rodeado por seguranças. A legenda: “Convidado – O presidente Uribe ao chegar a Brasília; aparato de segurança contou com cerca de 40 homens”. É de se destacar que o colombiano não era Convidado, e sim um dos protagonistas da cúpula, uma clara tentativa de mantê-lo na subcategoria Âncora. Como foi colocado, parece que ele estava alheio ao processo de integração cujo “principal patrocinador” era Lula, colocando este na Atração Fatal. Também, foto e legenda passam a impressão de que um Âncora estava sendo ameaçado por Instáveis.

Arte logo abaixo da foto atrai o olhar do leitor. Intitulada “Continente em Brasília”, ela apresenta três quadros com texto. O primeiro, “O que é Unasul”, diz que a organização “será uma alternativa à OEA” – o que é uma hipérbole. O segundo, “Reunião de Brasília”, explica que se trata de um “encontro extraordinário de apenas 3 horas e meia de duração convocado para a assinatura do tratado constitutivo da Unasul”. E, por fim, o quadro “Clima”, que tem como ícone ilustrativo um raio, simbolizando chuvas e trovoadas. Eis o texto:

Criação efetiva da Unasul se dá em ambiente de atrito entre Venezuela e Equador, de um lado, e Colômbia, de outro. Acontece no momento em que *a Interpol identificou provas de colaboração dos governos venezuelano e equatoriano com as Farc*. [grifo meu]. (OESP, 23 maio 2008, p. A4).

Ou seja, Instáveis querem criar uma Inutilidade. Um box ao lado, “Ação contra Farc azedou clima entre Colômbia e Equador”, completa a versão apresentada pelo jornal para o incidente entre Colômbia e Equador. Diz-se que um ataque aéreo colombiano a um acampamento das Farc no Equador matou o número dois da guerrilha, Raúl Reys. “A ação ocorreu a 1.800 metros da fronteira”. O Âncora Uribe ataca não o Equador, mas um acampamento da narcoguerrilha Farc.

Quito, continua o texto, rompeu relações com Bogotá, e Chávez enviou “dez batalhões militares para a fronteira com a Colômbia. Terminou sendo acusado, com base em dados do computador pessoal de Reys, de ajudar a financiar a guerrilha”. Já o Instável Chávez envia tropas para a fronteira com país vizinho que atacou a narcoguerrilha que ele financia.

O box explica que uma “ofensiva diplomática de outros países convenceu Equador e Colômbia a fecharem acordo, sob o manto da OEA”. Mas o imbróglio não terminou, nem o box. “Até hoje, porém, Correa cobra punição da Colômbia. Já Uribe alega combate ao terrorismo”, foi acrescentado.

Como, segundo o Jornal (ver matéria principal a seguir), os acordos na OEA “passam inevitavelmente” pelo crivo dos EUA, concluímos que foi o Toque de Tio Sam que colocou ordem no caos sul-americano, como previa Kissinger (*apud SAID, 2010*). Também, Correa é retratado como uma pessoa agressiva, um Instável, enquanto Uribe é o Âncora em pessoa, combatendo o inimigo dos EUA em sua guerra contra o terror.

Como denuncia Marcondes Filho (2002), o jornalismo empresarial distorce a realidade com o objetivo de manter o status quo. Temos também, no box, um silêncio local, (MACHADO & JACKS, 2001), um “mapa de significado”, de Hall, (*apud MENDES, 2009*) e “juízes da certeza”, de Mill (*apud FONSECA, 2005*). Em sua versão, o Jornal não menciona

que o bombardeio da Colômbia ocorreu dias antes da cúpula constitutiva da Unasul, que teve de ser adiada e era a que estava sendo realizada em Brasília. Também, a Interpol não “identificou provas” de que Chávez e Correa “colaborariam” com os “narcoterroristas” das Farc. A arte e o box pretendem passar informações definitivas, e o que se fez foi colocar no “ostracismo” aqueles que as contestavam.

No corpo da matéria principal, feita pela reportagem local, toma-se conhecimento de que os “12 chefes de Estado presentes à Reunião Extraordinária de Cúpula da Unasul vão aproveitar o encontro para negociar a formatação do Conselho Sul-Americano de Defesa”.

O texto explica que se tratava de uma proposta brasileira feita em março “durante uma das mais sérias crises diplomáticas do continente, envolvendo a Colômbia e o Equador”. E continua discorrendo sobre a “formatação” até adiantar que, por iniciativa brasileira, o Conselho não deve ter “sede fixa, para evitar a construção de prédios e a constituição de uma burocracia incontrolável”. A frase foi transformada em olho da matéria.

O Jornal parece assim reafirmar o entendimento de que o poder público é um peso para a sociedade e que os sul-americanos são por natureza corruptos, incapazes de erguerem prédios honestamente – Instáveis criando Inutilidade.

Gramsci (1987) escreve que o poder hegemônico tentava provar que “se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas sim da natureza, que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos”. É a mesma generalização no tratamento dos colonizados feita pelos colonizadores. E “o mais dramático é a introjeção (naqueles) dos estigmas lançados pelo discurso colonialista, a exemplo de que todo colonizado é ladrão, preguiçoso, sujo, medíocre, desprezível” (MEMMI, 1967).

A matéria continua explicando que o

Conselho funcionaria como uma espécie de ‘primeiro recurso’ para dirimir problemas de defesa na América do Sul, *evitando assim o recurso imediato à OEA, onde as intermediações passam inevitavelmente pelo acordo com os EUA.* [grifo meu] (OESP, 23 maio 2008, p. A4).

Ou seja, para OESP, seria dada uma chance aos Instáveis sul-americanos para se entenderem sem o Toque do Tio Sam – os EUA seriam o Supremo, a última instância. O texto traz então a posição do sul-americano mais próximo do Supremo.

A Colômbia não demonstrou entusiasmo pela proposta brasileira, uma vez que os seus assuntos de defesa, a começar pelo combate à narcoguerrilha das Farc, têm como aliado principal os EUA. *O governo colombiano, porém, manteve o apoio diplomático à ideia para não criar um clima de divisão nesta fase de discussões* [grifo meu]. (OESP, 23 maio 2008, p. A4).

O Jornal lança assim mistura, portanto, interesse de Estado com interesse de governo, colocando a aliança de defesa de Bogotá com Washington como algo perene, além de lançar Uribe como o Âncora que tem como aliado principal os EUA e não quer criar divisão entre os Instáveis habitantes do subcontinente – seu ataque às Farc tem o Toque do Tio Sam.

Como contraponto, o presidente venezuelano. “Já Chávez chegou a sugerir que o Conselho se transformasse numa espécie de ‘Otan da América do Sul’, uma aliança militar concreta – proposta que o Brasil rechaçou”. Chávez é mostrado assim como um belicista, expoente dos Instáveis, com divergências até com Lula, o resistente à Opção Redentora.

O Jornal apresenta então sua versão do conflito entre Colômbia e Equador. Ele teria sido “deflagrado em 1º de março com a invasão do território equatoriano por tropas regulares colombianas que atacaram um acampamento das Farc”. Seguindo a notícia com o “mapa de significado” sugerido por Hall (*apud* MENDES, 2009), leremos que a Colômbia, acossada por narcoguerrilheiros, viu-se obrigada a invadir um país que os abrigava, um autêntico ataque defensivo.

Matéria menor na parte de baixo da página traz o chanceler Celso Amorim falando sobre a Unasul, com uma ilustrativa pequena foto dele. O primeiro parágrafo diz que

Engendrado sobretudo pelo Itamaraty, a criação da Unasul reflete *o interesse do Brasil de estimular o desenvolvimento econômico e a estabilidade no entorno sul-americano* (o que permitiria) ao governo brasileiro consolidar-se como ator no cenário mundial. [grifo meu]. (OESP, 23 maio 2008, p. A4).

Para o Jornal, a integração da América do Sul não é uma luta histórica de seus povos, mas um projeto delirante de um ex-colonizado, Lula, que ousaria pretender ser protagonista no cenário mundial, negando a Opção Redentora. E para isso teria de promover estabilidade entre pobres, Instáveis.

A matéria prossegue dizendo que a cúpula iria “colocar em funcionamento a estrutura institucional da entidade, criar o Conselho de Defesa da América do Sul e aprovar seu plano de ação”. Mas,

O ponto de partida será a assinatura do tratado constitutivo da entidade, documento que está pronto há quatro meses e que *não foi firmado antes por causa do clima de animosidade entre a Colômbia e o Equador*. [grifo meu]. (OESP, 23 maio 2008, p. A4).

Mais uma vez o Jornal passa a impressão de que nem assinar um documento os Instáveis sul-americanos conseguem devido a “animosidades”. E, novamente, sonega-se a informação de que o documento não fora assinado, e que a animosidade fora causada, pela ação do Âncora Uribe.

A seguir, Amorim explica a dimensão da cúpula: “Uma institucionalidade está sendo criada. (...) Portanto, não é apenas uma declaração política que pode ser seguida um dia e, no outro, não ser seguida”. Mas há tensão, postergação, como quer OESP. “O tratado (...) prevê a criação do Parlamento Sul-Americano. Mas não em curto prazo (apesar) das pressões a favor desse passo a mais na institucionalidade do novo bloco, *vindas da trinca Bolívia-Venezuela-Ecuador*”. [grifo meu].

O Jornal aciona assim o “mapa de significado” de Hall (*apud* MENDES, 2009), colocando numa trinca os três países com líderes mais contrários à interferência dos EUA no

subcontinente, os mais Instáveis por se oporem mais energicamente ao Toque do Tio Sam, o que imediatamente evoca o “eixo do mal” denunciado pelos estadunidenses em relação ao terrorismo internacional.

A seguir, a matéria diz que se pretendia com a Unasul abrir-se

Uma janela para que os atuais atritos entre a Venezuela e a Colômbia e os futuros dilemas entre os governos da região sejam contornados no próprio espaço sul-americano (um) contraponto doméstico para os mecanismos de solução de conflitos hoje existentes, como a OEA e o Grupo do Rio. (OESP, 23 maio 2008, p. A4).

Teríamos então, para o Jornal, uma entidade “doméstica” redundante, uma Inutilidade por não contaria com o Toque do Tio Sam, o Supremo. E os “atuais atritos” foram limitados ao embate entre o Instável-mor Chávez e o Âncora-mor Uribe, esquecendo-se do bombardeado Equador.

Na edição do dia 24 de maio de 2008, a efetiva criação da entidade recebeu chamada de capa, em sua metade inferior, com o título “Unasul é criada sem Conselho de Defesa”, e subtítulo “Líderes não superam divergências”. A chamada diz que

A Unasul tornou-se efetiva ontem, porém, *sem o Conselho de Defesa, seu principal pilar*. Embora tenha se empenhado, Lula não conseguiu vencer a resistência de seus colegas à criação do Conselho, adiada principalmente por causa de pedidos como o do governo colombiano, que exigiu a classificação das Farc como grupo terrorista. [grifo meu]. (OESP, 24 maio 2008, p. A4).

Ou seja, os sul-americanos conseguiram criar uma entidade sem o Toque do Tio Sam, mas como os Instáveis líderes não superaram divergências, ela nasce sem seu principal pilar, sem qualquer consistência, uma Inutilidade. Sugere-se ainda que Lula estaria sozinho confrontando todos os demais presidentes hispano-americanos, estes liderados pelo Âncora Uribe, e que todos queriam que as Farc fossem classificadas de terroristas, seguindo os interesses dos EUA. Mais apropriado seria se Lula adotasse a Opção Redentora, a visão de

Oswaldo Aranha, e se alinhasse “às posições dos Estados Unidos nos foros mundiais em troca do apoio americano à preeminência política e militar do Brasil no continente sul-americano”. (*apud* JOBIM, 2007).

A matéria da chamada, na página A4, com o chapéu “Cúpula Sul-Americana”, é intitulada “Entraves marcam criação de entidade para unir América do Sul”, com o subtítulo “Unasul é formalizada sem que Lula vença resistências a conselho que integraria políticas de defesa de 12 países”.

A foto ilustrativa foi captada no momento em que os presidentes começavam a desfazer a posição adotada para a fotografia oficial, com Lula tomando a dianteira na caminhada. A inutilidade resultante da tentativa do pacífico Lula, da Atração Fatal, de unir Instáveis já nasce marcada por entraves.

Um box no meio da matéria tem o título “Apagão constrange presidente”, referindo-se a Lula e ao fato de ter faltado luz durante a cerimônia de assinatura. Duas matérias abaixo informam: “Lula tem encontro ‘tenso’ com Correa, Evo e Chávez”, e “Adesão de vizinhos deve demorar 5 anos”.

A primeira termina relatando, depois do entre título “Constrangimento” – repetindo o título do box sobre o apagão – um episódio ocorrido três anos atrás, no qual Chávez teria relutado em assinar um tratado e passado “um pito no Amorim”. O episódio teve final feliz.

Assim, o que se destaca na leitura “macro” da página é entrave, resistência, apagão, constrangimento, tensão, restrições, demora – Inutilidade, Instáveis, Atração Fatal.

No corpo da matéria principal, é informado no primeiro parágrafo que:

A Unasul tornou-se efetiva ontem sob a convicção brasileira de que a América do Sul tem estofo suficiente para mudar o ‘tabuleiro de poder’ mundial. Essa aposta (...) do Lula (...) esfaleou-se em três vertentes. O lançamento do Conselho de Defesa, o pilar da Unasul para a segurança regional, foi adiado. (...) O uso do encontro para apaziguar definitivamente a crise na vizinhança igualmente fracassou, diante de novos ataques do (...) Correa à Colômbia. (...) A terceira vertente foi a constatação de que não haverá recursos financeiros para alavancar a integração sul-americana. (OESP, 24 maio 2008, p. A4).

Interessante que antes de informar o que ocorreu na reunião, o Jornal editorializa a cobertura e já adianta que, para ele, ela foi um fracasso. Também, são elencados naquelas poucas linhas todos os estereótipos latino-americanos criados pelos colonizadores, além da prova do equívoco de se buscar a integração independente do subcontinente – as subcategorias Atração Fatal, Instáveis e Inutilidade. Que Lula encaixe-se na Opção Redentora, ouça Osvaldo Aranha!

Ao dar a palavra ao presidente do Brasil, a matéria o trata então, simplesmente, como “o petista” – uma óbvia tentativa de desqualificação, como denunciado por Fonseca (2005). Lula defende a importância da união da rica região, “não em benefício de um ou outro de nossos países, mas em benefício de todos” e considera que “estamos deixando para trás uma longa história de indiferença e isolamento recíproco.” Mas o texto continua informando que depois de toda a retórica do “petista”,

Alan Garcia falou rapidamente sobre o quão importante lhe pareceu esse ato e voltou a Lima. Não esperou o encontro reservado dos chefes de Estado nem o almoço no Itamaraty – oportunidades para dissolver nódoas nas relações bilaterais. (OESP, 24 maio 2008, p. A4).

Tem-se assim mais supostos desencontros e supostas nódoas numa cúpula que buscava a união dos Instáveis.

Os demais quatro parágrafos da matéria de onze tratam do “imbróglio” entre Equador e Colômbia. No primeiro é dito que “o encontro não chegou a ser plenamente contaminado pelas provas reunidas pelos investigadores da Interpol da colaboração dos governos da Venezuela e do Equador com as Farc”.

Um Toque de Tio Sam é assim evocado para resolver a contenda. A explicação do Jornal parece necessária – mas é insuficiente. Se, como insistia o Jornal nas edições anteriores, houvesse “provas” levantadas pela Interpol da “colaboração” de governos sul-americanos com “narcoguerrilheiros” a “reunião” seria, com certeza, “plenamente contaminada”.

Ao trazer à baila o Âncora Uribe, OESP fala então sobre a “resistência pétrea” deste em somar-se ao Conselho de Defesa e que ele exigia a qualificação das Farc como grupo terrorista. O leitor é assim levado a questionar a manchete positiva do dia anterior do Jornal asseverando que a América do Sul integraria sua defesa, já que a resistência do presidente colombiano era “pétrea”. A subcategoria Instável foi mantida.

Dada voz a Uribe, este diz na matéria que não foi devido à presença de Chávez que ele se negou a participar do Conselho, e que, como Martin Luter King, ele também tinha um sonho.

Sonho que a América do Sul avance para uma sociedade democrática em que, à semelhança da Europa, não se permita a existência de grupos violentos, como os que temos. [grifo meu]. (OESP, 24 maio 2008, p. A4).

Avançar, ou modernizar, ou civilizar, para Uribe, significa sermos feitos à imagem e semelhança... da Europa”. Um perfeito Âncora.

Sobre o Conselho de Segurança, a matéria conclui informando que Bachelet “acudiu” Lula com a sugestão de se criar um grupo de trabalho “para em 90 dias construir um projeto. Além da Colômbia, o Uruguai mostrou-se reticente”. Temos assim mais uma distorção da imprensa empresarial. Como foi escrito, a impressão que passa é que o direitoista Uribe e Tabaré Vasquez, o primeiro presidente esquerdista da história do Uruguai, compartilhariam a mesma posição sobre o Conselho de Defesa. Ao não informar sobre qual seria a natureza da “reticência” de Vasquez, o jornal impõe o ostracismo de ideias. (MACHADO; JACKS, 2001) E o Conselho de Defesa, pilar da integração, ficou para *mañana*, reforçando o estereótipo de preguiçosos dos latino-americanos. Lula ser socorrido por uma dos Instáveis é como ser abraçado pela Atração Fatal.

Na página seguinte, A5, três matérias finalizam a cobertura. A principal tem o título “Próximo encontro debaterá crise mundial de alimentos”, e o subtítulo “Nova presidente pró-tempore, a chilena Michele Bachelet prometeu convocar reunião de chefes de Estado para

aprovar medidas sobre o tema”, sendo ilustrada com uma foto de Bachelet ouvindo atentamente a Lula. No corpo informa-se que Bachelet “garantiu que irá chamar” a cúpula para aprovar “medidas sobre o tema”.

A matéria é totalmente especulativa, a alardeada cúpula nunca foi convocada, e é difícil defender sua relevância numa cobertura sobre a criação da Unasul. Uma pista da intenção do jornal pode estar numa frase da presidente chilena, que foi destacada em arte. Ela diz que “todos os avanços obtidos contra a pobreza no nosso continente podem sofrer retrocessos se não enfrentarmos unidos o alto preço dos alimentos”. A colocação seria reveladora da suposta fragilidade das conquistas sociais obtidas até então pelos governos esquerdistas, intervencionistas, da região. Igualmente, a matéria termina com o parágrafo:

Em nenhum momento do encontro, no entanto, foi citado o possível papel da produção de etanol na questão da escassez e alta do preço dos alimentos. O tema, caro ao anfitrião (Lula), foi relevado pelos demais participantes, apesar de o presidente Chávez já ter feito críticas explícitas à troca de produção de alimentos por combustíveis, o que considerou danoso para a economia. (OESP, 24 maio 2008, p. A5).

Ou seja, algo caro a Lula é relevado pelos Instáveis presidentes hispano-americanos e já fora criticado por Chávez.

A segunda matéria da página tem como título “Para Chávez, Unasul será exército que fará frente ao ‘império norte-americano’”. O texto traz como palavras de Chávez, entre aspas, a ideia de que a Unasul possibilitaria aos países do hemisfério romper com a “terrível dependência” em relação ao “império americano”, mas a expressão “exército”, de caráter belicista, parece ter sido assumida pelo jornal para reforçar que o presidente venezuelano é o maior dos Instáveis.

Também, para trazer a opinião de Chávez sobre o resultado da cúpula – “Foi um dia monumental” – OESP se dá o direito de apresentar primeiro a dele. “Para ele (Chávez), o

fato de não ter havido a formação do Conselho (...) não impediu o sucesso da reunião”. E, mais uma vez, no Jornal, o venezuelano é colocado em oposição aos objetivos estadunidenses, ao Toque do Tio Sam. “Para o presidente da Venezuela, a Unasul é reflexo do ‘fracasso da Alca’”.

A seguir, na matéria, Chávez se mostra otimista “sobre o rumo das relações com o governo colombiano” e elogia Uribe, que “mostrava boa vontade ao ter comparecido ao encontro”. Portanto, até o Instável-mor elogia o Âncora Uribe.

O texto continua com as “provas” da Interpol contra Chávez e Correa – que deveriam, mas não “contaminaram” plenamente a cúpula –, ganhando nova versão.

Mais uma vez, o presidente venezuelano negou ter financiado a guerrilha – hipótese levantada pela Colômbia com base em informações de um computador apreendido na ação contra as Farc. Chávez questionou também a veracidade do *relatório da Interpol segundo o qual os dados do computador não haviam sido violados*. [grifo meu]. (OESP, 24 maio 2008, p. A4).

Ou seja, a Interpol não tinha “provas” do apoio material de Chávez à guerrilha. A organização simplesmente atestou que os dados de um computador apresentado pelos militares colombianos como sendo das Farc não haviam sido violados. Ainda assim, o Instável Chávez questiona uma entidade que tem o Toque do Tio Sam.

A matéria termina com o relato do encontro de Chávez com três índios xavantes, “incluindo uma criança (...) com o braço machucado”, na sua saída do local onde concedera a entrevista. O venezuelano “conversou com os índios e prometeu ajuda. ‘Vamos procurar a embaixada’, afirmou, mais tarde, a vice-cacique Rhinina Xavante”.

A cena sugere intromissão de Chávez nos assuntos internos do Brasil.

Por fim, a página traz matéria intitulada “Correa e Uribe trocam acusações pela imprensa” – mais uma manifestação dos Instáveis. O primeiro parágrafo – “Um bate-boca entre Correa e Uribe, por meio da imprensa, deixou claro o clima de tensão que predominou

na reunião de cúpula” – justificaria o fato de a cobertura de OESP ter sido completamente contaminada pelo imbróglio Farc. Na matéria, o equatoriano é o primeiro a se manifestar.

Enquanto transcorria conversa reservada entre os chefes de Estado presentes ao encontro, Correa valia-se da imprensa para acusar como ‘deploráveis’ *constatações de Bogotá* de que seu governo agiria em colaboração com as Farc. [grifo meu]. (OESP, 24 maio 2008, p. A4).

Mais uma distorção da imprensa liberal. A versão do ocorrido dá a entender que o Correa esgueirou-se para fora de uma reunião reservada a fim de usar a... imprensa liberal para esbravejar contra “constatações”. O Jornal assume assim a posição de juiz da certeza, como entendido por Mill. A palavra final fica com Uribe, que não acusa nem ataca, mas reage.

Também à imprensa, Uribe reagiu, depois de encontrar-se reservadamente com Lula. ‘A Colômbia expressou suas posições esta manhã. Para isso são importantes essas reuniões, para que se diga tudo o que precisa dizer, e *não se deixe de falar nas reuniões para dizer à imprensa*’.[grifo meu]. (OESP, 24 maio 2008, p.A4).

Um embate típico entre um Instável e um Âncora.

Assim termina a cobertura de OESP sobre a criação da Unasul, mas não sua visão bipolar – o mundo é estruturado em pólos opostos: o bem e o mal, o pró e o contra, etc. (TRAQUINA, 2005) –, da América Latina.

Na edição do dia seguinte, domingo, duas chamadas de primeira página chamam a atenção: “Líder das Farc está morto, diz governo”, e “Família de Hugo Chávez tem seu reino particular”. A primeira explora o anúncio feito pelo governo colombiano, um dia depois do fim da cúpula contaminada com o imbróglio entre Correa e Uribe, dando conta que o líder máximo das Farc havia morrido, vítima de “ataque cardíaco ou bombardeio” – resultado prático do Toque do Tio Sam.

Uma agência de notícias ligada à guerrilha aparece dizendo que “Se morreu, não terá sido estéril sua passagem pela grande pátria de Bolívar”. Ou seja, a rotulada “narcoguerrilha” abraça os ideais de Bolívar de integração da América Latina, assim como os governos esquerdistas da região – Instáveis buscando a inutilidade.

Já a matéria sobre o presidente venezuelano na página A12, feita por uma enviada especial a Caracas, tem como título “No estilo de Chávez, família de líder concentra poder em Barinas”, e o subtítulo “Em meio a denúncias, pai, irmãos e até a mãe do presidente ocupam os mais importantes espaços políticos do Estado”.

A matéria é ilustrada com fotomontagem na qual Chávez ganhou coroa e cetro de rei. A página tem também complemento no terço inferior intitulado “Clã é acusado de comprar terras usando ‘laranja’”, com o subtítulo “Opositores e chavistas denunciam enriquecimento repentino de parentes do presidente”. Um side denuncia que “Estádio da Copa América é símbolo de escândalos”.

O lead da matéria principal afirma:

Reinando soberano no Palácio Miraflores, em Caracas, lançando mão de instrumentos que lhe permitem governar por decreto, com 100% de controle do Legislativo e um Judiciário totalmente dócil, o presidente Hugo Chávez vem trabalhando para ampliar a influência política de sua família. O clã Chávez vem consolidando seu domínio principalmente em Barinas, Estado do sudoeste do país – em meio a insistentes denúncias, por parte de opositores, de corrupção e abuso de poder. (OESP, 25 maio 2008, p. A12).

A cobertura é típica do entendimento de Marcondes Filho (2002) de que jornalistas da imprensa empresarial saem ao mundo a fim de corroborar modelos que têm na cabeça. Todas as posições contrárias ao que afirma a matéria caíram no ostracismo. Ninguém a favor de Chávez foi entrevistado, apenas desafetos e aqueles que “se desiludiram com a revolução”. Aliás, o que se passa em Barinas, afirma um deputado opositor, é uma falsa revolução. “Lá não é o império yanque de George W. Bush que reina, mas sim o império da

dinastia Chávez”. Assim, para o Jornal, Chávez é apenas uma caricatura de modelo político da Europa. Destaque entre os Instáveis, oposto ao Toque do Tio Sam, o estereótipo do corrupto caudilho sul-americano. Como frisou Fonseca (2005), o modelo “político/cultural (da elite brasileira) desde sempre esteve voltado aos paradigmas provindos do exterior, sobretudo do chamado ‘primeiro-mundo’”. Entre o original e o pastiche, melhor ficar com o original, com o Toque de Tio Sam.

Na edição de domingo, apenas uma publicação se refere diretamente à cúpula da Unasul: uma carta de leitor intitulada “Aspirações utópicas”. Totalmente de acordo com a cobertura do Jornal, o leitor conclui:

Já que tentou e não conseguiu vaga permanente para o Brasil no Conselho de Segurança, o presidente Lula, ao assinar o acordo criando a Unasul juntamente com outros 12 chefes de Estado, propôs a criação do Conselho de Defesa, procurando com isso unificar e pacificar a região. Nosso presidente continua com suas aspirações utópicas, pois, enquanto houver sócios do tipo Hugo Chávez e Evo Morales, prestigiados pelo governo brasileiro, esse conselho não conseguirá entrar em acordo nem para a escolha do cardápio do almoço. (OESP, 25 maio 2008, p. A2).

Ou seja, Lula preso na Atração Fatal insistindo em lidar com Instáveis para promover Inutilidade e incapaz de assumir uma Opção Redentora (QUADRO 7).

Quadro 7 – OESP em Brasília.

SUBCATEGORIA	EVOCAÇÃO
Atração Fatal	<p>engendrado sobretudo pelo Itamaraty, a criação da Unasul Lula não conseguiu vencer a resistência de seus colegas Apagão constrange presidente Lula Lula tem encontro ‘tenso’ com Correa, Evo e Chávez “convicção brasileira de que a América do Sul tem estofo para mudar o ‘tabuleiro de poder’ mundial” “o petista” tema, caro ao anfitrião (Lula), foi relevado pelos demais participantes</p>
Opção Redentora	
Instável	<p>encontro extraordinário de apenas 3 horas e meia de duração ambiente de atrito entre Venezuela e Equador, de um lado, e Colômbia, de outro Chávez enviou “dez batalhões militares para a fronteira com a Colômbia. Chávez acusado de ajudar a financiar a guerrilha Correa cobra punição da Colômbia. o Conselho não deve ter “sede fixa, para evitar a construção de prédios e a constituição de uma burocracia incontrolável”. Chávez sugeriu uma ‘Otan da América do Sul’, uma aliança militar concreta documento que está pronto há quatro meses e que não foi firmado antes por causa do clima de animosidade trinca Bolívia-Venezuela-Ecuador Líderes não superam divergências Entraves marcam criação de entidade para unir América do Sul Chávez passa “um pito no Amorim”. novos ataques do (...) Correa à Colômbia Alan Garcia não esperou oportunidade para dissolver nódoas nas relações bilaterais Para Chávez, Unasul será exército bate-boca entre Correa e Uribe clima de tensão que predominou na reunião Correa valia-se da imprensa para acusar como ‘deploráveis’ constatações de Bogotá Família de Hugo Chávez tem seu reino particular O clã Chávez consolida seu domínio em meio a insistentes denúncias de corrupção e abuso de poder. Lá não é o império ianque de George W. Bush que reina, mas sim o império da dinastia Chávez conselho não conseguirá entrar em acordo nem para a escolha do cardápio do almoço</p>
Âncora	<p>Convidado – O presidente Uribe ao chegar a Brasília Ação contra Farc azedou clima entre Colômbia e Equador Já Uribe alega combate ao terrorismo A Colômbia em assuntos de defesa têm como aliado principal os EUA.</p>

	<p>O governo colombiano manteve o apoio diplomático à ideia para não criar um clima de divisão</p> <p>governo colombiano, que exigiu a classificação das Farc como grupo terrorista</p> <p>Uribe: Sonho que a América do Sul avance para uma sociedade democrática, à semelhança da Europa</p> <p>constatações de Bogotá</p> <p>A Colômbia expressou suas posições esta manhã.</p>
Inutilidade	<p>Unasul “será uma alternativa à OEA”</p> <p>Unasul contraponto doméstico para os mecanismos de solução de conflitos hoje existentes, como a OEA</p> <p>Unasul é criada sem Conselho de Defesa, seu principal pilar</p> <p>Adesão de vizinhos deve demorar 5 anos</p> <p>não haverá recursos financeiros para alavancar a integração sul-americana</p>
Toque de Tio Sam	<p>Interpol identificou provas de colaboração dos governos venezuelano e equatoriano com as Farc</p> <p>ofensiva diplomática convenceu Equador e Colômbia a fecharem acordo, sob o manto da OEA</p> <p>OEA, onde as intermediações passam inevitavelmente pelo acordo com os EUA.</p>

5.6 Caracas: OEA menos EUA

A terceira reunião analisada, em Caracas, em dezembro de 2011, completa o processo de constituição da Celac (Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos). Trata-se da primeira instituição de países das Américas que não conta com a presença dos Estados Unidos – nem do Canadá – um contraponto à Organização dos Estados Americanos, controlada por Washington. A reunião de Caracas é vista como uma resposta à pressão feita por Washington sobre a OEA para evitar a condenação de um golpe de Estado em Honduras, e a recusa dos estadunidenses em aceitar a volta de Cuba à organização pan-americana. Também, o Brasil ressentia-se da pressão de órgãos da OEA para que suspendesse a construção da Usina de Belo Monte. Os governos de esquerda se mostravam consolidados na região.

5.6.1 Caracas na Folha de S. Paulo

A cobertura da cúpula inaugural da Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe) pela FSP teve início na edição de 02 de dezembro de 2011 – na verdade, a rigor, com um único parágrafo no meio de matéria com outro foco. Sem chamada na primeira página, sem foto ilustrativa, a matéria no terço inferior da página A14 do caderno Mundo tem como título “Chávez usa Minha Casa, Minha Vida em reeleição”, com o subtítulo: “Dilma mandou ex-presidente da Caixa Econômica para ajudar venezuelano”. Mais uma vítima da Atração Fatal lidando com um Instável.

O texto de seis parágrafos aborda essencialmente o “envio” de técnicos brasileiros à Venezuela a fim de ajudarem na criação de um programa de habitação semelhante ao do governo Lula Minha Casa, Minha Vida, “bandeira do presidente (Chávez) na busca da

reeleição”. Fala-se então que a “parceria em habitação seria um dos principais temas da reunião entre Chávez e a presidente Dilma Rousseff prevista para ontem”.

A seguir, é informada a razão da ida de Dilma a Caracas. “A presidente desembarcou no fim da tarde de ontem em Caracas para participar da criação da Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe).” Isto é tudo que é informado sobre a Celac nessa edição.

No dia 03 de dezembro, dia no qual seria aprovado documento de criação da Celac, a cobertura sobre o assunto sai do caderno Mundo e vai para o caderno Mercado, como side de uma matéria no terço inferior da página B14 que traz o título “Brasil espera fechar a venda de 20 aviões à Venezuela”, e o subtítulo “Compra das aeronaves da Embraer foi tema de reunião entre Dilma e seu colega Hugo Chávez em Caracas”. Dilma é assim apresentada como colega de um Instável.

A matéria principal da página é sobre a Belo Monte – “Procurador orienta índios contra usina” – com arte, fotos, boxes explicativos e olho.

Na matéria da venda dos aviões, ilustrada com uma foto de Dilma cumprimentando carinhosamente Chávez, é dito que o negócio de R\$ 1,5 bilhão poderia ser “um dos mais relevantes da relação bilateral, a de maior superávit comercial para o Brasil na região (US\$ 3 bilhões em 2010)”. Mas, tem um porém.

Desde 2008, porém, com a crise financeira internacional, a Venezuela tem exibido limitação de caixa e recorrido principalmente ao financiamento chinês para tocar grandes negócios. Atualmente, a principal empresa do país, a estatal PDVSA, encontra dificuldades para cumprir compromissos financeiros do projeto da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, em parceria com a Petrobras. (FSP, 13 dez 2011, p. B14).

A visão do Jornal corresponde exatamente à posição dos EUA, que veem a China como ameaça à sua supremacia econômica mundial, “os pérfidos chineses (...) amaldiçoados quando ‘nós os perdemos’ para o comunismo ou para seus instintos orientais incorrigíveis: a

diferença é pouco significativa” (SAID, 2010, p. 160). Recorrendo ao mapa de significado, a FSP coloca no ostracismo ideias que defendem o aprofundamento das relações comerciais e financeiras do subcontinente com a China. Também, aponta-se o suposto equívoco da Atração Fatal, produzindo negócios que não são honrados pelo país governado pelo Instável Chávez.

A matéria específica sobre a Celac, de cinco parágrafos, é intitulada “Brasil evita polarizar, mas critica OEA”. Governo brasileiro que critica entidade com Toque de Tio Sam só pode ter caído na Atração Fatal. No primeiro parágrafo é dito que o “Brasil classificou ontem de ‘histórica’ a criação da Celac, durante cúpula em Caracas, e defendeu seu funcionamento pelo consenso das 33 nações, ponto controverso entre os integrantes”.

O Jornal, assim, não assume que a criação da entidade latino-americana era um fato histórico – é o governo Atração Fatal de Dilma quem o diz. E, ao ser criada, ela já tropeçava em ponto controverso.

No parágrafo seguinte fala-se que o Itamaraty não vê a organização como uma rival da OEA, “que inclui todas as nações da Celac, mais EUA e Canadá”. A entidade, portanto, seria redundante, e ainda por cima deixaria de contar com os *checks and balances* dos dois países tidos como “civilizados” do continente – uma verdadeira Inutilidade, carente do Toque de Tio Sam.

Ao mesmo tempo, dilui o enfrentamento dos latino-americanos com os EUA ao trazer à baila o Canadá. E é colocado no ostracismo (MACHADO & JACKS, 2001) o fato de Cuba estar sendo mantida fora da OEA por pressão dos EUA.

A seguir, na matéria, subsecretário do Itamaraty diz que “a avaliação de alguns países é que OEA extrapola seus mandatos e isso terá de ser debatido ‘em algum momento’”. Questionar Toque de Tio Sam é sinal de contágio pela Atração Fatal. E temos novamente a distorção da imprensa liberal, que não explica que a crítica não é feita à OEA, mas ao domínio que Washington exerce sobre a organização.

E o domínio que a mentalidade estadunidense exerce sobre a FSP é revelado nos dois parágrafos finais. No primeiro é dito que o governo brasileiro havia recentemente se “irritado” com recomendações da “Comissão de Direitos Humanos, ligada à OEA, sobre a usina de Belo Monte” – a mesma Belo Monte que é assunto principal da página, com procurador orientando índios a agirem contra a usina. Prova que o governo Dilma caiu na Atração Fatal.

No segundo, destaca-se que os mesmos princípios de direitos humanos que deverão ser esquecidos pela Celac, uma OEA menos EUA e Canadá, ou seja, sem o Toque de Tio Sam, resultará na aprovação de “uma cláusula democrática frouxa suficiente para não melindrar Cuba”, uma ditadura. Autêntica Inutilidade criada por Instáveis.

Na edição do dia 04 de dezembro de 2011, que traz a matéria sobre a inauguração da Celac, o assunto não mereceu destaque na primeira página do Jornal, e a cobertura saiu novamente do caderno Mercado e voltou para o caderno Mundo – isso na Edição Nacional.

A matéria de um quarto da página 19 tem como o título “Novo órgão latino já nasce em meio a divisão entre líderes”, e subtítulo “Celac, que reúne países latinoamericanos e do Caribe, foi criada anteontem durante cúpula na Venezuela”.

Ou seja, novo órgão que os Instáveis latinos criaram sem o Toque de Tio Sam é uma Inutilidade que já nasce dividido – o caos terceiro-mundista preconizado por Kissinger (*apud SAID, 2010*).

No texto da matéria descobre-se no primeiro parágrafo que o motivo da divisão é o fato de ainda não haver “acordo sobre o mecanismo de tomada de decisão – se por consenso ou maioria” –, e que a entidade adotou “uma cláusula democrática frouxa o suficiente para não melindrar Cuba”.

O Jornal classifica assim o processo de busca de acordo como divisão, e se arvora de juiz da certeza (MILL, 1991, *apud Fonseca, 2005*), julgando que os padrões de civilidade

adotados pela entidade dos Instáveis, sem o Toque de Tio Sam, são baixos ao ponto de não melindrarem uma ditadura – autêntica Inutilidade.

Volta-se no parágrafo seguinte a explicar que a Celac significaria a OEA menos EUA e Canadá, que “foram excluídos”, vetando (MACHADO & JACKS, 2001), entretanto, a discussão sobre a razão de os latinos se disporem a formar uma organização que não contasse com a presença estadunidense.

Fala-se a seguir na matéria que os presidentes presentes se dividiam em dois blocos: “os que querem que a Celac substitua a OEA e os que defenderam que as duas instituições convivam”. No primeiro grupo são listados “o anfitrião Hugo Chávez e Rafael Correa”, destacados Instáveis, integrantes do eixo do mal latino-americano. No segundo, “a Colômbia de Juan Manuel Santos”, o recém-empossado Âncora que substituiu Álvaro Uribe.

Imediatamente o Jornal apresenta as credenciais de um dos que defendem a independência em relação aos EUA. “Correa fez um discurso inflamado para defender um novo sistema que monitore questões de direitos humanos no continente e usou seu tempo para atacar a imprensa de seu país”.

Assim, a FSP usa o estereótipo de latino com retórica incendiária, e sugere que, na prática, o conceito de direitos humanos do inimigo do Toque de Tio Sam é tão atrasado que o permite “atacar a imprensa” liberal – temos assim um destacado Instável.

Dilma surge na matéria, “sem citar o tema” da polêmica em seu discurso. Mas “nem os diplomatas nem o governo brasileiro escondem o desconforto com a OEA, inclusive em temas de direitos humanos”.

O governo brasileiro teria caído na Atração Fatal, contrapondo-se ao conceito dos direitos humanos dos civilizados e abraçando a do Instável que ataca a imprensa de seu país.

Um diplomata do Itamaraty entrevistado defende a “cláusula democrática aprovada, feita aos moldes da comunidade ibero americana – que inclui Cuba”. A comunidade

supracitada conta com a presença dos civilizados, mas decadentes, Espanha e Portugal, e não com a dos EUA, o atual guardião do Toque de Tio Sam.

A matéria traz então a posição de Chávez sobre a questão – expressa “quando (ela) ainda estava sendo discutida pelos chanceleres”, ou seja, em abril, oito meses antes. A frase vira o olho da matéria. “‘Cláusula democrática? Sim, a aprovamos, e a apoiamos, respeitando sensibilidades’, pediu o presidente”.

A dissimulação de um expoente Instável. Como destaca Marcondes Filho, (2002), os jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los e reforçá-los.

Reforçando o modelo que o Jornal tem para Chávez, a matéria continua com um entre título: “Panelaço”. Os três parágrafos seguintes, 22 linhas de matéria de 96 linhas, tratam de uma manifestação da oposição a Chávez em Caracas. Para responder ao panelaço, “aliados do chavismo promoveram um show de fogos de artifício que acabou por perturbar a reunião dos chefes de Estado”.

Assim, foram aliados de Chávez que perturbaram a cúpula, uns Instáveis, não os partidários da oposição alinhada com os EUA, que receberam a bênção do Toque de Tio Sam.

Então, informa a matéria, “a presidente argentina Cristina Kirchner e o ditador Raúl Castro, de Cuba, reclamaram do ruído que atrapalhava a reunião”. Insinua-se assim que o “ditador” de Cuba, obviamente um Instável, se incomodou com o ato público, manifestação com Toque de Tio Sam, e que a Argentina, num crescendo de radicalização contra os EUA e a imprensa empresarial de seu país, tinha a mesma posição Instável de Castro. E assim termina a cobertura da criação da Celac na FSP.

Mas, como dito anteriormente, o assunto começa a ser tratado no caderno Mundo, passa para o Mercado e retorna ao Mundo. Isso na Edição Nacional. Na edição São Paulo de 04 de dezembro, a matéria sobre a Celac foi descartada e em seu lugar foi publicada outra

informando que um empresário negro retirara sua pré-candidatura à Casa Branca pelo Partido Republicano depois de descoberto que ele havia tido um caso extraconjugal. Notícias da corte da metrópole têm prioridade na imprensa colonizada (QUADRO 8). Fanon (2010) pede que os jornais dos países periféricos adotassem outro critério de edição.

As notícias que interessam aos povos do Terceiro Mundo não são as que relatam o casamento do rei Baudouin ou os escândalos da burguesia italiana. O que queremos saber são as experiências feitas pelos argentinos ou pelos birmaneses no quadro da luta contra o analfabetismo ou as tendências ditatoriais dos dirigentes (FANON, 2010, p. 233).

Quadro 8 – FSP em Caracas.

SUBCATEGORIA	EVOCAÇÃO
Atração Fatal	Dilma mandou ex-presidente da Caixa Econômica para ajudar venezuelano Dilma e seu colega Hugo Chávez em Caracas PDVSA encontra dificuldades para cumprir compromissos financeiros do projeto da refinaria de Abreu e Lima Brasil evita polarizar, mas critica OEA subsecretário do Itamaraty diz que “OEA extrapola seus mandatos Governo Dilma “irritado” com recomendações da “Comissão de Direitos Humanos, ligada à OEA nem os diplomatas nem o governo brasileiro escondem o desconforto com a OEA
Opção Redentora	
Instável	Venezuela tem recorrido principalmente ao financiamento chinês ponto controverso entre os integrantes o anfitrião Hugo Chávez e Rafael Correa querem que a Celac substitua a OEA Correa fez um discurso inflamado usou seu tempo para atacar a imprensa de seu país Cláusula democrática? Sim, a aprovamos, e a apoiamos, respeitando sensibilidades’, pediu Chávez. aliados do chavismo promoveram um show de fogos de artifício que acabou por perturbar a reunião a presidente argentina Cristina Kirchner e o ditador Raúl Castro, de Cuba, reclamaram do ruído
Âncora	a Colômbia de Juan Manuel Santos defende que as duas organizações convivam
Inutilidade	uma cláusula democrática frouxa suficiente para não melindrar Cuba Novo órgão latino já nasce em meio a divisão entre líderes
Toque de Tio Sam	OEA, que inclui todas as nações da Celac, mais EUA e Canadá

5.6.2 Caracas em O Estado de S. Paulo

A cobertura da criação da Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe) no OESP concentra-se mais na defesa aberta da importância dos Estados Unidos para o continente do que na decisão dos latino-americanos de promoverem uma integração independente. Na edição de sexta-feira, 02 de dezembro de 2011, não houve uma única menção ao início da cúpula nas páginas do Estadão.

Na edição de 03 de dezembro, o evento ganha chamada na primeira página, embora pequena e na metade inferior. Ilustrada com uma foto de Dilma e Chávez de mãos dadas, e com o título “Reunião poupa Cuba e Venezuela”, ela diz: “Dilma e Chávez durante cúpula latino-americana em Caracas; temas sensíveis a Venezuela e Cuba, como democracia, foram evitados”.

O Jornal já adianta assim que, para ele, trata-se apenas de mais uma cúpula de Instáveis latinos sem o Toque de Tio Sam, onde são maltratados temas refinados, como a democracia – e faz generalização de sistemas políticos tão distintos quanto o de Cuba e o da Venezuela.

A matéria da chamada, na página A12, caderno Nacional, tem a manchete: “Celac prega democracia sem citar eleições livres”, e subtítulo: “Declaração do recém-formado grupo latino-americano evita temas que poderiam constranger Cuba e Venezuela, como liberdade de expressão”. A ilustração é uma foto do presidente cubano sendo recebido por figura não identificada. A legenda é: “Reunião. Cuba, de Raul Castro, faz parte da comunidade”.

Ou seja, Cuba, afastada pelos EUA da OEA por considerá-la uma ditadura, faz parte dessa comunidade de Instáveis latinos, uma Inutilidade. Olho no meio da matéria tem o chapéu “Adequação” e duas frases do subsecretário brasileiro da América Latina, Antonio Simões: “A declaração é calcada na cláusula Ibero-Americana e prevê que, se houver violação

da democracia, o país pode ser suspenso da organização”; e “Dentro da expectativa que temos, é absolutamente adequada. Não se pode prever cada coisa. Situações específicas têm de ser enquadradas nas situações genéricas”.

OESP insinua assim que, para se unirem independentemente, os Instáveis latinos têm de “adequar” os valores civilizados, leia-se dos países hegemônicos, ao seu nível, semibárbaro. Bosi (2006) destaca que já há um século pedíamos “à França as formas de pensar burguesas e liberais” para analisar a nossa própria realidade, enquanto Schwarz (2009) fala que um exemplo de inadequação era o papai Noel estadunidense, que adotado sem levar em conta nosso clima acaba tendo de enfrentar “a canícula em roupa de esquimó”.

A matéria da enviada especial Lisandra Paraguassu abre com o lead:

A declaração sobre democracia que será assinada pelos 33 países da recém-criada Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos teve de ficar no genérico. Para não ferir sensibilidades e ser aprovada por todos, a declaração, apoiada pelo Brasil, se concentra na condenação a tentativas de golpe e de ‘subverter o Estado de Direito’, mas deixa de lado questões como eleições diretas livres ou liberdade de expressão, pilares da democracia. (OESP, 3 dez 2011, p. A12).

A questão da “declaração sobre democracia” torna-se assim o foco da cobertura. Nada é dito sobre o fato de aquela ser a primeira entidade que une os brasileiros, hispano-americanos e caribenhos sem predomínio dos EUA. Nem que ela seria um contraponto à OEA, cujos integrantes estavam insatisfeitos com imposições de Washington.

Tem-se o “silêncio local”, de Machado & Jacks (2001), e um atentado à liberdade de expressão, como entendido por Paulo Freire, para quem “o silêncio da grande mídia sobre determinados temas é a forma mais usual de sonegar o conhecimento, ao evitar trazer o assunto para o debate público” (LIMA, 2011). O Brasil de Dilma, por seu lado, teria afundado na Atração Fatal, apoiado uma Inutilidade que teve de se adequar aos padrões dos Instáveis.

A matéria termina, depois do entre título “Consenso”, destacando que “se foi possível obter um acordo sobre a democracia, a Celac ainda não conseguiu definir como serão tomadas as decisões nos próximos encontros do grupo”.

A enviada queria dizer, certamente, que uma união de Instáveis latino-americanos só consegue se entender sobre como subverter a democracia liberal, com Toque de Tio Sam. A matéria continua dizendo que duas propostas foram consideradas – a do Equador, prevendo maioria absoluta, e a da Venezuela, por consenso – mas não se “chegou a lugar nenhum”. A decisão teria ficado para a plenária entre os presidentes “isso se chegarem a um acordo”.

O que esperar de Instáveis? Interessante notar que, como será visto à frente, o Jornal decidiu não informar a seus leitores como foi resolvida a questão, tão valorizada por ele e que serviu para evocar estereótipos dos latino-americanos.

A outra matéria na página não trata diretamente da Celac, mas da relação do Brasil com os hispano-americanos. Ela tem o título “Dilma assina acordos mais favoráveis à Venezuela que ao Brasil”, e o subtítulo “Presidente faz como Lula e atua como benfeitor regional, oferecendo apoio e tecnologia em troca de negócios futuros”. No texto, informa-se que, além da Venezuela, Dilma “manteve o script brasileiro de benfeitor regional” também com a Bolívia e Venezuela.

Além da Atração Fatal brasileira e a Inutilidade da integração, a matéria denuncia que Dilma, seguindo o exemplo de Lula, estaria indo contra a visão de Osvaldo Aranha de que deveríamos apoiar os “Estados Unidos nos foros mundiais em troca do apoio americano à preeminência política e militar do Brasil no continente sul americano” (JOBIM, 2007).

A edição de domingo, 4 de dezembro de 2011, deveria trazer as decisões finais da cúpula da Celac, mas o que impera é o silêncio local (MACHADO & JACKS, 2001). Nenhuma matéria do dia trata diretamente da cúpula de Caracas. A única menção à Celac é feita numa matéria no caderno Internacional sobre supostos problemas financeiros vividos

pela OEA, intitulada “Calote brasileiro obriga a OEA a apertar o cinto”, e que tem como subtítulo “Em retaliação à decisão contra a Usina Belo Monte, governo Dilma não paga desde abril a cota de US\$ 6,5 milhões”. Uma foto do secretário-geral José Miguel Insulza coçando a cabeça com expressão de preocupação, ilustra o texto.

A matéria da correspondente em Washington, Denise Chrispim Marin, começa explicando que a entidade é a “única a agregar todos os países do Hemisfério Ocidental, exceto Cuba” – informação negada em toda a cobertura anterior sobre a Celac. Temos assim a Opção Redentora. O texto continua dizendo que a OEA teve de demitir funcionários, eliminar diretorias e deixar prédios vazios devido a uma crise financeira que tinha “no Brasil sua razão principal”, por este ter suspenso o pagamento de sua cota anual de US\$ 6,5 milhões.

A atitude do governo Dilma seria uma “represália à decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de obrigar Brasília a parar a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará”. Ao “calote do Brasil” somava-se “US\$ 2 milhões devidos pela Venezuela”. O secretário Insulza teria conseguido recursos para pagar os salários do mês, mas “não mencionou como os conseguiu e nem foi questionado pelos embaixadores sobre isso”.

A “retaliação brasileira”, prossegue, iria “perder a eficácia” quando os membros da OEA começassem a pagar suas parcelas de 2012, “especialmente os EUA, responsáveis por US\$ 48,5 milhões, quase 60% do orçamento da organização, em 2011”. Segundo a correspondente, o governo Dilma “prometeu” que não pagará sua cota até que a CDIH “tenha seu poder de fogo limitado e siga procedimentos mais rigorosos”.

A matéria continua reconhecendo que a OEA já vinha perdendo “poder financeiro devido ao reajuste de salário de seus funcionários de acordo com inflações locais”, o que forçou a entidade internacional, que não conta com Cuba, a dar “prioridade ao atendimento da

América Central e do Caribe – regiões mais vulneráveis que a América do Sul, com focos de instabilidade política e graves problemas de segurança”.

A matéria distorce a realidade, impõe o silêncio local, atenta contra a liberdade de expressão, se arvora como juíza da verdade e foi apenas uma forma de a autora reforçar o modelo de mundo que tinha na cabeça. Não é dado, em momento nenhum, voz ao governo Dilma ou a qualquer outra pessoa que discorde dos argumentos apresentados na matéria. É um discurso único, “os que contestam as posições hegemônicas são condenados a desaparecer das páginas dos grandes jornais,” diz Fonseca (2005).

A visão apresentada como sendo a do governo brasileiro é aquela que a correspondente quis que fosse, que melhor corroborava a argumentação do jornal. Uma crise que colocava em risco a própria relevância da OEA, em vista de suas decisões influenciadas pelos EUA que irritavam a maioria dos países hispano-americanos, é reduzida a um mero embate ambiental entre Brasil e a Comissão de Direitos Humanos da entidade.

Como destaca Paulo Freire, “o silêncio da grande mídia sobre determinados temas é a forma mais usual de sonegar o conhecimento, ao evitar trazer o assunto para o debate público” (*apud* Lima, 2011). É dito que os EUA são responsáveis por 60% do orçamento e que a OEA tem “poder financeiro”, mas não se faz a dedução lógica de que, portanto, os EUA efetivamente controlam a organização.

A defesa da OEA leva a correspondente a dizer que a América do Sul é “menos pior” do que a América Central e o Caribe, “regiões mais vulneráveis, com focos de instabilidade política e graves problemas de segurança”. A típica generalização adotada pelos colonizadores quando olham para as regiões colonizadas. Instáveis criando inutilidade e desprezando o Toque de Tio Sam, tudo com o conluio de um governo brasileiro vítima da Atração Fatal.

A matéria termina trazendo finalmente alguém que, além da correspondente, emite opinião. Trata-se de Peter Hakim, presidente do Diálogo Interamericano, *think tank* com sede nos EUA que receitou o Consenso de Washington aos latino-americanos, que defendia a inclusão do Mercosul na Alca e do qual o ex-presidente tucano Fernando Henrique Cardoso fazia parte.¹⁶

O ultraliberal considera então que “entre os motivos do desgaste da OEA está o ‘forte desentendimento’ entre seus principais membros: EUA, Canadá, Brasil e México. Esse clima pouco consensual foi observado na crise política de Honduras e na pressão brasileira pelo fim da suspensão de Cuba”, ou seja, têm-se os “mapas de significado” (MENDES, 2009), não se explicitando quem tem qual posição, nem, efetivamente, quais são elas. “A falta de atenção de Washington na América Latina igualmente contribuiu para a menor eficácia da OEA, segundo o analista”. Falta, portanto, na receita mais EUA. Sem o Toque de Tio Sam os Instáveis mergulham na barbárie, e o Brasil cai na Atração Fatal.

Surge, a seguir, a única referência à Celac na edição do dia. “Ainda assim, defende Hakim, a OEA não encontra rival com tamanho grau de institucionalização entre os arranjos regionais. Nem no Mercosul, nem na Unasul, nem no Nafta, nem na embrionária Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe”. Nada criado pelos Instáveis de forma independente rivaliza com algo que tenha o Toque de Tio Sam.

O presidente da entidade que nos receitou o Consenso de Washington nos ensina a seguir como resgatar a influência dos EUA no nosso processo de integração. “A OEA precisaria montar uma espécie de conselho de segurança, com poder de tomar resoluções, manter um secretário executivo forte e aumentar as contribuições, receita Hakim”.

Emblematicamente, para OESP, o aumento de burocracia e a destinação de recursos para uma entidade que é controlada pelos civilizados EUA não produziram

¹⁶ Ver em <http://www.brasilsoberano.com.br/artigos/odialogointeramericanoefhc.htm>

corrupção, muito menos desperdício – ela seria vacinada com o Toque de Tio Sam. Os Instáveis seriam, na verdade, salvos de si mesmos. O imperialismo e o colonialismo, como define Said (1995), “são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação”.

A edição de domingo, e a correspondente, brinda o leitor então com uma análise, side da matéria sobre o “calote” brasileiro. Com o título “Brasil aplica intervenção branca na organização”, a jornalista insiste em afirmar que o Brasil está promovendo “represálias” contra a OEA “desde a emissão da medida cautelar da CIDH contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte”. É o governo Dilma contaminado por Lula, que não resistiu à Atração Fatal. É uma face do neocolonialismo, o colonialismo ambiental.

A cobertura é completada na página A22 do caderno Internacional com uma mensagem aos latino-americanos. Artigo de opinião de Enrique Krauze e distribuído pela *Bloomberg News* tem como título “Fim do regime cubano não acabará com antiamericanismo”. O autor é identificado apenas como um mexicano escritor de um livro, tendo sido omitido que ele era também membro do conselho administrativo da Televisa, a Rede Globo do México.

O artigo faz uma reflexão sobre “o apego romântico da América Latina à ideia de revolução”, que teria começado em Cuba, na Guerra Hispano-americana, e é onde “ele pode perfeitamente se apagar” (QUADRO 9). Fazendo retrospectiva histórica, o autor entende que a

Oposição entre o mundo anglo-saxão e a América Latina era retratada como um conflito de civilizações. Os EUA eram o Caliban (bárbaro, ganancioso e materialista) tentando sem sucesso dominar o continente retratado como Ariel (civilizada, espiritualizada e inerentemente superior). (OESP, 04 dez 2011, p. A22).

O antiamericanismo, para o mexicano, é nefasto. Em vista desses “ressentimentos latino-americanos”, Fidel Castro, por exemplo, não percebe que, “pelo menos desde 1956, o sistema soviético passou a ser criticado dentro da própria União Soviética”. Também, “três

gerações de jovens latino-americanos” deram a vida “para repetir as aventuras redentoras do Davi latino-americano contra o Golias americano”.

A morte de Fidel, preconizava o funcionário da Televisa, pode ser uma oportunidade para a “modernização” da América Latina, caso os EUA entendam que Cuba não é “simplesmente uma relíquia da Guerra Fria, mas também o produto de um profundo e arraigado nacionalismo ibero-americano” e, então, “fecharem Guantánamo, revogarem o embargo comercial e elaborarem política apropriada” para Havana e região.

Assim, o escritor assume que a América Latina é atrasada e que ele não vê a possibilidade de haver uma evolução satisfatória da região sem o Toque de Tio Sam. Os brasileiros e hispano-americanos seriam incapazes, por sua natureza Instável, de formular propostas coerentes.

Os EUA também teriam responsabilidade na questão, por não estarem assumindo suas obrigações como colonizador. Se os “nativos” não estão aceitando o domínio colonial, é porque este não está sendo o do tipo certo, explica Kipling (*apud SAID, 1995*).

O mexicano se apresenta como mensageiro das boas novas, das verdadeiras ideias revolucionárias, capaz de sê-lo por não ter “ressentimentos latino-americanos”, por raciocinar como o colonizador. Segundo Schwarz, intelectuais colonizados, embora encarreirados no processo ideológico triunfante de nosso tempo, “raciocinam como acossados, ou como se fizessem parte da vanguarda heroica, estética ou libertária, de início do século [XX]. Alinham-se com o poder como quem faz uma revolução” (SCHWARZ, 2009).

Quadro 9 – OESP em Caracas.

SUBCATEGORIA	EVOCAÇÃO
Atração Fatal	<p>Situações específicas têm de ser enquadradas nas situações genéricas</p> <p>a declaração, apoiada pelo Brasil, deixa de lado pilares da democracia.</p> <p>Dilma assina acordos mais favoráveis à Venezuela que ao Brasil</p> <p>Presidente faz como Lula e atua como benfeitor regional</p> <p>Calote brasileiro obriga a OEA a apertar o cinto</p> <p>Em retaliação à decisão contra a Usina Belo Monte, governo Dilma não paga</p> <p>Ao “calote do Brasil” somava-se “US\$ 2 milhões devidos pela Venezuela”</p> <p>Dilma “prometeu” que não pagará sua cota até que a CDIH “tenha seu poder de fogo limitado”</p> <p>pressão brasileira pelo fim da suspensão de Cuba</p> <p>Brasil aplica intervenção branca na organização</p>
Opção Redentora	<p>OEA única a agregar todos os países do Hemisfério Ocidental, exceto Cuba”</p>
Instável	<p>temas sensíveis a Venezuela e Cuba, como democracia, foram evitados</p> <p>A declaração sobre democracia teve de ficar no genérico</p> <p>não se “chegou a lugar nenhum”</p> <p>isso se chegarem a um acordo</p> <p>apego romântico da América Latina à ideia de revolução</p>
Âncora	
Inutilidade	<p>Reunião poupa Cuba e Venezuela</p> <p>Celac prega democracia sem citar eleições livres</p> <p>Cuba, de Raul Castro, faz parte da comunidade</p> <p>Celac ainda não conseguiu definir como serão tomadas as decisões</p> <p>nem na embrionária Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe</p>
Toque de Tio Sam	<p>não mencionou como os conseguiu (dinheiro para pagar salários da OEA) e nem foi questionado pelos embaixadores sobre isso</p> <p>os EUA, responsáveis por US\$ 48,5 milhões, quase 60% do orçamento da OEA</p> <p>OEA deu prioridade ao atendimento da América Central e do Caribe – regiões mais vulneráveis</p> <p>falta de atenção de Washington na América Latina igualmente contribuiu para a menor eficácia da OEA</p> <p>OEA não encontra rival com tamanho grau de institucionalização entre os arranjos regionais</p> <p>“modernização” da América Latina, caso os EUA entendam</p>

CONCLUSÃO

O processo de Integração da América Latina narrado pela Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo é marcado por construções discursivas que referendam a imagem identitária estereotipada dos habitantes da região produzida pela cultura hegemônica mundial. Os enquadramentos discursivos remetem à ideia de que o processo não passa de uma eterna desavença entre líderes irascíveis, dotados de uma retórica inflamada, que não conseguem concretizar nada. Insistindo em agir sem a supervisão de uma potência civilizadora, esses ‘neocaudilhos’ iriam aparentemente levar o subcontinente à bancarrota e ao caos. Subjacente às superfícies textuais analisadas encontra-se um sul-americano que é por natureza inculto, atrasado, dominado por instintos animais, procrastinador, enfim, semibárbaro ou bárbaro completo.

As construções discursivas são assumidas pelos próprios Jornais, que não sentem necessidade de trazer ao debate presidentes ou políticos em geral que assumissem a posição expressada por eles; e muito menos imagens contraditórias. Talvez porque se julgam mais capazes de dizer o que as pessoas pensam do que elas mesmas. Normalmente, quando apresentam alguma declaração de um presidente considerado hostil ao que a cultura hegemônica considera “moderno”, “civilizado”, ela serve simplesmente para corroborar a crítica anterior apresentada pelos Jornais.

As coberturas são ricas por mostrarem um importante momento do subcontinente, com o recuo do antes avassalador neoliberalismo e a emergência de governos populares dispostos a buscarem alternativas locais para seus problemas. Momento em que históricas classes dirigentes são afastadas do controle das nações e assumem como mandatários, por exemplo, “um metalúrgico, um indígena e uma mulher”. A ira e o “medo pânico” dessas elites são marcas discursivas majoritárias nas páginas dos Jornais.

Quanto mais contrário aos paradigmas estadunidenses, maior é a desqualificação do indivíduo. Hugo Chávez aparece no topo dos desqualificados, já que sua proposta contempla uma “mestiçagem” na composição do governo e uma radical rejeição dos valores liberais econômicos. Viriam a seguir o boliviano Evo Morales e o equatoriano Rafael Correa.

A desqualificação justifica o ostracismo, usado sem parcimônia no noticiário dos Jornais. A FSP escreve, por exemplo, que Hugo Chávez apresentou uma proposta alternativa e, em vez de apresentá-la, diz simplesmente: “seja lá o que venha representar a nova proposta”. Já OESP levou o ostracismo ao extremo: baniu Chávez completamente da cobertura da cúpula de Cuzco. Quem leu apenas o Jornal nunca saberá se o presidente venezuelano participou ou não da reunião. Saberá apenas que Chávez estava tramando para calar a imprensa (liberal) de seu país, como informou em uma matéria com chamada de primeira página durante a cobertura, e que nada tinha a ver com a cúpula em curso. Chávez transformou-se inclusive, em enquadramento conferido pelo OESP, em um rei despótico disposto a impor uma dinastia corrupta em seu país, atropelando todos os preceitos de civilidade, o que, para os Jornais, significa o desrespeito aos princípios ultraliberais.

Também não existe contextualização histórica na cobertura dos Jornais. Recorrendo a um mapa de significado, os textos referendam subliminarmente a ideia de que as Farc nada mais são do que um grupo de narcoguerrilheiros, sem relação nenhuma com a secular violência da política colombiana e que não tem qualquer projeto de país.

A grande menção histórica, feita de forma idêntica pelos dois jornais, é ao Império Inca, legitimando construções discursivas ideologicamente hegemônicas que procuram impor a visão de que, para os latino-americanos, a única independência possível é aquela permitida pelos países centrais. Recorrendo às mesmas imagens, FSP e OESP, no espaço de um antigo templo Inca, evocam a ideia de que é inútil tentar realizar um projeto independente de sociedade na região porque este será inevitavelmente destruído por potências mais

“modernas”, mais “civilizadas”, que construirão o delas sobre as ruínas do antigo. Só que em momento algum é discutido, ou mesmo honestamente apresentado, esse projeto independente defendido pelos governos populares. Como constata Fonseca (2005), os jornais mais influentes do Brasil “defendem praticamente as mesmas ideias por meio da formulação das mesmas imagens e utilizam a mesmíssima retórica, embora considerem a si mesmo plurais.”

Percebendo uma mudança de guarda na condução da coisa pública no subcontinente e temendo a instalação do caos com os governos democráticos populares emergentes, FSP e OESP, expoentes da imprensa empresarial e porta-vozes da velha classe dirigente, distorcem os fatos na tentativa de manter o status quo.

Os dois Jornais baseiam suas críticas nos valores e argumentos centrais das correntes ultraliberais, que veem qualquer intervenção do Estado na economia como ameaça à liberdade individual. Assim, eles defendem inicialmente a estrutura neoliberal dos organismos regionais já existentes, como o Mercosul, omitindo que essa visão foi a que levou à bancarrota diversos países da região. O Consenso de Washington seria para eles a independência consentida que finalmente nos traria a “modernidade”, e aqueles que o combatiam queriam nos levar de volta “à pré-história”. Assim, a desqualificação é usada para impor silêncio, quando então apenas o discurso único é ouvido.

Apesar de moderado, Lula é particularmente desprezado, apresentado como o mentor do processo de integração política da América do Sul, uma traição aos interesses subimperialistas brasileiros. As construções discursivas escolhidas pelos Jornais trazem subjacentes a imagem de que o presidente brasileiro é ingênuo e generoso no uso do patrimônio público, sendo manipulado e explorado tanto por outros mandatários quanto por seus próprios assessores. Sua condição de ex-metalúrgico não deixa de ser citada, nem que, como mostrado em fotos, ele teve um dedo da mão decepado. Os enquadramentos associam

Lula a uma imagem identitária estereotipada do povo brasileiro, detentor de uma natureza atrasada, rude.

Em sua eterna busca pela “modernidade” do País, os Jornais assumem a posição de partido político. Apenas em uma matéria da FSP é trazida a opinião do principal partido de oposição do Brasil, o PSDB. Como justificou uma executiva da FSP, e então presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), já que a oposição liberal estava tão enfraquecida no Brasil, caberia às empresas jornalísticas desempenharem tal papel. E para defender seu programa econômico, o partido da imprensa recorre à caracterização estereotipada dos latino-americanos para sugerir que qualquer tipo de intervencionismo estatal no subcontinente resultaria inevitavelmente em corrupção e desperdício. Assim, os jornais reproduzem as construções discursivas ideologicamente hegemônicas que procuram inculcar nos latino-americanos a ideia que eles ainda não alcançaram um estágio de pensamento que os permita desenvolver e executar projetos próprios. A FSP escreve que acreditar nesta possibilidade seria como acreditar no papai Noel.

Diante do temor com as consequências da tomada do poder pelos povos da região, reside subliminarmente às construções discursivas dos jornais um apelo dramático à intervenção dos Estados Unidos. A imagem atribuída ao país é de guardião da modernidade liberal, a salvação para o caos que adviria da tentativa de execução dos projetos utópicos dos fantásticos latino-americanos. Assim, a defesa da manutenção da influência dos EUA na vida político-econômica da região é recorrente nas páginas dos Jornais pesquisados. Os enquadramentos dão sustentação à ideia de que a solução para os problemas locais não é menos Estados Unidos, como proposto por alguns mandatários, e sim mais Estados Unidos.

Entretanto, a classe dirigente que tem sua opinião publicada não é de todo subserviente aos paradigmas estadunidenses. Subjacente às superfícies textuais analisadas existe a crença da elite nacional de que ela conhece a fundo a alma do grande irmão do Norte,

que pode dialogar de igual para igual com ele, a ponto de, respeitosamente, aconselhá-lo. Tal diálogo nunca é tentado com os presidentes da região conscientes de sua nacionalidade.

A busca pela aceitação do Outro, o hegemônico, é destacada marca discursiva dos Jornais. A FSP traz como análise da cúpula de Cuzco um artigo da *Economist* – a bíblia do neoliberalismo mundial –, para mostrar que a revista britânica pensa igual ao jornal brasileiro. OESP convoca um articulista que “não aguenta mais ouvir” pessoas falando que os Estados Unidos são imperialistas. Para o colonizado a alteridade não é outro colonizado, mas o europeu. O problema, explica Fanon, é que este “não é apenas o Outro, mas o senhor, real ou imaginário”.

O fato de os dois Jornais serem de São Paulo é relevante. Segundo Ribeiro (1996), a cidade foi particularmente afetada pela política de embranquecimento da população praticada pela elite no início do século XX, tendo recebido um grande contingente de imigrantes europeus que traziam conceitos racistas e depreciavam a cultura e o povo brasileiros, o que provocou uma europeização da mentalidade e dos hábitos. O preconceito existia inclusive em relação a brasileiros naturais de outras regiões, como os nordestinos. A visão dos jornais é, portanto, de “neomazombos”.

A FSP, segundo Fonseca (2005), chega a defender políticas heterodoxas nos governos Sarney e Collor, mas acaba abraçando entusiasticamente as propostas neoliberais. OESP seria tradicionalmente um convicto liberal, mas de um tipo particular, o positivista, para o qual a ordem ocupa lugar central. Portanto, na arena mundial, ele confere aos EUA papel de “polícia do mundo”, por meio de suas forças armadas. Washington defenderia assim os valores cristãos e capitalistas atribuídos ao Ocidente.

A cobertura da integração da América Latina pela FSP e OESP no período analisado mostrou ser um palco privilegiado para perceber a distância que separa a elite brasileira dos povos da região, inclusive do seu próprio. A imagem identitária que os Jornais

atribuem a si próprios é de dignos garantes dos civilizados valores ocidentais em terras inóspitas. Ao mesmo tempo, eles referendam a visão estereotipada da identidade latino-americana engendrada pelos antigos colonizadores.

O presente trabalho teve como objetivo analisar os discursos dos Jornais, mas não tem a pretensão de deduzir quais são as apropriações que os leitores fazem deles. Nessa perspectiva, sugere-se que desdobramentos em pesquisas futuras, baseadas em estudos de recepção, seriam potencialmente capazes de descobrir como o povo reage a essa forma estereotipada usada pelos jornais para caracterizá-lo. Também surge como indagação se, internamente, essa elite ainda considera que o povo brasileiro não tem capacidade de assumir outras funções que não as laboriosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. **Mercosur**: democratic stability and economic integration in South America: regional integration and democracy. p.283. Providence: Rowman and Littlefield, 1999.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio. **Ideologia**: revisitação de um conceito. In: Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Cosmos, 1995.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- AZEVEDO, Reinaldo. **É Lula de novo com a culpa do povo**. 2006. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/lula-novo-com-culpa-povo/>> Acesso em 10 set. 2011
- BARBOSA, Rubens. **A política externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no Mercosul**. Interesse Nacional. Ano 1, n. 1, p.11-21, 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal/Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRETO, Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ática. 1995.
- _____. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Martin Claret. 2009.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história** – paradigmas revolucionários. v. III. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BAUMAN, Zigmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BHABHA, Hom K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- BIZZOZERO, Lincoln. **Los cambios de gobierno en Argentina y Brasil y la conformación de una agenda del Mercosur hacia una nueva cartografía sudamericana/interamericana**. Nueva Sociedad, n. 186, p. 128-142, Jul./ago., 2003.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2005.
- BOLÍVAR, Simon. Carta da Jamaica. In _____. **Escritos Políticos**. p. 55. Campinas: UNICAMP, 1992.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BORGES, Fábio. **Dilemas da aplicação do marxismo nas relações internacionais da América Latina nos anos 1960**: reflexões sobre as teorias da dependência e problemas atuais. Conclusão da disciplina Teorias Sociológicas. São Paulo: UNESP, 2007.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Schwarcz, 1996.

_____. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BREIVIK, Anders Behring. 2011. **Assassino de Oslo cita país doze vezes em manifesto publicado na internet**. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/para-breivik-miscigenacao-e-a-causa-dos-problemas-sociais-do-brasil>> Acesso em 10 ago. 2011.

BRESCIANE, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 2 ed. São Paulo: UNESP. 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Márcio (Eds.). **A grande esperança em Celso Furtado**. Coletânea. São Paulo: 34, p. 19-43, 2001.

BRITO, Maria Judith. **Entidades de imprensa e Fecomercio estudam ir ao STF contra plano de direitos humanos**. 2010. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/03/18/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contr-plano-de-direitos-humanos-916107358.asp>> Acesso em 18 mar. 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **O imperialismo brasileiro nos séculos XX e XXI**: uma discussão teórica. 2010. Disponível em <<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/23T.pdf>> Acesso em 10 ago. 2011.

CARLSEN, Laura. **The price of going to market**. Mexico's lessons for Asia: market access under NAFTA and other U.S.-Latin American Free Trade Agreements. America Program, Center for International Policy (CIP), 2005.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **O conceito de representações segundo Roger Chartier**. Diálogos. DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 149, 2005. Disponível em <<http://www.sc.senac.br/biblioteca/arquivosSGC/CHARTIER%20E%20BORDIEU.pdf>> Acesso em 20 out. 2012.

CASSETTI, Francesco; DI CHIO, Federico. **Análisis de la televisión**: instrumentos, métodos y investigación. Barcelona: Paidós Iberica, p. 235-248, 1999.

CASTAÑEDA, Jorge. **Crise Mexicana**. Entrevista concedida a Igor Fuser. Revista Teoria e Debate, n. 28, de março/abril/maio 1995.

CEPAL. A significação do Mercado Comum no desenvolvimento econômico da América Latina, 1959. In Bielschowsky, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Conselho Federal de Economia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHOMSKY, Noam. Matando os pobres de fome. In: _____. **The International News**. 2007.

CIÊNCIA HOJE. **Redenção do Can**. Modesto Brocos y Gómez. Disponível em <<http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2011/02/imagens/nossaherana02.jpg/view>> Acesso em 10 jan. 2013.

CINQUE, Fernanda Henrique. **A educação no pensamento de Hipólito José da Costa**: a ação pedagógica do *Correio Braziliense* no processo de independência do Brasil. Dissertação de Mestrado. Maringá-PR. 2007. Disponível em <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2007%20-%20Fernanda_Regina_Cinque.pdf>, Acesso em 15 out. 2012.

DA SILVA, Jorge. **Violência e identidade social**: um estudo comparativo sobre a atuação policial em duas comunidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ / PPCIS, 2005.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.

DELGADO, Daniel García; CHOJO, Martin. **Desarrollo e integración regional**. Hacia un modelo productivo social. p. 119, Buenos Aires: FLACSO, CICCUS, 2006.

FALABELLA, Márcia Cristina Vieira. América Latina: um continente mestiço. In. _____. **Globalismo e localismo na identidade teatral**. 2003. 347f. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

_____. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRER, Aldo. **Integração regional e desenvolvimento na América do Sul**. Conferência organizada pelo Fórum de Integração Regional. Observatório Político Sul-Americano, Instituto Universitário de Pesquisas de Rio de Janeiro (IUPERJ), 28 abr. 2006.

FERRO, Marc. **História das colonizações**: das conquistas às independências, séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado**: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec. 2005.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Moraes. 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra. 2009.

FREYRE, Gilberto. **Inglês no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro-MEC, 1977.

GARCIA, Marco Aurélio. **Opção Sul-Americana**. Revista Interesse Nacional, p. 22-28, Ano 1, n. 1, abr./jun. 2008.

GARCIA, Regina Leite. **Desafios de uma escola que tenta incluir numa sociedade excludente**. Disponível em <<http://www.rizoma.ufsc.br/html/reginaleite.htm>> Acesso em 10 ago. 2012.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Livros. 2005.

GLOBO.COM. **Laudo da Interpol liga Chávez às Farc**. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL471409-5602,00-LAUDO+DA+INTERPOL+LIGA+CHAVEZ+AS+FARC.html>> Acesso em 10 jan. 2011.

GÓES, Laércio Torres de. **Contra-hegemonia e Internet**: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais na Web. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/R0364-1.pdf>> Acesso em 10 jul. 2011.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GONÇALVES, Ana Maria. **A Caixa Econômica Federal, a política do branqueamento e a poupança dos escravos**. Disponível em <<http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2011/09/18/a-caixa-economica-federal-a-politica-do-branqueamento-e-a-poupanca-dos-escravos-por-ana-maria-goncalves/>> Acesso em 10 ago. 2012.

GONZÁLES, A. C. **Reflexiones sobre el futuro de la ALALC**. Revista Mensal do INTAL, n. 40, 1979.

GOTT, Richard. **Let's end the myths of Britain's imperial past**. Disponível em <<http://www.guardian.co.uk/books/2011/oct/19/end-myths-britains-imperial-past>> Acesso em 10 ago. 2012.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. _____. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Ed. UFRS, 1999, p. 47.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Raça e oportunidades educacionais no Brasil: estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-91, maio, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 5 ed. t. 2, v. 1. p. 64-65, São Paulo: Difel, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

_____. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Publifolha. 2000.

JOBIM, Nelson Franco. **Política externa brasileira: do Barão a Lula**. Disponível em <nelsonfrancojobim.blogspot.com> Acesso em 29 jun. 2007.

JORGE, Vladimyr Lombardo. **Meios de comunicação de massa e Poder Legislativo**. Uma análise da cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros, 1985 a 1990. Tese de doutoramento: Iuperj, Rio de Janeiro, 2003.

KARDEC, Alan. **Perfectibilidade da raça negra**. Revista Espírita, p. 97-105, 1862.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 143p.

KESTELBOIM, Mariano; LAGIOIOSA, Mercedes. **A economia como ciência social**. O desafio de mudar o mundo acadêmico, 26/09/2011. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/faculdades-reveem-estudo-de-economia#more>> Acesso em 13 jan. 2012.

LAHNI, Cláudia Regina; MUSSE, Christina. In: COUTINHO, Iluska et al. **Comunicação: tecnologia e identidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1985.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Ed. UNB, 2011.

MACHADO, Márcia Benetti; JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico**. Disponível em <<http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=8&mmenu=0&fcodigo=1217>> Acesso em 11 set. 2012.

MALLMANN, Maria Izabel. **Raízes recentes do Mercosul**. Civitas, Revista de Ciências Sociais, Ano 1, n. 1, 2001.

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 29, ano 10, out. 1995, São Paulo.

MARANGONI, Jonas Barradas. **Governar é povoar: a influência alberdiana na organização do estado argentino nos meados do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Unesp, São Paulo. 2008. Disponível em <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bfr/33004072013P0/2008/marangoni_jb_me_fran.pdf> Acesso em 15 fev. 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2002.

MÁRIO FILHO. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

MARTÍ, José. **Educação em nossa América**. Textos selecionados. STRECK, Danilo R. (Org.; Apres.). Ijuí-RS: Unijuí, 2007.

MARX, Karl. Das kapital. 1905, p. 1006. In: MARTINS, Luciana Lima. **A natureza da paisagem em Friedrich Ratzel**. V Congresso Brasileiro de Geógrafos, 1994. Curitiba. Resumos. Curitiba: AGB, 1994.

_____. **Simón Bolívar por Karl Marx**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

McCHESNEY, Robert. **Rich media, poor democracy: communication politics in dubilous times**. University of Illinois Press, 2001. 427 p. In: ALVES DE SÁ, Ivson. **Um americano nada tranquilo**. 2013. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/iq020520014.htm>> Acesso em 05 nov. 2012.

MEAD, George Herbert. **Espiritu, persona y sociedad**. Buenos Aires: Paidós, 1953.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MENDES, Gláucia da Silva. **A naturalização do atraso: os noticiários da El Universal e O Globo sobre o governo Hugo Chávez e as projeções identitárias sobre a América Latina.** Dissertação de Mestrado, UFJF, 2009.

MENDES, Gláucia da Silva. **A naturalização do atraso: os noticiários da El Universal e O Globo sobre o governo Hugo Chávez e as projeções identitárias sobre a América Latina.** Dissertação de Mestrado, UFJF, 2009.

MEZA PINTO, Hugo Eduardo; BRAGA, Márcio Bobik. **A lógica do regionalismo na América Latina e a Comunidade Andina das Nações.** Cadernos PROLAM/USP, Maio, 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Venezuela é indispensável.** Revista Espaço Acadêmico n. 56, 2006.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas.** Rio de Janeiro: Globo, 1955.

MORAES, Dênis de. **Planeta Mídia, tendências da comunicação na era global.** Campo Grande: Letra Livre, 1998.

MORAES, G. A tensão entre liberdade de expressão e direito à informação. In: RAMOS, M. C.; SANTOS, S. **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas.** São Paulo: Paulus, 2007.

MORAIS, F. **Chatô, o rei do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MÜLLER, C. A. **O debate sobre comunicação na Unesco.** Brasília: Mimeo, 1997.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação.** Brasília, Senado Federal, 1998.

NAPOLEÃO, Aluízio. **Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 2, 1999.

NAVARRO, Luis Hernández. **Mexico: the new tortilla war.** Hernández Navarro Americas Program International Relations Center (I.R.C.). Jun. 3, 2007. Disponível em <<http://www.cipamericas.org/archives/747>> Wordpress.org.

NETTO, Diogo Ferreira. *Leadership* e integração na PEB do primeiro governo Lula (2002-2006). In: _____ **I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.** 2007.

NEVES, Teresa Cristina da Costa. **A dramatização do jornalismo.** Disponível em <http://www.eca.usp.br/caligrama/n_3/TeresaNeves.pdf> Acesso em 10 ago. 2011.

NIGRI, André. **Monteiro Lobato e o racismo.** Revista Bravo Online. Disponível em <<http://bravonline.abril.com.br/materia/monteiro-lobato-e-o-racismo#image=165-capacismo-1-g>> Acesso em 23 set. 2012.

NYE JR.; JOSEPH, S. **The benefits of soft power.** 2004. Disponível em <<http://hbswk.hbs.edu/archive/4290.html>> Acesso em 30 mar. 2011.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Gráfica Comércio Indústria Ltda., 1966.

ORTIZ, Renato. **Telenovela, história e produção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, Raquel. **Minorias flutuantes** – novos aspectos da contra-hegemonia. Campo Grande: Intercom, 2004. Disponível em

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/50253971234958572676067676657762756945.pdf>>

Acesso 13 ago. 2012.

_____. **O espírito comum, comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PEDREIRA CAMPOS, Pedro Henrique. **O imperialismo brasileiro nos séculos XX e XXI: uma discussão teórica**. Disponível em <<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/23T.pdf>> Acesso em 21 mai. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar. In: **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PETRAS, James. **Modernity and Twentieth Century holocausts: Empire-Building and mass murder**. Disponível em

<http://www.axisoflogic.com/artman/publish/Article_22549.shtml> Acesso 10 ago. 2012.

PONCE, Aldo Fernando. **Determinants of success in the integration at the sub-regional level**. A comparative study between the Andean Community and the Baltic Sea region. BalticStudyNet, 2006. Disponível em <<http://www2.hu-berlin.de/balticstudynet/publications.html>> Acesso em 10 ago. 2012.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **Esperança radical e desencanto conservador na independência da América Espanhola**. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000200002&lng=e&nrm=iso&tlng=e)

[90742003000200002&lng=e&nrm=iso&tlng=e](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000200002&lng=e&nrm=iso&tlng=e)> Acesso em 10 jan. 2011.

PRYSTHON, Angela. **Interseções da teoria crítica contemporânea: estudos culturais, pós-colonialismo e comunicação**. Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/7/8>> Acesso em 10 dez. 2012.

RAMOS, Murilo César. In: BRITOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Orgs.). **Rede Globo, 40 anos de Poder**. São Paulo: Paulus, 2005.

RENAN, Ernest. **O que é uma nação?** 1882. Disponível em

<<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>> Acesso em 20 nov. 2012

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **O processo civilizatório**. São Paulo: Schwarcz, 1997.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. 6 ed. 5 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

RON, Yaifred. **Los amos de la Sociedad Interamericana de Prensa**. 2004. Disponível em <<http://alainet.org/active/34128&lang=pt%3Cfont%20color=>> Acesso em 10 jan. 2011.

RUIZ, José Briceño. **O Mercosul**: reflexões sobre a crise de seu modelo de integração e seu relançamento. Cadernos PROLAM: USP, ano 6, 2007.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SANTOS, Fabiano; VILAROUCA, Márcio. **Adesão da Venezuela ao Mercosul**: Desideologizar como forma de atingir o interesse nacional. Papéis Legislativos, n. 4, ago. 2007. Disponível em <<http://observatorio.iuperj.br>> Acesso em 12 mar 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SARTE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**, edição de 1961. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SINGER, Suzana. **Sorry, periferia**. Folha de S. Paulo, edição de 07/10/2012.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil visto de fora**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil visto de fora**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. 2012. **Em entrevista, Muniz Sodré fala de racismo e manipulação da mídia**.

Disponível em

<http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=198536&id_secao=6#.UKzkJR8ZzyF.facebook> Acesso em 14 dez. 2012.

SOUZA, Anádia Patrícia Almeida de. **Uso da energia em edifícios**: estudo de caso de escolas municipais e estaduais de Itabira, Minas Gerais. Disponível em

<http://www.aneel.gov.br/biblioteca/trabalhos/trabalhos/Disserta%C3%A7%C3%A3o_%20Anadia%20Patricia.pdf> Acesso em 23 out. 2012.

STRECK, Danilo R. **José Martí e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SUKUP, Victor. Mercosur, Unión Europea y ‘modelos’ económicos: perspectivas de una nueva inserción internacional. In: BERNAL-MEZA, Raul; KUMAR SAHA, Suranit (Edits.). **Economía mundial y desarrollo regional**. Buenos Aires: Nuevohacer Grupo Editor Latinoamericano, 2005, p. 187-217.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Brasília: Ed.UnB, 1982.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis. Insular, 2005.

VALOR. **Não preciso agradecer a todo mundo**. Entrevista concedida por Roberto Civita a Cynthia Malta, edição de 16/03/2012. Disponível em <<http://publicidade-valordigital.valor.com.br/cultura/2572722/nao-preciso-agradar-todo-mundo>> Acesso em 17 mar. 2012.

VAN KLAVEREN, Alberto. **Las nuevas formas de concertación política en América Latina**. Santiago: Estudios Internacionales, 1984.

VERÍSSIMO, José. In: GONÇALVES, Ana Maria. **A política do branqueamento**. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-politica-do-branqueamento-por-ana-maria-goncalves#more>> Acesso em 19 set. 2011.

XAVIER, Elton Dias; XAVIER, Solange Procópio. 2009. **Estudo comparado das relações raciais e política de ação afirmativa nos Estados Unidos e no Brasil**. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/173> > Acesso em 12 maio 2011.

ZEVALLLOS, Enrique Amayo. **Amazonía, Mercosur y las posibilidades de integración**. Universidad de Guadalajara, 2006.

